

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CAMILA DE GASPARI

**OS PROCESSOS DE DIVERSIFICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR
PRODUTORA DE TABACO – ANÁLISES A PARTIR DE CHAMADAS
PÚBLICAS DE ATER NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/RS**

PORTO ALEGRE

2022

CAMILA DE GASPARI

**OS PROCESSOS DE DIVERSIFICAÇÃO DE CULTIVOS NA AGRICULTURA
FAMILIAR PRODUTORA DE TABACO – ANÁLISES A PARTIR DE
CHAMADAS PÚBLICAS DE ATER NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider

PORTO ALEGRE

2022

CIP - Catalogação na Publicação

de Gaspari, Camila
Os processos de diversificação de cultivos na
agricultura familiar produtora de tabaco - Análises a
partir de Chamadas Públicas de ATER no município de
Sobradinho/RS / Camila de Gaspari. -- 2022.
133 f.
Orientador: Sergio Schneider.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Tabaco. 2. Diversificação. 3. Políticas
públicas. 4. Agricultura familiar. 5. Autonomia. I.
Schneider, Sergio, orient. II. Título.

CAMILA DE GASPARI

**OS PROCESSOS DE DIVERSIFICAÇÃO DE CULTIVOS NA AGRICULTURA
FAMILIAR PRODUTORA DE TABACO – ANÁLISES A PARTIR DE
CHAMADAS PÚBLICAS DE ATER NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: 14/09/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sergio Schneider - Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Carlise Porto Schneider Rudnicki
UFSM

Profa. Dra. Cidonea Machado Deponti
UNISC

Prof. Dr. Ezequiel Redin
UFSM

Dedico esta dissertação à Helena, minha filha, e em seu nome, à todas as mulheres da nossa geração. Mães, avós e bisavós, mulheres agricultoras dedicadas à produção de alimentos e reprodução da vida. Esta dissertação é também uma forma de honrar suas trajetórias e, sobretudo, trilhar um futuro de mudança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus, por ter me proporcionado cada momento de aprendizado que vivi durante a construção desta dissertação, pois mesmo diante de todos os desafios, eu consegui.

Agradeço à minha filha amada, Helena, que veio ao mundo no meio do mestrado e me transformou, ensinando e modificando o meu mundo, você foi meu maior desafio e também a melhor parte da minha vida até aqui. Mamãe te ama, filha, essa conquista é nossa!

A trajetória de construção desta dissertação foi bem diferente do que eu havia planejado, permeada pela maternidade, por uma pandemia mundial e longos períodos de isolamento social. Por isso, agradeço a quem me acompanhou de perto, minha mãe, Marlene, que nunca deixou de me apoiar e torcer por mim, também ao meu pai, Alcir (*in memoriam*) que de alguma forma está sempre presente em minha vida e ao meu irmão, Anderson, por toda ajuda e apoio nesta caminhada que está se encerrando.

Agradeço à oportunidade de ter conhecido o MPA, por meio da Cooperfumos, onde tive a oportunidade de trabalhar e aprender muito como agente de ATER nos quatro anos em que atuei nas políticas voltadas à diversificação do tabaco. Um agradecimento especial ao Fabiano Pisoni e Evandro Lucas, aos quais eu recorria com minhas dúvidas e sempre estiveram dispostos a me auxiliar com informações relevantes para a pesquisa e também como amigos.

Agradeço também aos colegas do mestrado e por todos os momentos que dividimos, dentro e fora de sala de aula, os debates, as reflexões, as jantãs e as rodas de violão.

Agradeço imensamente ao PGDR, por toda compreensão e acolhimento, principalmente com relação às prorrogações de prazo, tanto diante da maternidade, quanto pelas dificuldades impostas durante a pandemia, somente pela humanidade dos profissionais e professores que atuam neste programa está sendo possível concluir esta dissertação. Muito obrigada!

Ao meu orientador, professor Sergio Schneider, meu profundo agradecimento por toda compreensão e paciência, pelo conhecimento

compartilhado e pelas (incontáveis) leituras do trabalho realizadas ao longo desta orientação prolongada.

Por fim, aos principais protagonistas desta pesquisa, agradeço a cada agricultor e cada agricultora com quem tive o privilégio de conviver ao longo dos três anos de desenvolvimento do trabalho de ATER diversificação no município de Sobradinho, entre os anos de 2014 e 2017. Suas trajetórias de vida estiveram sempre presentes entre as minhas maiores motivações para concluir esta dissertação. Obrigada!

RESUMO

A diversidade consiste em uma das características mais representativas da agricultura familiar brasileira. Contudo, existe uma lacuna com relação aos estudos em torno da heterogeneidade para desvendar as dinâmicas produtivas que orientam as distintas trajetórias encobertas pela delimitação do termo geral de agricultores familiares. Partindo deste contexto, o objetivo do trabalho consistiu em realizar uma análise dos processos de diversificação, a partir de chamadas públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER) para a diversificação do tabaco com agricultores familiares no município de Sobradinho/RS. Buscando compreender em que medida o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT) contribuiu com suas ações para o fomento aos processos de diversificação. Os dados da pesquisa foram oriundos de 160 entrevistas realizadas a partir de questionários semiestruturados, em dois momentos distintos, de forma comparativa, o primeiro no início (2014) e o segundo (2017), ao final do contrato de prestação do serviço. A interpretação dos dados ocorreu por meio da correlação de dados no Excel, considerando a diversidade produtiva de cada propriedade a partir das variedades produzidas na comparação entre o primeiro e o último questionário; já as respostas abertas foram sistematizadas por meio da análise qualitativa do conteúdo. De acordo com o número de espécies produzidas, os resultados encontrados demonstraram que ocorreu o aumento da diversidade de atividades. Os dados sobre as questões descritivas estabeleceram a percepções das famílias beneficiárias, as quais demonstraram um crescente interesse na migração para novas culturas alternativas ao tabaco, devido, principalmente, à questões relacionadas ao trabalho oneroso, problemas de saúde e falta de valorização financeira, sendo identificado como principal entrave para a migração para novas atividades, a falta de organização de mercados para comercialização, bem como, subsídios por meio de políticas públicas efetivas. As respostas encontradas a partir do desenvolvimento do PNDACT identificou o aumento da produção de alimentos, redução do uso de agrotóxicos, melhorias no manejo de técnicas produtivas voltadas a agroecologia, além do aumento da motivação e autoestima aliadas à implementação da diversificação. Por fim, os resultados da pesquisa sugerem que para que a diversificação se concretize a ponto de consistir em alternativa à produção de tabaco, são necessárias medidas para a criação de canais de comercialização que sejam tão diversos quanto são os próprios agricultores familiares.

Palavras Chaves: Tabaco. Diversificação. Políticas públicas. Agricultura familiar. Autonomia.

ABSTRACT

Diversity is one of the most representative characteristics of Brazilian family farming. However, there is a gap with regard to studies on heterogeneity to unveil the productive dynamics that guide the different trajectories covered by the delimitation of the general term of family farmers. Based on this context, the objective of the work was to carry out an analysis of the diversification processes, from public calls for technical assistance and rural extension (ATER) for tobacco diversification with family farmers in the municipality of Sobradinho/RS. Seeking to understand to what extent the National Program for Diversification in Areas Grown with Tobacco (PNDACT) contributed with its actions to the promotion of diversification processes. The research data came from 160 interviews carried out using semi-structured questionnaires, in two different moments, in a comparative way, the first at the beginning (2014) and the second (2017), at the end of the service provision contract. The interpretation of the data occurred through the correlation of data in Excel, considering the productive diversity of each property from the varieties produced in comparison between the first and the last questionnaire; open responses were systematized through qualitative content analysis. According to the number of species produced, the results found showed that there was an increase in the diversity of activities. The data on the descriptive questions established the perceptions of beneficiary families, which showed a growing interest in migrating to new alternative crops to tobacco, mainly due to issues related to onerous work, health problems and lack of financial appreciation, being identified as the main obstacle to migration to new activities, the lack of organization of markets for commercialization, as well as subsidies through effective public policies. The answers found from the development of the PNDACT identified the increase in food production, reduction in the use of pesticides, improvements in the management of production techniques focused on agroecology, in addition to increased motivation and self-esteem combined with the implementation of diversification. Finally, the research results suggest that for diversification to materialize to the point of being an alternative to tobacco production, measures are needed to create marketing channels that are as diverse as the family farmers themselves.

Keywords: Tobacco. Diversification. Public policy. Family farming. Autonomy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia dos produtores classificados por padrão de avaliação e coordenação predominantes	28
Quadro 2 - Principais distinções entre a substituição de cultivos e a diversificação sustentável	31
Quadro 3 - Produção em lavouras temporárias no município de Sobradinho/RS	70
Quadro 4 - Disponibilidade de área para os agricultores inseridos no Subgrupo A (Aumentaram a diversificação apenas para autoconsumo)	79
Quadro 5 - Disponibilidade de área para os agricultores inseridos no Subgrupo B (Aumentaram a diversificação para autoconsumo + comercialização excedente).....	85
Quadro 6 - Utilização da área para as famílias do subgrupo D	92
Quadro 7 - Nível de diversificação com base no número de atividades ou espécies produzidas.....	96
Quadro 8 - Fatores apontados como necessários para realizar uma mudança de cultivo	105
Quadro 9 - Fatores que dificultam a adoção de novas atividades.....	106
Quadro 10 - Formas de contornar os obstáculos para adotar novas atividades	108
Quadro 11 - Se dependesse de você e sua família, vocês abandonariam a produção de tabaco?.....	110
Quadro 12 - Motivos dos agricultores que deixariam o cultivo do tabaco	110

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A condição camponesa.....	22
Figura 2 - Visita técnica em Linha Apolinário	56
Figura 3 - Atividade coletiva com agricultoras de Linha Carijinho	58
Figura 4 – Atividade coletiva com agricultores de Linha Campos	58
Figura 5 - Seminário de Avaliação das atividades desenvolvidas no primeiro ano da ATER, sob o tema: Diversificação e qualidade de vida no campo	59
Figura 6 - Entrega dos “kits” diversificação na comunidade de Linha Campos	60
Figura 7 - Seminário Final de Avaliação da ATER Diversificação em Sobradinho/RS.....	63
Figura 8 – Localização do município de Sobradinho/RS.....	64
Figura 9 - Visita técnica para caracterização final na propriedade de Gorete e Edson dos Santos (Linha Campos).....	81
Figura 10 - Propriedade de Rosane e Romar Scotta	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR – Cadastro Ambiental Rural
COOPERFUMOS – Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil - Ltda
COOPSAT – Cooperativa de Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Educação Rural LTDA
CQCT – Convenção Quadro Para o Controle do Tabaco
COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Estado do RS
DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
MDA – Ministério Desenvolvimento Agrário
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
OMS – Organização Mundial da Saúde
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNDACT – Programa Nacional de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIPT – Sistema Integrado de Produção do Tabaco
VRP – Vale do Rio Pardo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AGRICULTURA FAMILIAR E DIVERSIFICAÇÃO.....	19
2.1	A DIVERSIFICAÇÃO COMO CARACTERÍSTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	19
2.2	A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	24
2.3	ENTRE A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E A DIVERSIFICAÇÃO....	30
2.4	OS SISTEMAS AGRÍCOLAS DIVERSIFICADOS COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	36
3	O TABACO E O PROGRAMA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO (PNDACT).....	42
3.1	PROBLEMATIZANDO A PRODUÇÃO DE TABACO: BREVE HISTÓRICO, SIPT E CQCT	42
3.2	A CRIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO (PNDACT) E SUA DESESTRUTURAÇÃO/DESMANTELAMENTO	47
3.3	DIRETRIZES ADOTADAS PELA COOPERFUMOS PARA A EXECUÇÃO DAS CHAMADAS PÚBLICAS.....	49
3.4	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ATER.....	54
4	CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/RS	64
4.1	IDENTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	64
4.2	PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SOBRADINHO/RS .	68
5	PROCESSOS DE DIVERSIFICAÇÃO: CULTIVO E DESTINO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA COM BASE NO AUTOCONSUMO E/OU COMERCIALIZAÇÃO	74
5.1	SUBGRUPO A – AUMENTO DA PRODUÇÃO DESTINADA AO AUTOCONSUMO	76
5.2	SUBGRUPO B – COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EXCEDENTE...	82

5.3	SUBGRUPO C – PRODUÇÃO DESTINADA PARA COMERCIALIZAÇÃO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ATIVIDADES.....	86
5.4	SUBGRUPO D – PRODUÇÃO DIVERSIFICADA ESTABILIZADA	91
5.5	NÚMERO DE ESPÉCIES CULTIVADAS – QUANTIFICANDO E CATEGORIZANDO SUAS MUDANÇAS NO TEMPO.....	95
6	AS PERCEPÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO E AS MUDANÇAS OCORRIDAS A PARTIR DO TRABALHO DESENVOLVIDO.....	100
6.1	CARACTERIZAÇÃO INICIAL: PERCEPÇÕES SOBRE DEPENDÊNCIA DO CULTIVO DO TABACO E PERSPECTIVAS FUTURAS DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO – 2014.....	101
6.2	CARACTERIZAÇÃO FINAL: PERCEPÇÕES SOBRE DEPENDÊNCIA DO CULTIVO DO TABACO – 2017	109
6.3	PERCEPÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO – AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS SOBRE O ATER.....	113
6.4	AVALIAÇÕES DO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO REALIZADO PELA COOPERFUMOS.....	119
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS – RETOMADA DOS PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS AO LONGO DO TRABALHO E ABORDAGEM DAS PRINCIPAIS RESPOSTAS ALCANÇADAS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

A diversidade representa uma das principais características responsáveis pela diferenciação presente na agricultura familiar brasileira (doravante vou utilizar AF). Em consonância com esta afirmação, existe também uma lacuna em torno da heterogeneidade relacionada às formas familiares de produção, sobre o desenvolvimento de suas dinâmicas e particularidades locais, bem como, sobre as razões que orientam as distintas trajetórias dos agricultores que ficam encobertos sob a delimitação do termo geral da AF.

Considerando-se a análise da diversificação na AF como uma forma de ampliação de oportunidades por meio da liberdade para a realização de escolhas (SEN, 2000) a abordagem da diversificação apresenta-se como alternativa para aprofundar as compreensões em torno das especificidades que originam a heterogeneidade desta categoria.

Partindo deste contexto, o presente trabalho apresenta-se como uma forma de contribuir para a compreensão dos processos de diversificação a partir da análise de uma política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a diversificação do tabaco com agricultores familiares no município de Sobradinho/RS.

O território de estudo em questão está inserido em uma das maiores áreas de produção de tabaco do sul do Brasil, no Vale do Rio Pardo, mais especificamente na região denominada Centro Serra. Sobradinho caracteriza-se por uma agricultura desenvolvida em pequenos estabelecimentos rurais, em que as atividades econômicas possuem maior expressividade pela exportação do tabaco em folha e soja. Demais culturas alimentares, como milho, feijão, frutíferas e hortaliças, por exemplo, possuem importância econômica secundária, embora sejam fundamentais para o consumo familiar na região.

A noção acerca da heterogeneidade para o desenvolvimento deste trabalho perpassa a compreensão da perspectiva centrada nos atores (LONG; PLOEG, 2011), uma vez que uma gama distinta de agricultores pode ser responsável por definir diferentes objetivos, os quais variam de acordo com necessidades e expectativas diferentes, resultando na enorme heterogeneidade representada e encoberta pela AF. Já a diversidade pode ser situada a partir do conceito de estilos

de agricultura proposto por Ploeg (1994), apresentando-se como uma proposta para definir a natureza da diversidade da AF, as quais podem resultar em diferentes tipologias com particularidades específicas (CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2010). Em outras palavras, a diversidade pode ser entendida como uma condição que se realiza a partir de diferentes rendas, atividades, sistemas de produção, entre outros fatores (SCHNEIDER, 2010a).

A diversificação, por sua vez, pode ser considerada como uma forma de ampliação do protagonismo na busca por autonomia por meio do fortalecimento no uso de seus próprios recursos de produção, utilizando os meios, sejam eles materiais, intelectuais e/ou biológicos, incluindo a agroecologia, entre outros disponíveis em suas propriedades, a fim de dispor de um conjunto de alternativas que permitem a (re) produção da AF ao longo do tempo e por períodos de instabilidade (PLOEG, 2018; SCHNEIDER, 2010a). A contribuição de Frank Ellis (2000) é igualmente pertinente a esta compreensão, uma vez que define a diversificação dos meios de vida como um processo em que a ampliação das atividades e recursos nas propriedades é responsável por gerar melhorias no padrão de vida dos agricultores. Portanto, a diversificação consiste em uma forma de evolução e alternativa ao modelo de produção convencional ou de monoculturas, principalmente por, e se, os agricultores envolvidos no processo tiverem liberdade para a realização de suas escolhas como apresentado por Amartya Sen (2000) por meio da teoria das capacitações.

Para além da relevância acadêmica, as motivações pessoais para a escolha da temática da diversificação na agricultura familiar justificam-se por ser filha de agricultores produtores de fumo, por lembrar as orientações recebidas desde a infância: “estudar para não depender do fumo”. Para além de estudar, a decisão de estudar a diversificação constituiu-se também como meio de contribuir na redução da dependência de monoculturas como o tabaco.

Outra razão que justifica a abordagem da diversificação possui relação com uma pesquisa de iniciação científica realizada entre os anos de 2011 e 2012, na graduação em Horticultura, identificando as potencialidades da produção de frutas e hortaliças em municípios da região Centro Serra, dentre eles Sobradinho. A alusão a esta experiência possui relevância ao passo que seus resultados demonstraram

muitos entraves, e ao mesmo tempo, inúmeras possibilidades convergentes com sistemas de produção diversificados em alternativa à especialização produtiva e geração de renda, os quais justificavam, já naquele período, a continuidade dos estudos acerca deste tema.

Ademais, a realidade enfrentada pelas famílias produtoras de tabaco, por si só, seria um fator relevante para justificar o estudo de alternativas de redução de sua dependência social e econômica. Entretanto, a estas razões somam-se a experiência como agente de ATER junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)¹, atuando entre os anos de 2014 a 2017 em chamadas públicas executadas pela Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil (COOPERFUMOS) e Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica e Educação Rural (COOPSAT)².

O aprendizado e as inquietações proporcionados por esta experiência profissional constituem também as razões que justificam esta escrita. Por acreditar que os resultados alcançados possuem potencial para contribuir no desenvolvimento de ações futuras, oportunizando melhorias que estejam alinhadas com a realidade dos agricultores familiares inseridos na problemática analisada nesta pesquisa.

Com base neste contexto, o objetivo geral do trabalho teve o propósito de identificar os processos de diversificação por meio de uma chamada pública de ATER voltada para a diversificação do tabaco com agricultores familiares no município de Sobradinho/RS. Desta forma, a questão norteadora desta pesquisa destinou-se a compreender em que medida o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT) contribuiu com suas ações e atividades desenvolvidas para o fomento e estímulo aos processos de diversificação no período vigente entre os anos de 2014 à 2017.

Para tanto, o primeiro objetivo específico consistiu na análise comparativa dos dados referentes à diversidade de espécies produzidas, considerando o aumento ou não da produção diversificada para autoconsumo e/ou comercialização de

¹ O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. Está organizado em 17 estados brasileiros em todas as regiões do país, e após 22 anos de existência, apresenta expressivo histórico de luta e organização do campesinato brasileiro organizando aproximadamente 100 mil famílias camponesas de forma direta em todo o território nacional (MPA, 2022).

² Tanto a Cooperfumos, quanto a Coopsat são cooperativas de representação legal ligadas ao MPA; uma caracterização mais detalhada das mesmas será realizada no Capítulo 4.

excedentes. Buscando, desta forma, avaliar o aumento ou não da diversificação, bem como, a dependência do tabaco e geração de autonomia a partir do cultivo de novas espécies.

O segundo objetivo específico analisa a percepção dos agricultores beneficiários em dois pontos no tempo. O primeiro, no início do ATER, referente à dependência da fumicultura e possibilidades em busca da diversificação. O segundo, ao final do mesmo contrato de ATER, identificando as percepções dos beneficiários sobre as principais mudanças ocorridas em relação ao processo de diversificação.

As hipóteses para os resultados da investigação em torno da proposta da política pública em questão consideram que a proatividade dos agricultores, de forma individualizada, pode exercer influência direta para o aumento ou não da diversificação, para tanto, as características específicas de cada família e de seus recursos disponíveis também deveriam ser considerados fatores relevantes. Ao mesmo tempo em que, acredita-se que as chamadas públicas de ATER possuem potencial para contribuir nos processos de diversificação por meio do aumento do número de espécies produzidas e do empoderamento relacionado à apropriação de recursos como a ampliação de técnicas produtivas promotoras de autonomia e do conhecimento adquirido por meio das atividades desenvolvidas.

Outra hipótese a ser considerada está relacionada ao aumento da produção diversificada com a criação de canais de comercialização para estes produtos. Quer dizer, afirma-se que não é suficiente apenas incentivar a produção diversificada, sem antes (re) pensar alternativas de inserção desta produção em mercados viáveis de geração de renda para os agricultores familiares.

A abordagem teórica utilizada em torno da heterogeneidade da agricultura familiar relaciona a diversidade como uma forma específica de organização, desde a diversificação de suas formas de produção, variedades de espécies cultivadas, bem como, a diversidade de seus mercados. Razões estas, responsáveis por oportunizar a permanência dos camponeses em diferentes modos de produção ao longo da história. Neste sentido, são pertinentes as contribuições de Alexander Chayanov (1974) a partir da reprodução dos camponeses com base no funcionamento de suas unidades de produção de acordo com o trabalho da família camponesa.

A fim de compreender a diversificação como meio de reprodução no meio rural, Ploeg (2008), por sua vez, aborda a diversificação como uma forma de fortalecimento da base de recursos disponíveis dentro de uma unidade de produção, visando a ampliação da autonomia e a criação dos chamados “espaços de manobra” como forma de inovar e reagir diante de contextos de privação e adversidade.

As perspectivas teóricas acionadas para orientar a abordagem acerca da diversificação, incluem a proposta de Amartya Sen sobre a teoria das capacitações (2000), por meio da criação de condições que proporcionem a capacidade de escolha, analisando como a diversificação consiste em alternativa à especialização produtiva, proporcionando liberdade para escolhas individuais como meio para o desenvolvimento (PERONDI; SCHNEIDER, 2012).

De modo que, a ampliação das capacidades dos indivíduos e suas famílias podem ser realizadas por meio da diversificação, tanto produtiva quanto econômica. Neste contexto, a perspectiva de Sen pode ser complementar à compreensão de Frank Ellis (2000) que utiliza a abordagem da diversificação dos meios de vida para definir a construção de oportunidades pelas famílias rurais, a fim de que possam sobreviver e alcançar uma melhor qualidade de vida (PERONDI; SCHNEIDER, 2012).

Os dados provenientes desta pesquisa são oriundos de entrevistas realizadas a partir da aplicação de questionários semiestruturados, aplicados como forma de caracterização dos agricultores beneficiários de uma Política Pública de ATER para diversificação do tabaco. A coleta de dados ocorreu em dois momentos distintos, o primeiro em 2014, ano inicial do desenvolvimento do trabalho e o segundo no ano de 2017, por ocasião da finalização da execução do contrato de prestação de serviço. Totalizando 160 questionários aplicados, sendo 80 entrevistas realizadas em cada um dos momentos descritos.

A interpretação dos dados foi realizada em dois formatos distintos. Para os dados correspondentes ao primeiro objetivo específico foi realizado o cálculo dos indicadores de diversificação, em metodologia semelhante à desenvolvida por Valencia, Wittman e Blesh, (2019). A utilização desta metodologia oportunizou a análise de variáveis com relação aos processos de diversificação de acordo com as atividades produtivas desenvolvidas nestas propriedades.

A partir da análise comparativa, por meio da correlação de dados no Excel, foi considerado o número de espécies produzidas e, assim, a diversidade produtiva de cada propriedade, oportunizando a análise do aumento ou não das variedades produzidas no terceiro ano em comparação ao primeiro. Já a análise dos dados correspondentes ao segundo objetivo específico, referentes às percepções dos entrevistados, ocorreu por meio da interpretação de suas respostas abertas e análise qualitativa do conteúdo, bem como, por meio de diários de campo e observação participante da realidade local, acompanhando as 80 famílias pelos três anos consecutivos do desenvolvimento da política em questão.

Além desta introdução, a dissertação é composta por mais seis capítulos, além das considerações finais e referências. O segundo capítulo apresenta perspectivas teóricas acerca da heterogeneidade e diversificação na agricultura familiar. O terceiro capítulo refere-se ao contexto da produção de tabaco e à política de diversificação, apresentando as entidades executoras do trabalho e o desenvolvimento das atividades desenvolvidas na ATER. O próximo capítulo aborda o perfil e características dos agricultores beneficiários no município de Sobradinho, além de situar o território em que a pesquisa foi desenvolvida. O capítulo cinco apresenta variáveis relacionadas à diversificação a partir do aumento das variedades produzidas. No capítulo seis são descritas as percepções dos agricultores sobre seus processos de diversificação, considerando o acompanhamento do trabalho por meio da política de diversificação. Por fim, as considerações finais são elaboradas a partir das principais conclusões encontradas pela pesquisa.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E DIVERSIFICAÇÃO

Este capítulo apresenta perspectivas teóricas relacionadas à heterogeneidade da agricultura familiar como forma de abordar sua diversidade. Considerando que os diferentes modos de vida adotados em cada unidade de produção familiar são o ponto de partida para a diversidade contida nesta categoria.

2.1 A DIVERSIFICAÇÃO COMO CARACTERÍSTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A diversidade consiste em uma característica intrínseca da agricultura familiar, uma vez que a origem das formas familiares de produção está relacionada diretamente a aspectos sociais, econômicos e culturais. Assim, estas diferenciações contribuem para a formação de distintos modos de vida, caracterizando necessidades específicas de (re) produção, as quais resultam na heterogeneidade de diferentes formas de produção.

A agricultura familiar enquanto conceito prevê a utilização dos recursos disponíveis nas unidades de produção, onde a tomada de decisão provém do núcleo familiar em que a maior parte da força de trabalho também é familiar. Esta definição é útil à medida que oportuniza a distinção, em âmbito mais jurídico, para o acesso às políticas públicas entre a agricultura familiar e a agricultura empresarial, mas, por outro lado, não explica como ocorre o desenvolvimento e organização da produção, a mobilização de recursos, nem mesmo a relação com a natureza ou sociedade (PLOEG, 2017).

Para tanto, tendo em vista a compreensão em torno da heterogeneidade da agricultura familiar, Ploeg (2017) sugere a análise de diferentes estilos de agricultura para especificar como são estruturados os processos de produção e desenvolvimento, considerando a padronização desses processos ao repertório cultural do agricultor, bem como, ao conjunto de relações que vinculam as propriedades a mercados, tecnologia e políticas estatais.

Considerando os agricultores enquanto atores sociais de seus processos produtivos, os diferentes estilos de agricultura representam vários projetos de agricultores construídos de forma diferente, constituídos por repertórios culturais que

possuem reações diferenciadas às circunstâncias externas, as quais os agricultores podem modificar, transformar, adotar e/ou contrapor (LONG; PLOEG, 2011). Nesse caso, a autonomia está diretamente relacionada a um conjunto de práticas que resultam na produção e reprodução de recursos que permitem a construção de trajetórias que de outra forma não seriam possíveis (PLOEG e SCHNEIDER, 2022).

Ante ao exposto, é neste contexto que a diversificação produtiva emerge como um processo social e econômico, permitindo a criação de estratégias para ampliar oportunidades e opções de escolha, proporcionando mais autonomia e liberdade para a tomada de decisão sobre seus processos produtivos em diferentes realidades (PLOEG, 2008).

As características próprias dos camponeses³ permitiram sua adaptação histórica e social a distintos modos de produção, desde as sociedades escravocratas, feudais ou socialistas, o campesinato demonstrou particularidades específicas e construiu sua existência de acordo com diferentes condições, sempre mantendo em sua base a unidade de produção familiar (SOUZA, 2012).

Entretanto, uma das perspectivas mais difundidas na análise do campesinato em sua trajetória histórica indicava para o desaparecimento dos camponeses, dando lugar às formas capitalistas de produção, por outro lado, havia também teorias que defendiam a permanência do campesinato como uma alternativa de resistência ao desenvolvimento do capitalismo (SOUZA, 2012).

Lênin, um dos líderes políticos mais difundidos de sua época, acreditava que o fim do campesinato seria inevitável, porém necessário para chegar a uma sociedade socialista. Em sua obra clássica sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin (1985) realizou um minucioso estudo estatístico de várias províncias e distritos russos, afirmando (pág. 35) “[...] que o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista”.

Segundo Lênin os camponeses estavam sujeitos a um processo de diferenciação social que causaria a oposição de classes. Essa divisão resultaria na

³ Os estudos rurais brasileiros não possuem um consenso acerca da definição teórica entre agricultores familiares e camponeses, entretanto, concorda-se que muitas das características do modo de vida camponês permaneceram no âmbito da AF, dentre as quais, a produção de alimentos para autoconsumo (GRISA, 2007).

separação entre o proletariado rural pobre, que venderia seu trabalho de um lado, e, de outro, uma minoria composta pela burguesia rural produtora de mercadorias, apoiada no trabalho alheio e responsável pelo pagamento de salários, enquanto que em um nível intermediário estariam os camponeses fadados à descampesinização, em que a maioria deles seria deslocada para a proletarização, enquanto poucos se juntariam aos camponeses ricos (LÊNIN, 1985 apud LIMA, 2005).

Por outro lado, entre os expoentes que acreditavam na continuidade do campesinato como uma força de resistência ao avanço do capitalismo no campo, destacamos Alexander Chayanov (1974), que analisou a reprodução do campesinato a partir de sua inserção no modelo capitalista por meio da teoria da unidade econômica camponesa, considerando o funcionamento das unidades produtivas baseado fundamentalmente no trabalho da família camponesa.

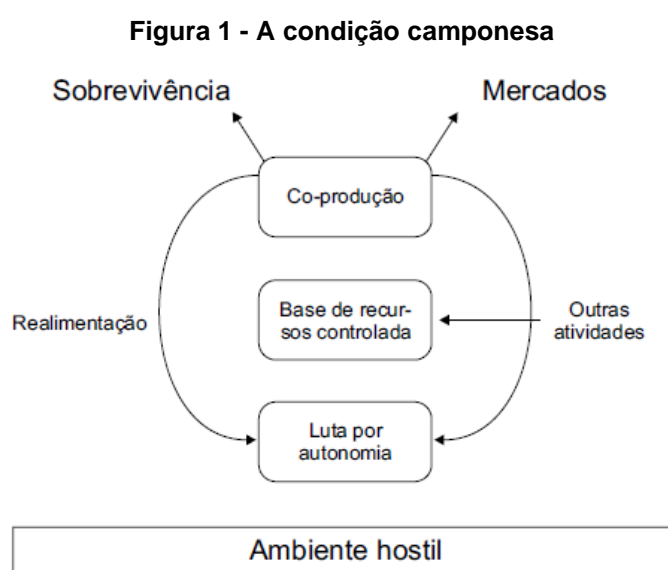
A compreensão da ideia de Chayanov sobre a diversidade camponesa considera que, embora a unidade de produção seja afetada pelo contexto capitalista, ela não é governada por ele (PLOEG, 2016). Uma vez que o funcionamento e desenvolvimento da unidade camponesa considera o equilíbrio entre trabalho e consumo e a penosidade e utilidade para alcançar determinados fins. Segundo Chayanov, para os camponeses não há um cálculo de lucro, juros e renda, mas um “sistema único de equilíbrio básico” baseado nas receitas, despesas e ganho total da família.

De acordo com Chayanov (1974), o objetivo dos camponeses consistia na garantia da reprodução da família e da propriedade, ou seja, o lucro e a acumulação de recursos são fatores secundários. Em outras palavras, a organização do trabalho ocorre por meio de uma racionalidade baseada no equilíbrio entre as necessidades de consumo e o trabalho para alcançá-lo. Assim sendo, os camponeses buscam um “nível ótimo” de exploração da terra e do trabalho, o qual é definido pelo grau de auto exploração e o nível de bem estar desejado de acordo com as necessidades de consumo de cada família.

As diferenças primordiais entre o pensamento de Lênin e Chayanov estavam relacionadas à percepção da diversidade interna dos camponeses. Para Lênin a diferenciação social que culminaria no fim do campesinato tinha suporte nas bases de um processo inevitável que era a expansão capitalista no Ocidente (LIMA, 2005).

Já a compreensão do pensamento de Chayanov (1974) entendia que a agricultura camponesa, por meio de sua diversidade, consistia em formas particulares de organização da produção e não em um modo de produção exclusivo de lucro material. Sugerindo assim, que a heterogeneidade pertencente às unidades de produção camponesas permitem distintas formas de existir, resistir e permanecer presente em diferentes modos de produção, inclusive coexistindo com o modo de produção capitalista.

A luz da teoria de Chayanov, considerando a persistência do modo de produção camponesa, Ploeg (2006) utiliza o conceito de condição camponesa a fim de explicar sua reprodução por meio da luta por autonomia a partir de um processo contínuo de construção, aperfeiçoamento e ampliação de uma base de recursos autocontrolada, constituída por recursos naturais e sociais. Segundo Ploeg, a união entre os recursos naturais e sociais (conhecimento local, redes sociais, instituições, entre outros) proporciona a inserção dos camponeses na co-produção (Figura 1).



Fonte: Ploeg, 2006.

Ploeg define a co-produção como o encontro e interação entre homem e natureza, ou seja, entre o social e o material, de modo que tais fatores são configurados em recursos úteis, adequados e promissores, resultando na reprodução do modo de produção camponês ao longo do tempo. A co-produção está articulada aos mercados, sendo que uma parte da produção é vendida, outra pode ser consumida pela própria família e uma terceira parte é direcionada para suprir o

próximo ciclo de produção, explicando desta forma, como o resultado da co-produção pode fortalecer a base de recursos e criação de autonomia (PLOEG, 2006).

Neste sentido, a perspectiva de Ploeg (2006) corrobora com o pensamento de Chayanov com relação à agricultura camponesa, ao enfatizar que os recursos para a produção de alimentos e demais necessidades estão, em grande parte, disponíveis dentro da unidade de produção. Mesmo havendo variações com relação as proporções destinadas à reprodução da propriedade, da família, bem como, da parcela direcionada à comercialização, devido às diferenciações estarem relacionadas às particularidades de tempo e espaço, além das estratégias utilizadas pelos atores envolvidos. Contudo, o fundamental a ser considerado é que o processo de produção esteja estruturado de forma que seja viável e considere uma reprodução ao longo do tempo (PLOEG, 2006).

Segundo Ploeg (2003 apud SCHNEIDER, 2010a, p. 113) os agricultores são responsáveis por desenvolver estratégias para modificar, neutralizar, resistir e até mesmo acelerar os resultados da mercantilização de acordo com as condições socioeconômicas de cada unidade familiar. Desta forma, a mobilização de um amplo repertório de recursos não dependente dos mercados pode ser responsável por criar os chamados “espaços de manobra”, bem como, estratégias e possibilidades para manter e ampliar sua autonomia, tendo como base um modo de produção baseado na diversificação (SCHNEIDER, 2010a).

De acordo com Perondi e Schneider (2012), a diversificação pode ser considerada como característica da AF à medida que representa uma alternativa para as vulnerabilidades (clima, doenças, preços) que permeiam as populações rurais. Em contextos caracterizados por dificuldades, uma maior diversidade de possibilidades, sejam elas relacionadas a aspectos climáticos ou socioeconômicos, pode ser uma estratégia de reação à uma situação de crise, de modo que, quanto mais diversificada for uma unidade produtiva ou uma família, maiores são suas chances e oportunidades de opções de escolha e resiliência (PERONDI; SCHNEIDER, 2012).

Muito embora o modo de produção camponês, historicamente, tenha sido retratado por meio de referências opostas ao desenvolvimento, as dinâmicas de

reprodução das formas familiares estão, cada vez mais, ganhando espaço nos estudos rurais, a exemplo do conceito de recampesinização empregado por Ploeg (2008) a partir da luta por autonomia e sobrevivência em contextos de privação e dependência. Considerando a condição de agência como característica central, o campesinato oferece perspectivas e soluções promissoras para problemas atuais, sendo por esta razão fundamental reconsiderar o campesinato e seu futuro (PLOEG, 2018).

Os apontamentos e considerações realizados até o momento buscaram acionar teorias e referências em torno da heterogeneidade enquanto característica inerente à agricultura familiar, apontando a diversidade como a base para explicar a construção dos processos de diversificação das formas familiares de produção.

Desta forma, busca-se neste trabalho abordar as dinâmicas que envolvem os processos de diversificação, considerando os agricultores como principais atores participativos destes processos, a fim de compreender como a diversificação produtiva, identificada enquanto característica da agricultura familiar pode ser fortalecida e passar a contribuir muito mais para o desenvolvimento rural sustentável, não apenas como uma alternativa para o caso da especialização, mas também para o desenvolvimento do meio rural em diferentes contextos e realidades.

2.2 A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O reconhecimento da agricultura familiar no Brasil consolidou-se por intermédio da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁴, através do decreto presidencial n. 1946 de 28/07/1996. Sendo criada, no ano de 2006, a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326)⁵, considerando-se agricultor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possuindo área de até quatro módulos fiscais, utilização predominante de mão de obra familiar,

⁴ O Pronaf é a principal política pública de apoio às formas produção e trabalho familiar existentes no campo brasileiro. Criado em 1996, o programa atua em todos os municípios do País por meio da liberação de financiamentos agropecuários em condições especiais de pagamento (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

⁵ Contudo, a Lei 11.326 (2006) foi alterada por Michel Temer por meio do Decreto 9.064/2017.

renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento da propriedade em conjunto com os demais membros da família (BRASIL, 2006).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos rurais do Brasil, o equivalente à cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos, envolvendo cerca de 10,1 milhões de pessoas, ou seja, 67% de todo o pessoal ocupado na atividade agropecuária no país. A área ocupada é de 80,9 milhões de ha, que corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país, o valor da produção é estimado em 107 bilhões, equivalendo a 23% de toda a produção agropecuária brasileira (IBGE, 2017).

Segundo dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017, a agricultura familiar responde pelo maior número de unidades produtivas do país, contribuindo com parcela significativa de empregos associados às atividades agropecuárias, artesanais e agroindustriais, possuindo um protagonismo importante para a segurança alimentar nacional, pela produção de alimentos para consumo e distribuição, tanto local, como regional (ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO, 2017).

A trajetória histórica da agricultura brasileira, considerando a formação de sua diversidade, resulta na consolidação de uma estrutura social e econômica dualizada, dividida entre a agricultura familiar e agricultura patronal/agronegócio (Schneider, 2010a). Contudo, apesar desta dualidade não é possível afirmar que sejam dois grupos coesos e sem distinções entre si, isso porque, ambos guardam diferenciações para além de uma visão generalizante.

A legitimação da agricultura familiar enquanto categoria social oportunizou o aumento ao acesso às políticas públicas, ao mesmo tempo em que ampliou o desafio para compreender a heterogeneidade inerente à esta classe genuinamente diversa. Ao considerar que a agricultura familiar não consiste em um bloco homogêneo de produtores que possuem características idênticas, diversos estudos afirmam a existência de “várias agriculturas familiares” a exemplo da tipologia adotada na delimitação do público para acesso ao Pronaf, a qual abarca cinco

grupos identificados de acordo com características distintas⁶ (AQUINO; GAZZOLA; SCHNEIDER, 2018).

Contudo, a definição de AF para fins de atribuição de crédito pode ser diferente daquela estabelecida para análise em um estudo acadêmico, de modo que é importante destacar três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar, os quais devem estar presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1992).

Segundo Savoldi e Cunha (2010) para que a categoria da agricultura familiar seja útil e desejável para fins de política é imprescindível o reconhecimento da diferenciação interna dos agricultores familiares e não reduzi-los a uma única categoria simplesmente por utilizarem o trabalho familiar. Portanto, torna-se imprescindível considerar a diferenciação existente nestes meios de vida, bem como, reconhecer também a limitação teórica dos estudos rurais para um “olhar mais interno” na agricultura familiar (AQUINO; GAZZOLA; SCHNEIDER, 2018).

Por outro lado, a lacuna existente pela falta de reconhecimento científico em torno da heterogeneidade da AF, trás a tona a discussão sobre os limites da pequena agricultura familiar e sua baixa capacidade produtiva. Ao passo que os estudos relacionados à agricultura empresarial por meio da produção em larga escala e alto valor agregado, resultam na abertura de espaço para a produção de teses que questionam o direcionamento (supostamente) equivocado de políticas para os pequenos agricultores, como se a agricultura familiar e seus segmentos mais empobrecidos não tivessem capacidade de progredir economicamente (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2015).

Ao analisar dados estatísticos do Censo Agropecuário de 2006 com base na tipologia utilizada para acesso ao Pronaf, concluiu-se que a grande maioria dos

⁶ Segundo o MDA/SAF/PRONAF (2006) para acessar o Pronaf os estabelecimentos deveriam se enquadrar em critérios divididos em cinco grupos. Grupo A: Assentados da Reforma Agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário e reassentados de barragens; Grupo B: Possuir renda bruta anual familiar de até R\$ 3.000,00, sendo no mínimo 30% auferida através das atividades desenvolvidas na propriedade; Grupo C: Renda bruta anual familiar acima de R\$ 3.000,00 até R\$ 16.000,00, sendo pelo menos 60% dessa renda proveniente das atividades desenvolvidas na propriedade; Grupo D: Renda bruta anual familiar acima de R\$ 16.000,00 até R\$ 45.000,00, sendo pelo menos 70% proveniente de atividades desenvolvidas na propriedade, podendo ter até dois empregados assalariados permanentes; Grupo E: Renda bruta anual familiar acima de R\$ 45.000,00 até R\$ 80.000,00, sendo pelo menos 80% proveniente das atividades desenvolvidas no interior da propriedade, podendo ter até dois empregados assalariados permanentes.

agricultores familiares brasileiros é constituída por famílias extremamente pobres, enquanto que os maiores percentuais de recursos sempre permaneceram concedidos aos grupos de agricultores consolidados ou intermediários (AQUINO; GAZZOLA; SCHNEIDER, 2018). Evidências que comprovam que a política agrícola patrocinada pelo Estado contribui com a manutenção das desigualdades internas na agricultura familiar.

Neste contexto, Niederle, Fialho e Conterato (2015) afirmam que se, por um lado, o uso dos critérios da Lei da Agricultura Familiar favorece a tipificação e quantificação, por outro, proporciona o engessamento das análises, e, principalmente, limita o olhar analítico para os estudos acerca dos múltiplos parâmetros que podem ser utilizados para compreender a heterogeneidade do meio rural.

Ainda que seja um amplo campo de estudos a serem desvendados, alguns trabalhos reforçam a importância em demonstrar a diferenciação da AF, assim, Savoldi e Cunha (2010) determinam três categorias para agricultura familiar: família agrícola de caráter empresarial, família camponesa e família agrícola urbana.

Caracterizando a primeira por possuir uma estrutura econômica, social, técnica e patrimonial que lhe garante investir em uma produção rentável e voltada, sobretudo, para o mercado; a segunda prioriza a manutenção da família em determinadas condições culturais e sociais e não somente pela crescente rentabilidade como prioridade, a família é um valor que se impõe à produção; e a terceira possui valores orientados pela produção com foco na qualidade de vida, resgata alguns dos valores da família camponesa, expressa um forte vínculo com uma localidade em particular, não prioriza somente o lucro crescente, porém não desconsidera o retorno financeiro. Este é um exemplo de tipologia sugerido por um estudo em específico, porém, o fato aqui é a existência de uma heterogeneidade tão grande quanta ainda desconhecida.

Outro exemplo que ilustra a diferenciação interna da AF pode ser representado por um estudo sobre a adaptação de produtores de café à liberalização mercantil (SINGULANO; HIGGINS, 2021). Os autores realizaram a combinação de critérios específicos para elaborar uma tipologia que representa a diversidade dos modos de adaptação ao contexto do mercado liberalizado. A

tipologia demonstra que a diferenciação entre os produtores estudados está relacionada, principalmente, pelos modos de construção das estratégias e não apenas com relação ao tamanho da área utilizada ou nível tecnológico empregado, identificando quatro categorias de produtores: tradicional, sustentável, especial e empresário, cada uma delas podem ser visualizadas no Quadro 1 de acordo com suas definições.

Portanto, verificou-se que cada uma das quatro categorias possui características específicas de produção e adoção de formas de coordenação predominantes, mesmo inseridas em um mesmo contexto territorial e cultural na região das Matas de Minas. Revelando a multiplicidade interna da agricultura familiar, muitas vezes encoberta por uma análise superficial.

Quadro 1 - Tipologia dos produtores classificados por padrão de avaliação e coordenação predominantes

Tipo de produtor	Qualidade do café e padrões de avaliação	Formas de coordenação predominantes
Tradicional	<i>Commodity</i> . Avaliação pelos compradores locais. Os produtores não dominam os padrões de avaliação.	Comercialização via intermediários ou atravessadores locais, muitas vezes sem contratos formais.
Especial	Cafés especiais. Avaliação por <i>experts</i> via padrão SCAA. ²² Reputação obtida por meio de premiações e concursos. Uso de certificações. Os produtores frequentemente conhecem os padrões de avaliação.	Torrefações e marcas próprias, contratos diretamente com <i>traders</i> e exportadores de cafés especiais e com cafeterias.
Empresário	Cafés <i>commodity</i> e especiais. Avaliação por especialistas. Os produtores frequentemente conhecem os padrões de avaliação.	Comercialização local com contratos formais. Algumas torrefações e marcas próprias. Contratos com <i>traders</i> em outras praças de mercado.
Sustentável	Cafés sustentáveis (orgânicos e <i>fair trade</i>). Uso de certificações de orgânicos e do <i>fair trade</i> . Os produtores em alguns casos conhecem os padrões de avaliação, mas estes são controlados por agentes que não fazem parte da troca, como certificadoras, Ongs etc.	Cooperativas, mercados institucionais, solidários ou circuitos curtos.

Fonte: Singulano e Higgins, 2021.

A partir do contexto entre o reconhecimento da AF e seus múltiplos estilos de fazer agricultura, Niederle, Fialho e Conterato (2015) questionam se estaríamos diante da construção de um modelo diferenciado de desenvolvimento rural. Segundo Stringer et al. (2020) os diferentes tipos de agricultores existentes e suas distintas

atividades podem estar cruzadas com as tendências globais (crescimento populacional, mudanças climáticas e dietéticas, etc.) apontando a viabilidade de alguns caminhos a partir de condições relacionadas à infraestrutura, acesso ao crédito e mercados, bem como, uma governança em vários níveis, auxiliando os agricultores percorrerem diferentes caminhos, contribuindo para alcançar um desenvolvimento mais sustentável e segurança alimentar.

Por um lado as mudanças globais exigem reinvenções desde modelos produtivos até a distribuição e acesso à alimentos da forma mais consciente possível, priorizando o equilíbrio ambiental, social e econômico, buscando identificar os múltiplos caminhos a ser seguidos a fim de suprir esta demanda crescente. De outro lado, identifica-se a diversidade da agricultura familiar, composta por uma multiplicidade de características que podem ser exploradas buscando encontrar caminhos convergentes com as demandas acima relacionadas. Uma análise superficial poderia sugerir que a questão levantada possui a sua resposta quase que pronta, contudo, quais os meios de proporcionar a ligação entre o caminho de “demanda e oferta” necessita de muito mais aprofundamento e pesquisa a fim de apontar, de fato, oportunidades coesas para os dois lados.

Assim, as argumentações e embasamento teóricos expostos até o momento objetivaram demonstrar que por detrás do termo geral da agricultura familiar existe uma enorme heterogeneidade desta categoria, a qual fica encoberta por um conceito aparentemente homogêneo.

Desta forma, o presente trabalho almeja contribuir nesta perspectiva, uma vez que aborda uma política pública voltada para a diversificação do tabaco, realizando uma análise dos processos de diversificação de agricultores familiares⁷, medindo a agrobiodiversidade, por meio da diversidade de variedades de culturas produzidas, bem como, pela percepção do público beneficiário acerca das mudanças ocorridas ao longo da execução desta política pública.

⁷ Na região de abrangência deste trabalho, os agricultores, em sua maioria, autodenominam-se como agricultores familiares, muito embora, em localidades onde existe maior proximidade com o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, estes se reconhecem como camponeses, a exemplo da denominação acerca dos conceitos de resistência e busca por autonomia reconhecida por Ploeg em suas publicações. Assim, ao longo do texto será utilizado o conceito de agricultor familiar e também camponês, sem que haja, necessariamente, distinções entre ambas.

A próxima seção irá abordar conceitos em torno das “opções” entre a especialização e diversificação produtiva. Para tanto, os esforços serão direcionados na tentativa de expor por que a escolha destes agricultores por diversificar seria melhor do que manter-se em culturas especializadas.

2.3 ENTRE A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E A DIVERSIFICAÇÃO

A argumentação utilizada ao longo desta seção tem como objetivo demonstrar que a partir da diversificação, a agricultura familiar tende a aumentar suas oportunidades de prosperar, bem como, estar menos suscetível à vulnerabilidades devido à adoção de práticas, tecnologia e conhecimento compatíveis com o modo de produção sustentável e sistemas baseados na diversificação de culturas. De modo que, as características relacionadas à heterogeneidade presentes na AF devem ser observadas também em seus modelos produtivos, buscando uma compatibilidade com as necessidades e expectativas referentes aos atores envolvidos neste contexto.

Nesse sentido, compreende-se que a implementação de alternativas economicamente viáveis ao cultivo do tabaco estão relacionadas à melhoria nos modos de vida dos agricultores, considerando questões que vão além da produção e rentabilidade, ou seja, para que ocorram mudanças bem sucedidas para outras atividades econômicas é necessário além de rentabilidade, ATER, subsídio financeiro e apoio social, principalmente em períodos de transição (SCHNEIDER, 2010b).

Ao elaborar um documento sobre a diversificação do tabaco abrangendo políticas públicas de apoio à estratégias de produção e renda visando o desenvolvimento rural sustentável, Schneider (2010b) sintetizou as diferentes características entre a substituição de cultivos e a diversificação sustentável, Quadro 2.

Quadro 2 - Principais distinções entre a substituição de cultivos e a diversificação sustentável

SUBSTITUIÇÃO DE CULTIVOS	DIVERSIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reduz a dependência da indústria 2. Busca aumentar rendas agrícolas; 3. Preconiza intensificação no uso de recursos (terra, água, trabalho) na produção; 4. Mantém a base tecnológica assentada sobre o uso de agroquímicos; 5. Contribui para reduzir a fertilidade solos e da biodiversidade 6. Privilegia economias de escala e crescimento setorial; 7. Traz risco à saúde (doenças) e ao trabalho dos produtores; 8. Atende aos objetivos da indústria: manter produção e oferta tabaco; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maior potencial de gerar autonomia; 2. Diversifica as rendas agrícola e não-agrícolas; 3. Menor intensidade no uso de recursos produtivos; 4. Base para a transição à produção orgânica e agroecológica; 5. Recupera fertilidade e preserva biodiversidade; 6. Gera externalidades positivas sobre a economia; 7. Mais comprometida com qualidade de vida 8. Atende aos objetivos da saúde pública: reduzir oferta e consumo de tabaco;

Fonte: Schneider, 2010b.

Schneider (2010b) esclarece que a diversificação é um processo de ampliação de oportunidades de produção e trabalho, redução da dependência e da vulnerabilidade, aumento da qualidade de vida, segurança alimentar. Quer dizer, a diversificação não pode ser comparada apenas ao aumento ou mudança de atividades produtivas, uma vez que implica em alternativas economicamente viáveis e sustentáveis com potencial de contribuir com a redução da pobreza e vulnerabilidade social no meio rural.

A especialização produtiva caracteriza-se a partir de monoculturas, normalmente destinadas à exportação, como ocorre no caso da cadeia produtiva do tabaco. Os agricultores inseridos no sistema integrado de produção de tabaco podem ser analisados como uma situação em que o modo de trabalho familiar desenvolveu relações estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes (SCHNEIDER, 2010a).

Com relação às famílias produtoras de tabaco, Freitas (2015) afirma que a dependência de uma única fonte de renda na agricultura familiar a partir de um processo de especialização produtivo, não está necessariamente relacionada à modernização e aumento da qualidade de vida. Segundo Vendruscolo (2017), muito embora haja insatisfação de muitos agricultores para permanência nesta produção,

ocorre que as empresas responsáveis pela compra do tabaco, além de instituições defensoras da fumicultura, utilizam um discurso que legitima e justifica a produção de tabaco como a cultura mais viável em termos financeiros e garantia de comercialização. Fatores que contribuem sobremaneira para a permanência nesta cultura.

Freitas (2015) destaca que embora haja uma percepção positiva com relação ao fator financeiro, isso não reflete na liberdade dos agricultores para levarem a vida que desejam, mas sim, por estarem acostumadas a uma situação de privação que se tornou naturalizada. Quer dizer, esse “conformismo” como uma condição de vulnerabilidade, segundo Freitas (2015) pode estar relacionado à falta de alternativas e oportunidades para transição de cultivos e geração de renda.

Para Sen (2003) de acordo com Freitas (2015), esse “consentimento” pode ser entendido como uma acomodação resignada a essa privação continuada e à vulnerabilidade, além da aceitação de uma condição de incerteza, risco e dependência. Argumentos estes, que podem auxiliar na compreensão do porque, mesmo insatisfeitos, os agricultores fumicultores seguem neste cultivo.

A diversificação como alternativa à especialização pode ser relacionada à proposta do economista Amartya Sen (2000) por meio da teoria das capacitações, em que o autor considera que a ampliação das capacidades dos indivíduos e suas famílias podem ser realizadas por meio da diversificação, em suas formas de organização econômica e produtiva, de modo que, a ausência de recursos disponíveis pode representar restrições de oportunidades.

A diversificação pode ser compreendida como a ampliação de oportunidades para realizar escolhas de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo familiar. Com base no contexto entre especialização e diversificação, Sen (2000, p. 28), afirma que “a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer e não nela mesma”. Ou seja, o autor considera a ideia do desenvolvimento como liberdade mais importante do que seguir um modelo preestabelecido, possuindo liberdade para criar e realizar escolhas da forma que lhes for mais desejável.

Schneider (2010a) baseado em Sen discorre que o desenvolvimento humano em seu sentido pleno somente pode ser alcançado na medida em que os indivíduos de uma determinada sociedade tenham liberdade de escolha e opções, dispendo de

capacidades e meios para realizá-las. Considera-se que as capacidades e habilidades para fazer escolhas e alcançar uma vida plena são mais importantes do que atributos como renda, capital e posse de recursos físicos.

Partindo desta análise, a ligação dos agricultores ao sistema de produção integrado do tabaco pode ser compreendida, também, como uma forma de resistência para a busca ou aceitação de novas atividades geradoras de renda que, por ventura, pudessem resultar na redução da dependência econômica da produção de tabaco. Isso porque, fora do sistema de integração, as opções possuem um caráter relacionado à maior instabilidade acerca de fatores como, mercado e técnicas produtivas, por exemplo.

De forma que, mesmo existindo a insatisfação com relação a sistemas produtivos especializados, esses agricultores continuam tendo dificuldades na viabilização da diversificação de suas produções e mais ainda quando se trata de geração de renda a partir de sistemas diversificados. Nesse sentido, Schneider (2010b) sugere a compreensão da diversificação a partir de iniciativas, ações, atividades e políticas que possam alterar, tanto de forma qualitativa, quanto quantitativa os aspectos culturais e econômicos dos agricultores fumicultores, estimulando e encorajando a redução ou o abandono do cultivo do tabaco.

Ademais, a tomada de decisão pela diversificação pode ser compreendida como uma alternativa para elevar a renda das famílias fumicultoras, principalmente por gerar condições que promovem a liberdade de escolha e aumento da autonomia, potencializando valores e recursos endógenos regionais, proporcionando o desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida a estas famílias (ESAU E DEPONTI, 2020).

Neste sentido, uma análise realizada por Vargas e Oliveira (2012) também demonstrou que a renda líquida proveniente de culturas alternativas ao tabaco pode ser superior àquela obtida por fumicultores. Ao passo que, a transição do cultivo convencional de tabaco para sistemas agroecológicos diversificados evidencia o aumento da produtividade e maiores lucros agrícolas, além da redução dos custos de insumos e mão de obra, aumentando o tempo dos agricultores para planejamento da produção, agregação de valor e diversificação de mercados (STRATTON et al.; 2021).

De modo que, o potencial dos sistemas agrícolas diversificados para contribuir na conversão para sistemas ambientalmente sustentáveis e socialmente justos já são conhecidos (FRISON, 2016; SCHIPANSKI et al. 2016; STRATTON; WITTMAN; BLESCH, 2021). Contudo, dados estatísticos e pesquisas revelam que o apoio social e econômico em sistemas sustentáveis, com ênfase na agroecologia e diversificação é exceção quando comparado aos investimentos realizados em sistemas convencionais, como na produção de commodities (STRATTON; WITTMAN; BLESCH, 2021; AQUINO; GAZZOLA; SCHNEIDER, 2018). Ou seja, a política agrícola dominante dificulta o incentivo e desenvolvimento dos agricultores diversificados e de pequena escala (VALENCIA; WITTMAN; BLESCH, 2019).

Tanto as questões relacionadas à dependência econômica, social e cultural dos agricultores inseridos na produção de tabaco (FREITAS, 2015; VENDRUSCOLO, 2017) como o contexto em torno dos sistemas alimentares e agrícolas estão assentados em uma mesma problemática: um modelo produtivo baseado na produção de monoculturas orientadas para exportação e extremamente dependentes de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Se, por um lado, o sistema alimentar e agrícola atual são bem sucedidos com relação ao fornecimento de grandes volumes de alimentos aos mercados globais, por outro, são responsáveis por vários resultados negativos e vulnerabilidades, como degradação do solo, da água e dos ecossistemas, altos níveis de emissão de gases de efeito estufa, perda da biodiversidade, persistência da fome e deficiência de micronutrientes ao mesmo tempo em que ocorre aumento da obesidade e de doenças relacionadas à alimentação, bem como, a pressão sobre sistemas agroecológicos diversificados (FRISON, 2016).

Portanto, o reconhecimento do potencial dos sistemas agrícolas diversificados em contribuir na construção de sistemas alimentares ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e mais resilientes às mudanças globais (VALENCIA, WITTMAN, BLESCH 2019) consiste em alternativa à agricultura industrial e, conseqüentemente, aos chamados “sistemas alimentares industriais”.

Segundo um painel internacional de especialistas em sistemas alimentares sustentáveis, o modelo de produção convencional, bem como, o sistema alimentar que surgiu a partir da especialização produtiva de monoculturas, principalmente da

soja e milho, estão interligados e se retroalimentam por uma série de ciclos viciosos, de modo que, a forma de estruturação dos sistemas alimentares acaba beneficiando um número restrito de atores, reforçando seus poderes econômicos e políticos, e conseqüentemente, influenciando na governança dos sistemas alimentares (FRISON, 2016).

Assim, pode-se entender porque, mesmo com evidências crescentes das vantagens ecológicas e sociais, os sistemas agrícolas diversificados recebem pouquíssimos investimentos públicos e privados (VALENCIA; WITTMAN; BLESCH 2019). Desta forma, destaca-se a necessidade de novas abordagens analíticas que avaliem, tanto a segurança alimentar, como a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção (WITTMAN et al. 2016). Deve-se considerar, contudo, que a heterogeneidade existente na agricultura familiar comporta distintas possibilidades produtivas e culturais, o que implica em buscar compreensões compatíveis com diferentes realidades.

Diante do contexto de escolha por distintas possibilidades, Schneider (2010a) esclarece que quanto mais restritos forem os tipos de atividades e fontes de renda, maior será a dependência e vulnerabilidade destas famílias, pois a falta de autonomia e os riscos relacionados à instabilidade climática, pragas, doenças e preços, entre outros, podem constituir-se em ameaças à liberdade de escolha dos agricultores. Em outras palavras, as possibilidades de substituição e reinvenção, diante de crises, podem ser infinitamente maiores em modelos de produção baseados na diversificação de culturas do que em sistemas especializados e monocultivos, justificando assim, porque diversificar é uma escolha mais promissora do que optar pela especialização produtiva.

As reflexões empreendidas até o momento sugerem o que talvez seja imprescindível, para além das dificuldades enfrentadas em um modelo ou outro, reconhecer a complexidade das variadas formas de se fazer agricultura, bem como, as opções por distintas possibilidades, ainda que estas não sejam únicas e eventualmente necessitem ser (re) criadas. Desta forma, buscando aprofundar esta compreensão, a próxima seção realizará uma análise da diversificação como alternativa para o desenvolvimento rural, considerando a abordagem da

diversificação dos meios de vida de Frank Ellis, entre outros autores que abordam a temática relacionada ao modelo de produção diversificado.

2.4 OS SISTEMAS AGRÍCOLAS DIVERSIFICADOS COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A problemática em torno das questões ambientais, bem como, o crescimento da população mundial são temas convergentes com os sistemas agrícolas diversificados. Isso porque, a necessidade de encontrar alternativas para os problemas globais relacionados às mudanças climáticas e a produção de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para uma população mundial em crescimento, está diretamente relacionada à lógica de produção dos sistemas agrícolas desenvolvidos em âmbito global.

Neste sentido, as possibilidades em torno de sistemas agrícolas mais resilientes encontram respostas pertinentes em modelos de agricultura baseados na diversificação produtiva de culturas (KREMEN; MILES, 2012), considerando-se para tanto, que a produção a nível local contribui para mudanças em escala global.

Desta forma, acredita-se que os sistemas produtivos diversificados estão diretamente relacionados ao protagonismo dos pequenos agricultores como provedores de alimentos, mais ainda em momentos de instabilidade, a exemplo da pandemia mundial do Corona Vírus, vivenciada recentemente, e que ainda reverbera seus impactos, agravando o acesso à alimentação de qualidade a preços justos.

Buscando compreender melhor a diversificação, a mesma pode ser analisada por meio de diferentes níveis, Schneider (2010a) sugere o primeiro nível em escala de unidade de produção, um segundo nível intermediário, envolvendo a economia local e regional e o terceiro em escala global, reconhecendo a diversificação como crucial para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, envolvendo questões socioeconômicas e ambientais.

Segundo Ploeg (2006) as potencialidades dos sistemas agrícolas diversificados podem ser consideradas no debate acerca dos problemas sociais e ambientais, isso porque, a diversificação de culturas apresenta-se como uma alternativa para o desenvolvimento rural à medida que considera as características de heterogeneidade da agricultura familiar como oportunidades de construção de

mudanças. Entretanto, é preciso que as características relacionadas à diversidade da agricultura familiar sejam observadas também em seus modelos produtivos, buscando ser compatível com as necessidades e expectativas referentes aos atores envolvidos em contextos específicos (STRINGER et al. 2020).

Ademais, a diversificação produtiva de base agroecológica como alternativa ao modo de produção convencional difere principalmente, por proporcionar que a biodiversidade faça parte de estratégias holísticas que garantam agroecossistemas saudáveis (FRISON, 2016). Neste contexto, os benefícios dos sistemas diversificados são evidenciados pela manutenção da fertilidade do solo, redução da dependência de insumos externos, capacidade de armazenamento de água no solo, controle das chamadas “ervas daninhas”, serviços de polinização, maior resistência e resiliência às mudanças climáticas, (KREMEN; MILES, 2012) apenas para citar alguns exemplos dos benefícios deste modo de produção.

Segundo Schneider (2010a) a escolha pela diversificação pode ocorrer como estratégia em situações de precariedade ou riscos, bem como, por meio de investimentos que visem construir alternativas econômicas, técnicas e sociais, possibilitando, por meio da produção própria, um jogo permanente entre consumo ou venda do excedente. Para tanto, a produção diversificada considera os ativos disponíveis dentro de cada propriedade, a partir da criação de mecanismos associados a um melhor gerenciamento do tempo de trabalho e maior acesso a informação, o que pode culminar para o aumento da autonomia, e consequentemente, redução da dependência (FREITAS, 2015).

No caso da produção de tabaco, a tomada de decisão para modelos de produção diversificados consiste em desafio ainda maior, devido à influência que a cultura do tabaco exerce na vida dos agricultores. Contudo, famílias que buscaram implementar a diversificação obtiveram resultados muito positivos, tais como melhor estruturação na propriedade e maior retorno financeiro, culminando para a percepção de redução do cultivo do tabaco, reduzindo também a dependência do SIPT e aumentando a qualidade de vida nestas propriedades (ESAU; DEPONTI, 2020). Diante deste contexto, é possível afirmar que a autonomia consiste em importante característica atribuída a resiliência das famílias, uma vez que dependendo de recursos produtivos próprios, como terra e conhecimento dos

processos ecológicos, os agricultores ficam mais protegidos e menos suscetíveis ao mercado externo (VALENCIA; WITTMAN; BLESCH, 2019).

Neste sentido, Frank Ellis foi o responsável por incorporar a compreensão da capacidade de diversificação na abordagem dos meios de vida⁸, o autor considera os processos em que as propriedades familiares constroem diversas opções de atividades e recursos a fim de manter seus padrões de vida, almejando a construção de oportunidades, visando melhorar a qualidade de vida, principalmente diante de crises e vulnerabilidades (ELLIS, 2000). Quer dizer, quanto mais restritas forem as fontes de renda e atividades desenvolvidas, maior será o grau de dependência e vulnerabilidade destes indivíduos (SCHNEIDER, 2010a).

Para Ellis (2000) a diversificação dos meios de vida compreende os ativos (natural, físico, humano e capital social), as atividades, e acesso a essas (mediado pelas instituições e relações sociais) que juntos determinam a renda gerada nas propriedades rurais.

Segundo Ploeg (2018) a diversificação permite ao agricultor um espaço de manobra, proporcionando ao agricultor maior autonomia sobre suas decisões por meio de mecanismos de gestão e de conversão de recursos. Nesse sentido, Schneider (2010a) reforça que em uma situação de diversificação podem ser escolhidos pelo menos cinco mecanismos de gestão e conversão de recursos, primeiramente ampliando o portfólio de produtos, resultando em sistemas de produção diversificados, sendo que esse processo também pode ocorrer pela redução de custos e da dependência de insumos externos. O terceiro nível implica na reorganização do modo de produção através da adoção de práticas agroecológicas, no quarto nível as unidades de produção podem adotar a pluriatividade, combinando diferentes atividades e acesso a rendas, e, por fim, a ampliação da autonomia a partir de empreendimentos com potencial para geração de renda.

⁸ Inicialmente, a abordagem dos “meios de vida” (livelihoods) de Gordon Conway e Robert Chambers surgiu em 1992, sendo considerada uma importante ferramenta analítica nos estudos sobre a pobreza rural no mundo, por apresentar efetividade em explicar como as pessoas sobrevivem em situações de risco e/ou crises ambientais, sociais ou econômicas, resumindo-se em um excelente foco orientador das políticas de desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2010b).

Segundo Frison (2016) a transição para sistemas agroecológicos diversificados constitui-se em alternativa para o desenvolvimento sustentável, principalmente pelas possibilidades de apresentar sucesso onde os sistemas convencionais estão falhando, ou seja, na segurança alimentar, proteção ambiental, adequação nutricional e justiça social. De acordo com dados que identificam a viabilidade desta transição são apontados desafios em torno da necessidade de formas de cooperação, geração de conhecimento, desenvolvimento de novas relações de mercado que sejam alternativas ao modelo de distribuição convencional, além da importância de incentivos políticos para que novas possibilidades possam ser reconhecidas e fortalecidas (FRISON, 2016).

De acordo com Kremen e Miles (2012) apesar da falta de investimentos em pesquisa, os sistemas agrícolas diversificados são responsáveis apenas por uma pequena redução em termos de produtividade média das lavouras em relação aos sistemas agrícolas convencionais, contudo, causam muito menos danos ambientais e sociais.

Em pesquisa realizada no sul do Brasil com agricultores produtores de tabaco convencional (STRATTON; WITTMAN; BLESCH, 2021) constatou-se que a diversificação auxilia na melhora das condições de trabalho durante transições agroecológicas, fornecendo benefícios econômicos para os agricultores envolvidos neste processo. Os resultados deste estudo demonstraram que práticas como a diversificação de culturas, cobertura do solo e manejo ecológico de nutrientes e pragas contribuem para mudanças de um paradigma de substituição de insumos para a transformação do sistema durante transições agroecológicas, gerando resultados positivos de renda e trabalho em unidades produtivas, desde que haja, contudo, uma rede apoio capaz de auxiliar no acesso à diversos mercados.

Demais evidências científicas enfatizam que os sistemas diversificados podem competir com a agricultura industrial em termos de produção total, apresentando bons resultados, inclusive em condições de estresse ambiental, proporcionando inclusive aumento de produtividade, entretanto, é imprescindível o incentivo políticos em torno do reconhecimento do potencial dos sistemas agroecológicos diversificados, inclusive para abrir caminho também para a

diversificação do consumo de alimentos e melhora da saúde da população (FRISON, 2016).

Os desafios em torno dos sistemas diversificados estão relacionados às transições produtivas, mas também, com a orientação desta produção ao mercado. De modo que o apoio governamental e de organizações coletivas deve ser considerado essencial para apoiar este processo transitório, bem como, proporcionar maior segurança aos agricultores familiares, principalmente, no incentivo de agricultores inseridos em sistemas integrados, como no caso dos produtores de tabaco.

Nesse sentido, Valencia, Wittman e Blesh (2019) apontam para os resultados positivos da criação de políticas públicas, por meio de mercados mediados como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o incentivo de sistemas agrícolas diversificados, contribuindo para a resiliência do sistema alimentar, aumentando a autonomia e apoiando simultaneamente o desenvolvimento rural e a segurança alimentar e nutricional.

O estudo sugere que a contratação pública aumenta a demanda por agrobiodiversidade por meio de incentivos às práticas agroecológicas, criando um mercado economicamente viável e estável para produtos agrícolas diversificados, o que consiste em alternativa à mercados imprevisíveis. Além de vincular os produtores locais aos consumidores locais, proporcionando um processo de localização econômica, e por fim, é responsável por gerar um efeito de transbordamento, em que o excedente da produção hortícola não vendido ao PNAE era redirecionado ao mercado local (VALENCIA; WITTMAN; BLESH, 2019).

As evidências em torno das mudanças em curso atualmente, tanto em torno da produção agrícola quanto dos impactos por meio dos sistemas alimentares são propositoras de grandes transformações. Ao passo que, a degradação dos ecossistemas, bem como o futuro da agricultura familiar no mundo, sugere a necessidade de alternativas que correspondam aos desafios para conectar de forma satisfatória a produção ao consumo. Contudo, ainda são insuficientes os estudos em torno de uma visão convergente entre modelos agrícolas diversificados e sistemas alimentares sustentáveis e socialmente justos que deem conta das tendências do futuro.

Segundo Frison (2016) existe uma visão-chave capaz de explicar as dificuldades para alcançar as mudanças necessárias, a qual está relacionada ao distanciamento da capacidade de visualização do potencial de sistemas agroecológicos diversificados em entregar o que realmente importa e a nossa capacidade de medir e valorizar esse potencial.

Portanto, a realização de pesquisas que visam compreender tanto os processos para a transição de sistemas convencionais para agroecológicos e diversificados são tão fundamentais quanto saber trilhar os caminhos para concretizar a transição de sistemas alimentares desejáveis em um futuro próximo. Questões estas que impactam a sociedade de forma abrangente a partir de suas consequências, mas que devem ser observadas desde sua base, ou seja, desde a escolha dos modelos de produção a ser adotados.

Tendo em vista a argumentação utilizada, justifica-se porque o presente trabalho analisa as dinâmicas acerca dos processos de diversificação de agricultores familiares beneficiários de uma política pública voltada para a diversificação do tabaco. Considerando uma abordagem que reconhece os agricultores como principais atores sociais de seus processos de produção, o presente trabalho busca avaliar as mudanças ocorridas, a partir da ATER, nos meios de vida das famílias beneficiárias.

Desta forma, o próximo capítulo trata das dimensões que consideram a produção de tabaco na AF, bem como, a criação do PNDACT e o desenvolvimento do trabalho realizado com o público alvo da pesquisa.

3 O TABACO E O PROGRAMA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO (PNDACT)

Neste capítulo, inicialmente será realizada uma abordagem acerca da produção do tabaco, envolvendo a problemática em torno da dependência do Sistema Integrado da cadeia produtiva do tabaco e suas implicações. Em um segundo momento os esforços serão redirecionados para estabelecer reflexões a partir do marco da CQCT, bem como, sobre a criação da política pública para diversificação em áreas cultivadas com tabaco. Posteriormente, será realizada uma breve caracterização da entidade executora (Cooperfumos) e suas diretrizes para o desenvolvimento da ATER na prática. Por fim, será realizada uma apresentação sobre o desenvolvimento das visitas técnicas e atividades coletivas executadas no período do contrato de prestação de serviço.

3.1 PROBLEMATIZANDO A PRODUÇÃO DE TABACO: BREVE HISTÓRICO, SIPT E CQCT

A produção de tabaco é historicamente reconhecida na região do Vale do Rio Pardo, tanto por sua influência econômica, quanto pelos seus aspectos de impacto social. A consolidação da cultura do tabaco na região de Santa Cruz do Sul data do mesmo período em que ocorreu a chegada dos colonos alemães, a partir de 1824, passando a ser reconhecida, desde então, como uma das mais importantes contribuições das colônias alemãs para a economia gaúcha (VOGT, 1994). Da mesma forma que foi uma das primeiras atividades agrícolas desenvolvidas na região Centro Serra (REDIN, 2011), permanecendo no centro das relações econômicas até os dias atuais.

O processo de modernização da agricultura no Brasil, ocorrido a partir de 1970, impulsionou o aumento da produtividade, contribuindo para a consolidação do Complexo Agroindustrial Fumageiro em Santa Cruz do Sul como o primeiro polo de beneficiamento de tabaco, sendo criado em 1918 o Sistema Integrado de Produção do Tabaco (VENDRUSCOLO, 2017). Este Sistema Integrado consiste em um pacto entre produtor e empresa, no qual as indústrias fumageiras estabelecem o controle total acerca desta cadeia produtiva, desde o fornecimento de crédito, insumos,

sementes, assistência técnica, até a comercialização do produto final (GÖRGEN, 2017; RUDNICK, 2012).

Segundo Etges (1991) a integração estabelecida por meio do contrato de compra e venda prevê a garantia para comercialização, porém, é responsável por criar também uma relação de dependência produtiva. Além disso, existem fatores prejudiciais aos produtores inseridos neste cultivo, como demanda exaustiva de mão de obra, principalmente durante a colheita, problemas de saúde causados pelo uso de agrotóxicos e o contato direto com a nicotina presente nas folhas de fumo, além de problemas financeiros como o endividamento dos produtores (GASPARI; AGNE; AVILA, 2017).

Segundo Riquinho e Hennington (2016) a indústria considera o SIPT uma referência na agricultura familiar do Brasil, por primar pela sustentabilidade econômica, social e ambiental por meio do princípio da mutualidade, em que o pacote tecnológico oferecido atende aos Princípios de Boas Práticas Agronômicas e de Sustentabilidade. Por outro lado, na compreensão dos agricultores, o SIPT está relacionado ao custo elevado dos produtos e insumos adquiridos da indústria, aos problemas referentes à necessidade de realizar o seguro das lavouras e também pelas dívidas acumuladas pela dificuldade de quitar os custos da plantação ou por investimentos realizados para o cultivo e comercialização (RIQUINHO E HENNINGTON, 2016). Ou seja, existem divergências entre as narrativas que dizem respeito à visão dos produtores de tabaco e o discurso da indústria fumageira.

Freitas (2015) caracteriza a fumicultura no Rio Grande do Sul com um “paradoxo do desenvolvimento”, uma vez que o crescimento econômico está diretamente associado à dependência do sistema integrado e perda de autonomia dos agricultores, sendo assim, o fator econômico isoladamente não permite responder sobre uma qualidade de vida desejável.

De acordo com Riquinho e Hennington (2016) o sistema integrado mantém os poderes assimétricos na negociação entre empresas e agricultores, permitindo que a indústria determine o controle da qualidade, volume, variedade e custos na produção do tabaco. Neste ciclo, não resta alternativa aos agricultores senão seguir a orientação técnica da empresa, entregando o produto final de acordo com o preço definido pela mesma.

Outro fator relacionado ao contexto de envolvimento econômico diz respeito à comercialização do tabaco, que por sua vez, é realizada em um curto período do ano, fazendo com que o agricultor receba o valor do produto de uma forma mais concentrada. Embora, de fato, o montante total movimentado durante o ciclo de produção seja um valor elevado, o lucro líquido dos produtores, porém, pode ser até mesmo insuficiente para custear as necessidades básicas das famílias fumicultoras.

Neste sentido, Vargas e Oliveira (2012) constataram que a receita bruta anual de agricultores fumicultores chegou a ser três vezes maior do que a de agricultores que não plantavam fumo, ao passo que a receita líquida dos fumicultores era menor. Ou seja, embora a soma total movimentada seja elevada, a renda líquida para os produtores é extremamente reduzida, considerando-se a distribuição por todos os meses do ano e por todas as despesas até a próxima venda.

Embora a renda dos agricultores que produzem fumo seja praticamente exclusiva desta atividade (VARGAS; OLIVEIRA, 2012) a produção para autoconsumo na agricultura familiar possui importância central e raramente é deixada de lado. Contudo, a interferência das indústrias fumageiras e a disseminação da ideia de uma cultura como forma de garantia de renda pode impactar, até mesmo, na exclusão das práticas de valorização relacionadas à produção de alimentos, ao passo que há a necessidade de dispensar maior tempo no trato de seu cultivo.

As afirmações descritas podem ser contextualizadas com a realidade dos AF fumicultores, a partir de um fragmento de uma entrevista de um agricultor que buscou especializar-se na fumicultura, citado por Peres e Neto (2018), pág. 184:

No primeiro ano do fumo continuei plantando hortaliça. No segundo não dei conta, não. O fiscal vinha uma vez por semana e me cobrava. Eu não dava conta. Ou uma coisa, ou outra. Eles alegavam que dava grande lucro o fumo. Pra dar lucro tem que cuidar. Tive que abandonar a hortaliça.

Até um passado recente as indústrias fumageiras, por meio de sua rede de instrutores, incentivaram os produtores a plantar mais tabaco, não criar animais e comprar sua própria comida, discurso este, disseminado por décadas (GÖRGEN, 2017). Argumentos estes, utilizados sob a justificativa de não “perder tempo” com

outros cultivos, pois com a renda adquirida plantando maior quantidade de tabaco, poderiam comprar prontos os alimentos para o consumo em suas propriedades.

Muito embora, as empresas fumageiras, bem como, órgãos ligados ao setor tenham modificado seu discurso em favor da diversificação, muito pela inviabilidade de permanência em apenas uma cultura (VENDRUSCOLO, 2017), a dependência gerada pela cultura do tabaco evidencia que a implementação da diversificação não se resume a busca de alternativas produtivas e mercadológicas, mas sim, em aceitar o desafio de correr riscos e suportar pressões, impostas até mesmo por seus familiares e/ou vizinhos (ESAU; DEPONTI, 2020).

As consequências da produção de tabaco podem ser responsáveis por mudanças até mesmo na forma de produção das famílias, expressas a partir do fortalecimento de relações verticalizadas e dependentes (FREITAS, 2015) associadas ao longo do tempo e sucessão de gerações, ocasionando a perda de saberes e costumes regionalizados que outrora faziam parte da cultura e tradição de distintos grupos sociais (GÖRGEN, 2017). Razões que possuem potencial de impacto na transformação de características originais, comprometendo aspectos sociais, culturais e econômicos, transformando o modo de vida destes agricultores.

Outro fator atrelado à instabilidade acerca da produção de tabaco deve-se à forte tendência de redução dos contratos com os pequenos produtores, mantendo apenas os contratos com os produtores de quantidades maiores, sob alegações pouco justificadas pelas empresas (DESER, 2020). Informação esta, que expõe mais um fator de vulnerabilidade e incerteza frente ao futuro social e econômico relacionado à produção de tabaco, principalmente para as famílias dos pequenos agricultores que dispõe de pequenas áreas para o cultivo.

Tais elementos expostos proporcionam uma reflexão a partir da problemática que impacta a realidade dos produtores de tabaco a um nível mais local. Contudo, ao analisar esta problemática em um contexto mais abrangente, há de ser considerado também, o cenário global que levou 192 países a assinarem em 2003, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), a qual consiste em um tratado internacional apoiado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com o objetivo de proteger a população mundial e suas gerações futuras dos malefícios provenientes do tabagismo (INCA, 2004).

A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do tabaco (CQCT) foi aprovada pelo Senado brasileiro em outubro de 2005, reconhecendo que a redução do consumo global de tabaco poderia vir a afetar a estabilidade econômica de quem depende deste cultivo, comprometendo-se assim, na cooperação para a busca de alternativas economicamente viáveis ao tabaco, principalmente em países em desenvolvimento (MDA, 2010).

A CQCT é composta de 38 artigos que versam sobre a produção, beneficiamento, comercialização e o consumo do tabaco, dos quais se destacam o Artigo 17 e 18. O Artigo 17 propõe o apoio a medidas que viabilizem atividades produtivas alternativas economicamente viáveis para os atores envolvidos na produção e comercialização do tabaco. Já o Artigo 18 visa proteger o meio ambiente e à saúde das pessoas, responsabilizando os Estados signatários para o cumprimento das obrigações referentes ao cultivo e à fabricação de produtos a base de tabaco (CQCT, 2003).

É importante destacar o contexto de grande turbulência em que a CQCT foi aprovada no Brasil. Isso porque a indústria do tabaco foi responsável por criar um amplo movimento para disseminar a ideia de que a Convenção-Quadro proibiria o cultivo de tabaco e assim, a adesão do país ao tratado acarretaria em um grande impacto negativo às famílias produtoras de fumo (CAVALCANTE et al., 2017). Sendo que na verdade, o objetivo deste tratado era exatamente o contrário, de proteger os agricultores, responsabilizando o Estado pela criação de políticas de apoio às famílias fumicultoras.

De acordo com Lucas (2021), essa mobilização foi responsável inclusive por dificultar, posteriormente, a execução das chamadas públicas de ATER voltadas à diversificação do tabaco, sendo necessário em muitos momentos, enfatizar aos agricultores que, ao serem beneficiários da política de diversificação, não seria necessário deixar de produzir tabaco e nem mesmo que os profissionais que atuavam no desenvolvimento do trabalho eram contra a produção de tabaco.

Este relato é apenas um exemplo da influência exercida por meio do que Vendruscolo (2017) chama de “cultura do tabaco” na região, pois, para além das questões de ordem produtiva, as empresas fumageiras exercem ação e são fortalecidas tanto no cenário político quanto em iniciativas privadas e canais de

comunicação. Porém, apesar de tudo, a CQCT foi aprovada e o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT) foi criado, como será abordado na sequência do texto.

3.2 A CRIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO (PNDACT) E SUA DESESTRUTURAÇÃO/DESMANTELAMENTO

Tendo em vista o cumprimento às propostas da Convenção-Quadro e mais especificamente ao conteúdo proposto pelos Artigos 17 e 18, o governo assumiu o compromisso de apoio às estratégias produtivas de geração de renda para as famílias fumicultoras por meio da criação de políticas de incentivo à diversificação. Neste contexto, em 2005 foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), objetivando fomentar o financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor à produção local e garantia de comercialização em áreas de fumicultura (MDA, 2010).

O PNDACT teve como objetivo central o apoio à implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares produtores de fumo, criando novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida àquelas famílias que desejassem migrar para novos cultivos (MDA, 2010). Para o programa, a diversificação dos meios de vida teve como base os princípios do “desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação produtiva e participação social” (VENDRUSCOLO, 2017).

A assistência técnica foi uma das principais estratégias adotadas para implantação do PNDACT, dentro do eixo voltado ao acesso à tecnologia, por meio de chamadas públicas executadas por empresas públicas e privadas a partir do repasse de recursos financeiros e acompanhamento técnico (VENDRUSCOLO, 2017).

Cabe destacar que neste mesmo período, a assistência técnica e extensão rural no Brasil estavam passando por profundas reestruturações a nível nacional, iniciadas em 2003 para a construção da PNATER, buscando reformular os objetivos

em torno da extensão rural. Algumas das mudanças consideravam o desenvolvimento rural sustentável embasado pelos princípios da agroecologia e valorização dos conhecimentos e experiência dos agricultores, as quais geralmente não eram levadas em consideração na extensão rural de difusão de tecnologia ou a chamada ATER clássica (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Desde a instituição da PNATER em 2010 e implantação do programa para diversificação, muitas mudanças ocorreram, como a criação da ANATER em 2014 e extinção do MDA em 2016. A troca de agentes públicos no governo federal, a redução de recursos, dentre outras mudanças, indicam a retomada de uma ATER com a perspectiva modernista seguida por concepções difusionistas-produtivistas, correspondendo à agenda dos governantes atualmente no Brasil, de modo que tais mudanças refletem diretamente nas ações direcionadas aos produtores de tabaco (LUCAS, 2021).

Segundo Grisa (2018) a redução de investimentos direcionados às políticas públicas para a agricultura familiar está relacionada à perspectiva neoliberal, comumente sendo justificado por uma narrativa de ajuste nas contas públicas. Quer dizer, após a extinção do MDA em 2016 teve sequência uma drástica e sequencial redução de investimentos que seguem até o momento atual, contribuindo não apenas para a fragilização, mas pelo completo desmonte da política de diversificação e do trabalho que vinha sendo construído (LUCAS, 2021).

Contudo, a maior parte da análise a qual se propõe este trabalho diz respeito à chamada pública Nº 06/2013, que teve vigência entre os anos de 2014 à 2017, sendo executada pela Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil (COOPERFUMOS), e portanto, corresponde ao período em que estavam em curso as mudanças acima citadas.

Desta forma, tendo em vista a importância da Cooperfumos enquanto entidade contratada para o desenvolvimento do programa de ATER para promover a diversificação, na sequência do texto será realizada uma abordagem em torno de aspectos relevantes desta cooperativa ligada ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

3.3 DIRETRIZES ADOTADAS PELA COOPERFUMOS PARA A EXECUÇÃO DAS CHAMADAS PÚBLICAS

Após realizar uma abordagem da criação da PNDACT de forma mais ampla, redirecionamos a compreensão a um nível local, buscando abordar as diretrizes utilizadas pela rede ATER – MPA/Cooperfumos durante o trabalho realizado a campo. O deslocamento para esta análise justifica-se a partir da importância em considerar de que forma a política pública analisada chegou até o público beneficiário, uma vez que a entidade executora pode ser considerada com um “meio de campo” entre o projeto e os agentes de ATER que executaram as atividades com o público beneficiário. Neste sentido, é imprescindível considerar a abordagem utilizada no contato com o público alvo, de modo que estas ações podem resultar em diferentes respostas diante dos agricultores atingidos por esta política.

Sob o título: “Menos Tabaco, Mais Alimento: Agricultura Sustentável para diversificar o cultivo do tabaco”, a proposta técnica elaborada pela Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil (Cooperfumos) teve como objetivo fomentar a produção de alimentos e iniciativas que pudessem contribuir para a criação de alternativas à cadeia produtiva do tabaco, relacionando esta proposta com a realidade das famílias fumicultoras.

A Cooperfumos é uma cooperativa de representação legal do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), construída com base em estratégias de atuação deste Movimento, com sede em Santa Cruz do Sul, RS, fundada em 15 de março de 2004.

Em sua formação inicial, a cooperativa era composta por agricultores produtores de tabaco, com o objetivo em comum de construir alternativas economicamente viáveis ao fumo, além da necessidade destes agricultores em ter um instrumento de luta contra a exploração das empresas tabagistas. Por esta razão, a escolha da sede da Cooperfumos foi instalada no município de Santa Cruz do Sul, considerado berço das grandes empresas de tabaco.

Em sua sede de 41 hectares, doada pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul no ano de 2007, a Cooperfumos passou a desenvolver projetos de produção integrada de alimentos e bioenergia em parceria com a Petrobrás e outras instituições, construindo assim, o Complexo Agroindustrial e Profissionalizante de

Alimentos e Bioenergia São Francisco de Assis, inaugurado no ano de 2009, às margens da BR 471, no km 103 (COOPERFUMOS, 2013).

Dentre os objetivos e finalidades da Cooperativa estava também a realização ou prestação de assistência técnica e extensão rural, podendo contratar e ser contratada por entidades e órgãos públicos ou privados, bem como, participar de editais para estas finalidades. Além de todos os objetivos sempre estarem pautados no bem estar coletivo, propondo a cooperação entre os associados e entre os pequenos agricultores e incentivando a produção agroecológica e a preservação ambiental dos agroecossistemas.

A Cooperfumos juntamente com o MPA possui um compromisso social na busca pela promoção da diversificação produtiva nesta região extremamente dependente do cultivo do tabaco. Pois, se por um lado, o tabaco se constitui em importante fonte de renda para muitas famílias de agricultores na região Sul do Brasil, por outro, apresenta muitas consequências prejudiciais, desde o endividamento das famílias produtoras, penosidade do trabalho manual, contato intenso com agrotóxicos, doenças associadas à atividade produtiva, elevado índice de suicídios, etc.

Para tanto, o projeto “Menos tabaco, Mais alimento” foi pautado na necessidade de profundas mudanças no modelo de produção, sobretudo com uma ATER que considerasse a realidade das famílias beneficiárias. Para tanto, a proposta técnica que forneceu embasamento para o desenvolvimento do trabalho de ATER contava com múltiplos estímulos de apoio para a diversificação da produção. Por meio do fortalecimento da produção e distribuição de insumos agroecológicos para reduzir a dependência de insumos externos, principalmente agrotóxicos, garantindo maior sustentabilidade e segurança para a transição de culturas, além do acesso à sementes e mudas crioulas, redes de comercialização, bem como, buscando oportunizar a construção e o compartilhamento de conhecimento (COOPERFUMOS, 2013).

Segundo a Cooperfumos o objetivo do desenvolvimento dos serviços de ATER previa o empoderamento das famílias atendidas, o fortalecimento de grupos de base e das comunidades, aumento da diversificação biológica e produtiva, a produção de alimentos saudáveis, a melhoria da qualidade de vida e a renda

familiar, a valorização das identidades culturais, a formação de redes e circuitos curtos e médios de comercialização, a efetivação de feiras permanentes, a produção e conservação de sementes e mudas e a qualidade ambiental da região atendida.

Em outras palavras, a proposta técnica para a execução desta chamada pública preconizava que o trabalho de ATER preparasse os camponeses para decidir sobre suas escolhas, fazendo com que a autonomia resultante de suas decisões fosse coerente com seus próprios interesses, tanto culturais, quanto econômicos e reprodutivos. Neste sentido, segundo Ploeg e Schneider (2022) a autonomia enquanto capacidade de definir trajetórias de desenvolvimento alinhadas com os próprios interesses dos agricultores, suas perspectivas, experiências e expectativas, são condutas que estão diretamente relacionadas às lutas sociais. Argumentos estes, que justificam a importância da relação entre a rede ATER/ MPA enquanto movimentos sociais camponeses com o desenvolvimento das chamadas públicas, demonstrando que as diretrizes utilizadas pela entidade executora dialogam diretamente com as bases teóricas que fundamentam esta análise.

Dentre os princípios orientadores das ações da Cooperfumos, o papel da assistência técnica é estratégico para a reconstrução ecológica da agricultura, de modo que, para a ação dos profissionais considera-se a abordagem de comunicação rural, utilizada por Paulo Freire. Segundo Freire (1985), a extensão rural clássica baseava-se em relações impostas por meio da invasão cultural dos extensionistas sobre os agricultores. Ao passo que o autor sugere a construção de conhecimento a partir de processos recíprocos e dialógicos, em que os extensionistas considerem as motivações, o conhecimento e a cultura dos agricultores.

Por meio da ampliação de metodologias participativas e princípios baseados na agroecologia, o processo de desenvolvimento rural a partir da execução desta chamada pública, buscou considerar a valorização da capacidade criadora e recriadora dos camponeses, valorizando seus conhecimentos, sem importar em qual nível se encontram (FREIRE, 1982), mas sim, que as melhores decisões para suas realidades devem ser consideradas pelos próprios agricultores, enquanto protagonistas de sua própria mudança (COOPERFUMOS, 2013).

O desenvolvimento do trabalho de ATER também teve como base a conscientização sobre a possibilidade de mudanças no modelo de produção,

considerando como elementos desta mudança, a autonomia, solidariedade, cooperação, sustentabilidade, agroecologia, diversificação e igualdade de gênero. Premissas estas, relacionadas aos valores da Cooperfumos, e que ao mesmo tempo dialogam com as bases teóricas que orientam esta dissertação; a exemplo da teoria das capacitações de Amartya Sen, a abordagem da diversificação dos meios de vida sustentáveis de Frank Ellis, além das contribuições de Chayanov ao considerar a importância da análise da organização das unidades camponesas de forma micro.

Com relação aos caminhos possíveis para a construção de um desenvolvimento rural com qualidade de vida, justiça social, produção de alimentos saudáveis e equilíbrio ecológico, a Rede ATER MPA propõe o Plano Camponês. De modo que os conceitos que abrangem o Plano Camponês possuem em sua base ações pedagógicas, produtivas, técnicas, econômicas e políticas, as quais orientam intervenções práticas por meio do conceito denominado como Alimergia⁹ (alimentos, meio ambiente e energia). Além dos Sistemas Camponeses de Produção (SCP)¹⁰, transição agroecológica, soberania alimentar e soberania genética.

A transição agroecológica, segundo as bases do MPA, prevê a apropriação de conhecimento de modo a construir uma agricultura independente dos pacotes tecnológicos e das multinacionais, fortalecendo o ecossistema, produzindo alimentos saudáveis e melhorando a saúde das pessoas. Ao passo que, estudos realizados com agricultores fumicultores no sul do Brasil já comprovaram que sistemas diversificados, quando apoiados por políticas públicas adequadas, possuem o potencial de melhorar as condições de vida durante transições agroecológicas,

⁹ A Alimergia é um conceito novo na agricultura, pecuária e floresta que tem como objetivo desenvolver formas produtivas integradas entre a produção de alimentos, geração de energia e preservação ambiental. Visa a soberania alimentar e energéticas das comunidades em harmonia com seus ecossistemas locais, propondo para tanto, os sistemas agrícolas baseados na agroecologia. A Alimergia é mais do que um novo conceito que une processos produtivos integrados e sistêmicos, alimentos, meio ambiente e energia, mas sim, é um novo paradigma, capaz de responder aos desafios referentes ao presente e para o futuro da humanidade (GÖRGEN, 2017).

¹⁰ Os SCPs são sistemas de produção altamente diversificados, que têm como base social as famílias e as comunidades camponesas. Entre suas principais características estão a prioridade na produção para o autoconsumo e para o mercado local e regional, preservação dos recursos ambientais, utilização de insumos de origem local, tendo como proposta a busca pela sustentabilidade do sistema por meio da diversificação da produção e valorização da autonomia genética. Este conceito é empregado pelo MPA como alternativa ao conceito de cadeias produtivas, considerando a ampliação e controle da base de recursos e de sua autonomia (COOPERFUMOS, 2013).

apresentando vantagens ecológicas, sociais e econômicas (STRATTON; WITTMAN; BLESCH, 2021). Contudo, o apoio financeiro e investimentos públicos em sistemas agroecológicos são considerados exceções quando comparados aos sistemas convencionais (MILES et al., 2017).

Desta forma, as diretrizes para o projeto “Menos Tabaco, Mais Alimento: Agricultura Sustentável para diversificar o cultivo do tabaco” possuíam com base os eixos estratégicos do Plano Camponês, construído a partir do debate do MPA em âmbito nacional, apontando os possíveis caminhos para o enfrentamento dos problemas relacionados à produção de tabaco. De acordo com Lucas (2021) os agentes de ATER que atuaram em chamadas públicas nas cooperativas vinculadas ao MPA possuíam a liberdade para o desenvolvimento do trabalho a campo, seguindo em maior ou menos medida as diretrizes mencionadas.

Por conseguinte, no município de Sobradinho, durante o desenvolvimento do contrato em questão, foram seguidos os preceitos de uma ATER baseada na construção de conhecimento de forma horizontal, propondo práticas educativas de acordo com a agroecologia, valorizando as trajetórias de vida e os modos de produção das famílias de forma individualizada. Segundo Freire (1983) os aportes da educação e comunicação consideram o diálogo como um encontro e troca de saberes ao invés da transmissão de conhecimento que não considera as experiências anteriores dos agricultores.

No contexto do desenvolvimento do ATER, considerou-se a agroecologia a partir de um enfoque pedagógico construtivista e de comunicação horizontal, buscando compreender as estratégias de desenvolvimento rural a partir de diferentes estilos de agricultura, bem como, considerando a problematização acerca dos processos dos atores envolvidos, em que os mesmos estivessem em condições de igualdade para o diálogo (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009).

Ao abordar as ações desenvolvidas por meio do PNDACT, na sequência do texto, será descrito de forma mais detalhada como foi realizado o trabalho de ATER, considerando para tanto, de fundamental importância as diretrizes propostas pela Cooperfumos e MPA citadas até o momento.

3.4 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ATER

A chamada pública nº 06/2013, lote 1, por meio do contrato 174/2013 teve seu período de vigência entre março de 2014 a junho de 2017, desenvolvendo os serviços de ATER em oito municípios da região Centro Serra: Candelária, Passa Sete, Lagoa Bonita do Sul, Sobradinho, Segrego, Ibarama, Arroio do Tigre e Estrela Velha, acompanhando em torno de 880 famílias de agricultores familiares produtores de tabaco, objetivando a melhoria da qualidade de vida por meio da diversificação de suas propriedades.

A proposta estabelecida para este estudo considera o trabalho realizado no município de Sobradinho/RS, onde foram atendidas cerca de 80 famílias beneficiárias, em sua maioria produtores de tabaco¹¹.

Inicialmente a organização do trabalho foi centrada na sede da Cooperfumos, em Santa Cruz do Sul e também em um escritório locado no município de Passa Sete, onde ocorriam periodicamente encontros para planejamentos das atividades, prestação de contas, compartilhamento do trabalho realizado, dificuldades encontradas, além de formação técnica de assuntos pertinentes ao trabalho desenvolvido a campo.

A metodologia para execução da chamada pública consistia em atividades individuais e coletivas. Sendo as atividades individuais as visitas técnicas para aplicação de questionários de caracterização, bem como, para orientações técnicas. Já as atividades coletivas englobavam desde reuniões de mobilização, seleção dos participantes, planejamento das atividades e avaliações finais ao término de cada ano de execução, além das atividades formativas compostas por cursos, seminários, dias de campo e intercâmbio. Os processos participativos de construção da ATER permitiram o estabelecimento dos temas geradores e as respectivas pautas para a ação individual e coletiva para reconhecer as necessidades de mudança (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009).

¹¹ Um dos pré-requisitos para ser beneficiário do ATER consistia em ser produtor de fumo, porém, havia uma exceção para um pequeno número de famílias que já haviam deixado o cultivo, razão pela qual o trabalho de ATER fazia-se importante, a fim de garantir que estas famílias não retornassem ao cultivo do tabaco.

Ao longo dos três anos de execução do ATER no município de Sobradinho foram realizadas 640 visitas técnicas individuais, ou seja, 8 visitas por família neste mesmo período. Já o número de atividades coletivas chegaram a 28, as quais foram divididas entre cursos, intercâmbios, seminários, dias de campo, além de encontros de planejamento inicial e encontros para avaliação final do trabalho.

O desenvolvimento do trabalho a partir das visitas técnicas nas propriedades foi pautado em quatro assuntos, considerados como eixos norteadores, os quais envolviam as alternativas possíveis para diversificação, gestão da propriedade, esclarecimentos sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) e alternativas acerca da comercialização. Ou seja, a abordagem destes temas visava proporcionar reflexões para além das orientações técnicas produtivas e das demandas levantadas pelos beneficiários¹².

Ao longo do desenvolvimento da ATER foram sendo construídas relações de confiança, de modo que, a partir da proximidade com as famílias beneficiárias também foram sendo ampliadas as demandas sobre as questões técnicas e novos assuntos, ampliando os questionamentos e as motivações dos agricultores sobre os processos de diversificação em suas propriedades.

Segundo Caporal; Paulus e Costabeber (2009), a assistência técnica, a extensão rural e a capacitação com enfoque agroecológico não podem ser reduzidas à práticas de adestramento como mera transmissão de conhecimento. Uma vez que há uma importância significativa em reconhecer a existência dos conhecimentos próprios de um determinado sistema cultural, apoiando um processo de comunicação diferenciado, no qual os atores com seus diferentes saberes busquem superar suas dificuldades, permitindo a expressão de seus desejos e necessidades para alcançar as mudanças desejadas (FREIRE, 1983).

Neste contexto, as informações compartilhadas nas visitas técnicas sempre priorizaram o contexto de uma abordagem integrada com as diferentes realidades, buscando deste modo, contribuir com a identificação do potencial endógeno das propriedades, com os recursos disponíveis em nível local, a fim de fortalecer

¹² Em alguns casos, as demandas mais urgentes dos agricultores estavam relacionadas à questões como problemas de saúde, dívidas, depressão, etc.;

processos de desenvolvimento mais autônomos e sustentáveis (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009).

Os temas abordados nas visitas técnicas incluíam o incentivo para a produção de alimentos, principalmente para o autoconsumo nas propriedades, manejo do solo, adubação verde, podas em frutíferas, prevenção e tratamento de doenças, utilização de insumos alternativos como a calda bordalesa e sufocálica, técnicas de manejo agroecológico, aproveitamento dos resíduos domésticos para produção de adubo orgânico por meio da compostagem; apenas para citar alguns dos assuntos.

As visitas eram comumente realizadas primeiramente por um momento de diálogo, em que eram tratadas temáticas de acordo com a perspectiva da diversificação, mas também, considerando as demandas apresentadas por cada família, de forma mais específica, em um segundo momento, normalmente, era realizada uma caminhada pela propriedade, pela horta, pomar e, em outras oportunidades também pelas lavouras. Assim como, na Figura 2, a qual foi registrada durante uma visita técnica na propriedade da agricultora Lorena da Rosa em sua horta.

Figura 2 - Visita técnica em Linha Apolinário



Fonte: Autora, 2014.

As atividades coletivas, por sua vez, consistiam em reuniões em grupo, separadas por proximidade entre as comunidades e localidades do município. Estas atividades dividiam-se entre cursos, dias de campo, intercâmbios e seminários, as quais possuíam metodologias de trabalho distintas entre si, visando formas diferenciadas de construção de conhecimento de maneira coletiva.

Previamente às atividades coletivas foram realizados encontros para o planejamento das atividades a serem desenvolvidas a partir de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) em que os agricultores possuíam protagonismo para decidir sobre quais assuntos seriam abordados nas atividades ao longo dos anos, de acordo com seus interesses e necessidades, bem como, em quais períodos e meses do ano seria melhor a realização destes encontros, de modo a considerar os desejos e necessidades dos atores (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009). As atividades de planejamento visavam proporcionar maior proatividade dos beneficiários a fim de valorizar suas demandas e alcançar maior participação ao longo de todo o trabalho a ser desenvolvido, para tanto a metodologia utilizada contava com o auxílio da matriz FOFA¹³.

Os temas abordados nas atividades coletivas de formação escolhidos pelos agricultores perpassaram a produção e manejo de hortaliças e frutíferas, plantas medicinais e ornamentais, criação e bem estar animal, pecuária orgânica, produção de rações alternativas para os animais criados nas propriedades, manejo agroecológicas para o controle e tratamento de pragas e doenças de forma integrada, fabricação de biofertilizantes, manejo do solo, adubação, compostagem, minhocário e sementes crioulas. Outras temáticas, voltadas para o cumprimento das atividades que priorizavam exclusivamente o público feminino envolveram produções culinárias com encontros para a fabricação de massas, tortas, geleias e salgados, além de jardinagem e paisagismo. As figuras 3 e 4 correspondem, respectivamente, à duas atividades coletivas, uma realizada com o público feminino abordando a temática da produção de bolos e tortas na localidade de Linha Carijinho, e a outra, sobre compostagem e minhocário na comunidade de Linha Campos.

¹³ A análise ou matriz FOFA consiste em um método de planejamento estratégico que realiza a análise de cenários para tomada de decisões, observando quatro fatores: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças.

Figura 3 - Atividade coletiva com agricultoras de Linha Carijinho



Fonte: Autora, 2016.

Figura 4 – Atividade coletiva com agricultores de Linha Campos



Fonte: Autora, 2015.

Além das atividades coletivas desenvolvidas nas comunidades com os beneficiários de cada localidade, ao final de cada ano do desenvolvimento do trabalho foi realizado um seminário, com uma temática específica e com a participação de todas as famílias beneficiárias. Descrevo esta atividade em específico pela potência e força que esse encontro possuía, por ser um dia dedicado a troca de conhecimento coletivo. A atividade possuía uma programação com atividades no período da manhã e tarde, oferecendo almoço ao meio dia, caracterizada pelos agricultores como um momento de encontro para trocas de conhecimentos e fortalecimento de laços de amizade e esperança.

A figura 5 é um registro do primeiro seminário (atividade realizada uma vez ao ano com a participação de todos os beneficiários) que ocorreu na comunidade de Linha Carijinho, com a participação de um público em torno de 100 pessoas.

Figura 5 - Seminário de Avaliação das atividades desenvolvidas no primeiro ano da ATER, sob o tema: Diversificação e qualidade de vida no campo



Fonte: Autora, 2015.

As atividades coletivas possuíam diferentes metodologias¹⁴, que por sua vez proporcionavam diferentes formas de trocas de conhecimento, caracterizando-se por momentos de aprendizado em torno da temática principal do encontro, bem como, oportunizando o diálogo entre grupos de agricultores que muitas vezes não se conheciam, mas partilhavam de realidades semelhantes – por serem todos, ou quase todos, produtores de tabaco. A partilha das mesmas angústias e também sonhos e novas perspectivas de vida demonstrava o fortalecimento e geração de laços de amizade e autoestima por meio do conhecimento de novas realidades motivando a construção de melhorias em suas propriedades.

Outras ações desenvolvidas paralelamente ao ATER foram as doações dos chamados “kits de diversificação”, compostos por insumos agroecológicos como biofertilizantes, pó de rocha, além de mudas frutíferas, sementes crioulas de milho, feijão e hortaliças. Estas doações tiveram como objetivo incentivar a produção de alimentos, auxiliando na construção de sistemas de produção diversificados, mas mais que isso, são elementos presentes no que Frei Sergio Görgen, uma das principais lideranças do MPA, define como materialidade simbólica (LUCAS, 2021). Uma vez que as mudas e sementes carregam significados e conhecimentos, podendo ser reproduzidos e dar continuidade na produção ao longo do tempo.

¹⁴ As atividades coletivas eram compostas por cursos, dias de campo, intercâmbios e seminários, encontros de planejamento e avaliação do trabalho desenvolvido.

A figura 6 identifica um momento de encontro em que foi realizada uma das entregas de mudas frutíferas e sementes de hortaliças agroecológicas certificadas, doadas para as famílias beneficiárias.

Figura 6 - Entrega dos “kits” diversificação na comunidade de Linha Campos



Fonte: Autora, 2015.

Com relação aos desafios para o desenvolvimento do trabalho, destaca-se que a abordagem da ideia em torno da diversificação produtiva precisou ser realizada de maneira bastante cautelosa, isso porque inicialmente o trabalho de ATER encontrou certa resistência por parte dos agricultores, sendo visto até mesmo com desconfiança por algumas famílias que não entendiam ou conheciam muito bem qual era o objetivo do trabalho. Outra parcela dos agricultores cadastrados já havia participado da execução de um primeiro contrato, realizado em 2012, pelo período de um ano, sendo algumas destas famílias convidadas para participar das reuniões de mobilização para cadastramento de novos beneficiários, tendo em vista a importância dos agricultores formadores e dos grupos de base no incentivo à outras famílias, até mesmo como forma de dar credibilidade e maior confiança para o desenvolvimento do trabalho.

Neste contexto em que foi preciso primeiro “conquistar” a confiança dos agricultores beneficiários, é relevante salientar como ocorreu a construção em torno da compreensão da diversificação produtiva na prática. Para tanto, o diálogo

consistiu na principal ferramenta de esclarecimento, buscando estimular a percepção dos agricultores para mudanças de hábitos relacionados ao aumento da qualidade de vida, a começar pela produção e consumo de alimentos mais saudáveis e menos industrializados, observando, por exemplo, a economia de recursos que poderia ser obtida a partir desta conscientização.

Entretanto, para muitas das famílias beneficiárias da ATER, a ideia em torno da diversificação era permeada por compreensões relacionadas à insegurança e desconfiança, sendo associada até mesmo à prejuízos financeiros. Isso porque, houve um período em que ocorreram algumas iniciativas frustradas na região, que utilizaram, grosso modo, a ideia da implantação de alguma cultura alimentar como adoção da diversificação produtiva. Nesse ínterim, ocorreram problemas relacionados à comercialização, por falta de organização prévia, dentre outras questões acerca de planejamento, de modo que, disseminou-se uma falsa ideia de que a diversificação seria mais um problema do que uma boa escolha.

Referente ao contexto citado, Riquinho e Hennington (2014) salientam que a ocorrência da diversificação presume a necessidade de um período de investimento para o crescimento de outros cultivos, por exemplo, o que pode significar a diminuição na obtenção imediata de lucro, razões que demonstram, inclusive, a necessidade de políticas de subsídio aos agricultores durante esta transição.

Por todas estas razões, desde a abordagem inicial do trabalho de ATER envolvendo a perspectiva da diversificação, houve a preocupação em não criar uma falsa expectativa em torno de soluções que poderia não se concretizar¹⁵. Desta forma, a referência utilizada em torno da ideia da diversificação foi pautada na (re) aproximação das famílias com a produção de alimentos saudáveis para consumo próprio, enfatizando que possíveis comercializações excedentes poderiam ser realizadas, porém, o foco inicialmente seria a produção para autoconsumo.

Com o passar do tempo, entre visitas técnicas e atividades coletivas foi sendo construída, de forma coletiva, a compreensão de que não existe uma receita pronta

¹⁵ Um exemplo para ampliar esta compreensão pode ser descrito por meio de uma dúvida frequente dos beneficiários, os quais questionavam os técnicos sobre a viabilidade de compra de possíveis produções diversificadas das famílias pela Cooperfumos, como forma de gerar renda para as mesmas. Contudo, apesar de serem compradas pequenas quantidades de feijão e milho dos beneficiários, a Cooperfumos, naquele momento, não possuía estrutura para a compra de grandes produções.

para a diversificação constituir-se na propriedade do “dia para a noite”, mas que novas oportunidades poderiam ser construídas pelos próprios agricultores, mesmo que diferentes em cada propriedade atendida.

Desta forma, a partir da contribuição dos assuntos abordados nas atividades coletivas e visitas técnicas foi sendo desenvolvida a percepção da importância do fortalecimento da produção familiar, primeiramente para consumo próprio e, posteriormente, sendo possível, em várias propriedades, a geração de renda a partir de produções excedentes¹⁶, sempre considerando as demandas e particularidades de cada família beneficiária de forma específica. Neste contexto, é pertinente a compreensão do funcionamento das unidades de produção, em que, a partir da renda do trabalho familiar, busca-se o equilíbrio entre a penosidade e utilidade do trabalho, priorizando as necessidades de consumo e bem estar de cada família (CHAYANOV, 1974).

Outro fator de extrema importância a ser considerado no desenvolvimento do trabalho foi o viés para a produção agroecológica, enfatizando a reconexão com os recursos naturais de forma integrada com o meio, recuperando os saberes populares e utilizando técnicas de produção que resultam no aumento da autonomia, ao mesmo tempo em que reduzem a dependência de insumos externos e aumentam a qualidade da produção alimentar das famílias, demonstrando resultados concretos acerca dos frutos, literalmente colhidos em hortas e pomares a partir do trabalho desenvolvido. Esta visão integrada, desenvolvida ao longo do ATER, dialoga com a percepção de Ploeg (2006) sobre a condição camponesa relacionada à luta por autonomia a partir do desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada, a qual considera diferentes formas de produção, além da relação entre homem, seu conhecimento e os recursos naturais, os quais interagem com o mercado e possibilitam o aumento da autonomia.

Por fim, outro grande desafio deste contrato foi o atraso no recebimento de recursos financeiros para operacionalização do trabalho por mais de quatro meses, razão esta que comprometeu, em vários níveis, o desenvolvimento das atividades de ATER. As razões para os atrasos na análise da execução do trabalho e dos

¹⁶ Assunto que será abordado no Capítulo 5.

pagamentos aos prestadores teve relação direta com a extinção do MDA, após o impeachment de Dilma Rousseff¹⁷.

Contudo, apesar de todas as dificuldades o trabalho foi realizado até completar todas as atividades previstas no contrato, tendo sua atividade final em um encontro com todos os beneficiários em um seminário organizado na comunidade de Linha Campos, como mostra a figura 7.

Figura 7 - Seminário Final de Avaliação da ATER Diversificação em Sobradinho/RS



Fonte: Autora, 2017.

¹⁷ Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita presidente do Brasil, governando o País de 2011 à agosto de 2016, data em que foi cassado seu mandato, tendo como base acusações de crimes de responsabilidade ao praticar as chamadas "pedaladas fiscais" (Agência Senado, 2016).

4 CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/RS

Este capítulo possui como objetivo situar o território em que os atores desta pesquisa estão inseridos, além de abordar o perfil e características de acordo com aspectos sociais e produtivos dos agricultores familiares no município de Sobradinho.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

O município de Sobradinho está localizado na área de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Possui uma área de 128, 379 km² e uma população estimada de 15.041 habitantes (IBGE, 2021).

Figura 8 – Localização do município de Sobradinho/RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Sobradinho, 2022.

O território denominado como Centro Serra é composto por 12 municípios: Arroio do Tigre, Cerro Branco, Estrela Velha, Ibarama, Jacuizinho, Lagoão, Lagoa

Bonita do Sul, Passa Sete, Salto do Jacuí, Segredo, Sobradinho e Tunas. Devido à emancipação política dos municípios adjacentes nos anos 1990, Sobradinho teve sua área territorial consideravelmente reduzida, o que impactou na redução de suas atividades agrícolas, cedendo espaço para a prestação de serviços no meio urbano como a principal atividade econômica, o que tornou Sobradinho o município polo da região Centro Serra. Segundo o último Censo Agropecuário, o número de estabelecimentos rurais no município chega a 655, ocupando uma área de 10.497 hectares (IBGE, 2017).

As famílias beneficiárias da política pública de ATER analisada neste trabalho residiam em distintas localidades do interior do município de Sobradinho, dentre os quais: Arroio Bonito, Linha Campos, Campestre, Campo da Aviação, Rincão do Segredo, Linha Apolinário, Linha Carijinho, Linha Rubert, Linha Tupi, Linha Brasileira e Linha Quinca. Entre as particularidades das comunidades é que se localizam próximas umas das outras e todas possuem uma sede com estrutura como salões e igrejas, espaços estes, onde foram realizadas muitas das atividades coletivas durante o desenvolvimento da política de ATER.

De acordo com o Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo e Centro Serra (2021), a área média das propriedades é de 13,2 hectares, sendo os principais produtos agrícolas de importância econômica a soja e o tabaco. Ou seja, Sobradinho apresenta-se com uma agricultura praticada em minifúndios, com emprego de mão de obra familiar, em que a maior expressividade financeira na agricultura é representada, principalmente, pela comercialização do tabaco e soja, sendo as demais culturas como milho, feijão, mandioca, uva, trigo, laranja, batata doce, entre outras, destinadas principalmente ao consumo familiar.

A produção de tabaco é reconhecida como uma das primeiras atividades agrícolas desenvolvidas na região Centro Serra, como estratégia de reprodução principal em conjunto com o desenvolvimento das culturas para autoconsumo das famílias, como feijão, milho, trigo, entre outros (REDIN, 2011). Outros dados relacionados aos agricultores fumicultores de Sobradinho, evidenciaram que o cultivo do tabaco para comercialização ocorre há mais de 40 anos, ultrapassando gerações e criando uma forte ligação com as indústrias fumageiras por meio do Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT) que ultrapassa os 85% nas

propriedades pesquisadas (GASPARI; AGNE; AVILA, 2017). Sendo, atualmente, raras as experiências na região Sul, que produzem o tabaco fora do Sistema Integrado de Produção, evidenciando o grande controle estabelecido por estas empresas (LUCAS, 2021).

As regiões do Vale do Rio Pardo e Centro Serra, somam a produção de 124,7 mil toneladas de tabaco, correspondendo a 20,5% do total da produção do Sul do Brasil, envolvendo mais de 32.000 famílias que se dedicam a produção como forma de garantia de renda e permanência no meio rural (GUIA SOCIOECONÔMICO DO VALE DO RIO PARDO E CENTRO SERRA, 2021). Segundo dados do IBGE, em 2020, a produção de fumo no município de Sobradinho correspondia por cerca de 3.770 toneladas, colhidas em 1.850 hectares.

Historicamente, o município de Sobradinho foi reconhecido como a capital do feijão, por apresentar-se com uma produção significativa desta cultura, contudo, a produção de feijão foi consideravelmente reduzida, sendo atualmente cultivado cerca de 150 hectares (GUIA SOCIOECONÔMICO DO VALE DO RIO PARDO E CENTRO SERRA, 2021). Ao mesmo tempo em que, associada à produção de tabaco existente, a partir dos anos 2000, ocorreu o aumento do plantio de áreas destinadas ao cultivo de soja, que no município atinge cerca de 2.350 hectares, segundo dados do IBGE (2020).

Por outro lado, de acordo com Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo e Centro Serra (2021), as áreas utilizadas em Sobradinho para a produção de culturas como mandioca (115 ha), uva (73), batata doce (25 ha), laranja (14 ha), pêssego (7ha) são consideravelmente menores quando comparadas à produção de fumo e soja. De acordo com estes números, evidencia-se no município de Sobradinho, uma agricultura direcionada à exportação de suas produções, uma vez que os cultivos voltados ao abastecimento de mercados locais ainda são incipientes no município. Tais dados revelam que, embora possuam importância econômica secundária, por ser comercializada em menores quantidades, bem como, para o autoconsumo na AF, a produção de alimentos pode ser identificada como um potencial indicativo de diversificação a ser explorado no município.

Em pesquisa realizada com famílias produtoras de tabaco no município de Sobradinho, constatou-se que para mais de 70% dos agricultores entrevistados, a

renda total de suas propriedades dependia entre 75% e 100% da venda do fumo (GASPARI; AGNE; AVILA, 2017) demonstrando haver uma dependência econômica proveniente de uma única espécie, neste caso, o tabaco. A partir desta realidade, em que se caracteriza uma relação de dependência na AF, é que pode ser empregado o conceito de diversificação dos meios de vida de Frank Ellis, o qual se manifesta por meio de diferentes formas de geração de renda, atividades, sistemas de produção, condições de trabalho, dependência produtiva, entre outros, fortalecendo os meios de vida dos indivíduos e contribuindo com o desenvolvimento rural (ELLIS, 2000).

Ainda analisando aspectos relacionados à dependência, a mesma pesquisa citada anteriormente constatou que para mais da metade dos entrevistados o tempo de envolvimento na produção de fumo ao longo do ano¹⁸ era de mais de 75%, restando apenas 25% do tempo, no ano, para dedicação em outras atividades, contudo, apesar do pouco tempo disponível, 95% das famílias entrevistadas relatou a existência de hortas e/ou pomares com produção para o consumo próprio (GASPARI; AGNE; AVILA, 2017).

Neste contexto, a teoria das capacitações de Amartya Sen constitui-se enquanto base teórica, à medida que a ampliação das capacitações dos AF, neste caso fumicultores, pode ocorrer por meio da diversificação em suas formas de organização econômica, produtiva, social e ambiental (FREITAS; RAMBO; SARTORELLI, 2015). Em outras palavras, entende-se que a ampliação da diversificação está diretamente relacionada ao aumento das possibilidades para a realização de escolhas, que por sua vez, podem contribuir para reduzir contextos de crise ou vulnerabilidade.

¹⁸ A compreensão para uma maior demanda de mão de obra pode estar associada à variedade de tabaco produzida em maior escala no município, já que o “tipo” Virgínia é uma espécie que necessita de manejo intensivo em vários meses ao longo do ano, desde a produção das mudas, plantio, cultivo na lavoura, colheita, secagem até a classificação para comercialização final. Outros fatores que podem implicar na relação com o tempo dedicado à produção podem ser analisados de acordo com diferenças nas quantidades produzidas, as quais podem variar de acordo com a organização de cada família, bem como, com a disponibilidade de mão de obra e manejo adotado para produção, características relacionadas à heterogeneidade da AF.

4.2 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SOBRADINHO/RS

Nesta sessão serão apresentadas características dos AF do município de Sobradinho, considerando para tanto, dados previamente coletados com o mesmo público beneficiário¹⁹ da política pública analisada neste trabalho. De acordo com estes dados, foi realizada uma análise da composição familiar, integração social, além de dados acerca da produção e comercialização de alimentos a nível local.

De acordo com a composição familiar, mais da metade das famílias pesquisadas era composta de até três pessoas por propriedade, estando famílias com membros entre 4 e 8 pessoas em números reduzidos, demonstrando a predominância de famílias pequenas, resultado este que pode supor a escassez do fator mão de obra em muitas das propriedades pesquisadas. Ao mesmo tempo em que, no contexto de disponibilidade de mão de obra, mais de 80% dos entrevistados relataram não ter como prática recorrente a troca de dias de trabalho entre vizinhos e parentes.

Da mesma forma, a integração social em comunidades locais e sindicatos rurais, por exemplo, indicou a participação apenas de forma ocasional nestas organizações coletivas, sugerindo certa individualização destas famílias (GASPARI; AGNE; AVILA, 2017). Estes resultados podem ser analisados em consonância com os processos que resultaram a partir da modernidade e do avanço tecnológico, em que a diversidade e heterogeneidade cederam lugar à especialização, no meio rural esta ideia está diretamente relacionada com a organização social e produtiva do trabalho, por meio do “pacote” tecnológico da Revolução Verde (FREITAS; RAMBO; SARTORELLI, 2015). Assim, acredita-se que as características de cunho social possuem relação com as escolhas por diferentes modelos produtivos, tanto optando pela especialização produtiva, como ocorre no caso da fumicultura e soja, por exemplo, como para migrar para sistemas de produção diversificados.

¹⁹ A base de dados coletados no ano de 2014, por ocasião da caracterização inicial dos agricultores beneficiários da chamada pública Nº 06/2013, intitulada: Menos tabaco, mais alimento. Agricultura Sustentável para diversificar a produção do tabaco, tornou-se um trabalho de conclusão de curso de Pós-Graduação (Especialização) sob o Título: Análise dos aspectos sociais e produtivos dos agricultores produtores de tabaco no município de Sobradinho/RS (GASPARI; AGNE; AVILA 2017).

Com relação ao acesso às políticas públicas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a pesquisa demonstrou que apenas 30% dos agricultores estariam usufruindo deste incentivo governamental (GASPARI; AGNE; AVILA, 2017). Este baixo índice corrobora com as informações de que o maior montante de investimento nas políticas agrícolas no Brasil não chega aos agricultores que mais necessitam. De acordo com análise realizada, os agricultores familiares mais pobres, pertencentes aos grupos A e B do Pronaf²⁰ no ano de 2011 detinham pouco mais de 10% do total dos financiamentos públicos, havendo uma concentração dos recursos do Pronaf que beneficia os agricultores mais capitalizados do meio rural brasileiro (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

De acordo com estas constatações evidencia-se que a política de crédito rural vigente ao invés de reduzir, está aumentando a concentração e a desigualdade produtiva entre os produtores familiares, ressaltando a intensidade deste processo a partir do Pronaf Mais Alimentos (2008), o qual foi responsável por estimular a modernização a partir do financiamento de máquinas e equipamentos, concentrando-se em propriedades familiares consolidadas entre a região Sul e Sudeste (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Com relação a utilização das terras no município, segundo o Censo Agropecuário (2017) constatou-se 437 propriedades com lavouras permanentes e lavouras temporárias em 629 estabelecimento rurais, em que o sistema convencional de preparo do solo é superior ao plantio direto em palha e cultivo mínimo.

As lavouras permanentes²¹ são compostas, em sua maioria, por frutas como laranja, pêssego, caqui, bergamota, uva (mesa e suco/vinho). Por outro lado, os plantios temporários abrangem a produção tanto de alimentos, como dos produtos comercializados em maior escala, como o fumo e a soja citados na primeira parte deste capítulo.

²⁰ Informações mais detalhadas sobre as definições acerca dos grupos delimitados para acesso ao Pronaf estão disponíveis no Capítulo 3, páginas 16 e 17.

²¹ Para fins registro, o IBGE contabiliza a produção a partir da produção de 50 pés.

Entre as características produtivas, a área média das propriedades pesquisadas foi em torno de 12 hectares, sendo de 1 a 5 hectares a área destinada ao cultivo de tabaco para mais de 85% das famílias (GASPARI; AGNE; AVILA, 2017). Ou seja, mesmo que existam áreas de mata nativa ou voltadas para outras atividades, ainda assim haveria área disponível, ainda que pequena, para produções diversificadas.

De acordo com o Censo Agropecuário (2017) a produção em lavouras temporárias no município de Sobradinho compreende diversas produções, a maior expressão, em termos de área cultivada, corresponde à soja, milho e fumo, como pode ser identificado no Quadro 3.

Quadro 3 - Produção em lavouras temporárias no município de Sobradinho/RS

Espécie produzida	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (toneladas)	Área colhida (hectares)
Abóbora/Moranga	267	133	6
Alho	136	2	0
Amendoim	77	3	1
Arroz	1	-	-
Aveia branca (grão)	7	20	16
Batata inglesa	86	12	1
Cana de açúcar	11	12	1
Cebola	252	24	3
Feijão	443	189	146
Fumo	383	2.372	1220
Mandioca	354	384	25
Melancia	74	127	5
Milho	519	3.572	855
Soja	177	10.743	3.059
Trigo	8	207	113

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

De acordo com o contexto acerca da política agrícola dominante, a especialização em torno de sistemas de produção homogêneos é predominante, à medida que os dados locais do município de Sobradinho representam esta realidade a partir da exportação do fumo e da soja. Contudo, embora essas culturas representem significativa importância econômica no contexto regional, análises realizadas em regiões produtoras de tabaco, demonstram a existência de limitações acerca da dependência da produção de tabaco, constatando-se que apesar de

possuir uma importância econômica, o tabaco não demonstra resultado num melhor desenvolvimento, pelo contrário, demonstrando que a maioria dos municípios fumicultores gaúchos dispõe dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado (PERONDI et al., 2008). No caso específico de Sobradinho o IDH é de 0,743, sendo todos os demais municípios da região inferiores a este.

Entende-se que a especialização produtiva por meio de restrições com relação às atividades e fontes de renda pode ser responsável por aumentar a dependência e a vulnerabilidade relacionada à instabilidade acerca do clima, doenças e preços (SCHNEIDER, 2010a).

Por outro lado, os dados que correspondem às culturas diversificadas no município de Sobradinho (Quadro 3) permitem uma reflexão em torno da quantidade de propriedades responsáveis pelo cultivo destas produções, exceto para o caso do arroz, aveia e trigo, as quantidades totais são produzidas por um grande número de estabelecimentos, demonstrando a divisão das quantidades por muitas famílias, sugerindo-se, desta forma, que estas produções servem ao abastecimento dos próprios estabelecimentos rurais.

De acordo com os dados coletados na primeira caracterização realizada durante o trabalho de ATER, com relação à produção alimentar para autoconsumo, a produção diversificada possuía uma importância bastante significativa para os entrevistados, já que aproximadamente 40% das famílias relatou produzir até metade do total de alimentos consumidos em suas propriedades, enquanto 35% dos agricultores afirmou consumir até 75% dos alimentos produzidos em suas propriedades (GASPARI; AGNE; AVILA 2017).

Dentre os principais cultivos desenvolvidos pelas famílias pesquisadas está a produção de espécies sazonais²² como alface, rúcula, tomate, beterraba, cenoura, couve, rabanete, repolho, couve-flor, além de culturas anuais como milho, feijão, batata, batata-doce, abóbora e mandioca que servem, tanto para alimentação da família, quanto para alimentação animal, como aves, suínos e bovinos. Já as espécies frutíferas cultivadas são os citrus, principalmente variedades de laranja, bergamota e limão, além do cultivo de parreirais, algumas propriedades

²² Muitas das espécies citadas na pesquisa não aparecem na contagem do IBGE, no Censo Agropecuário, pois são produzidas em pequenas quantidades.

desenvolvem a produção artesanal de vinho/suco, além de espécies de pêssego, ameixa, figo, caqui, entre outras adaptadas ao clima local.

Portanto, conclui-se que as maiores quantidades de produção são também aquelas que possuem os meios para sua comercialização, neste caso fumo e soja, contribuindo para uma agricultura baseada em sistemas de produção especializados no município de Sobradinho. Ao passo que, ao considerar a possibilidade de processos de transição de AF que estão inseridos em sistemas de produção altamente especializados, para outro, em que a forma de produção consiste em mecanismos de autogestão e protagonismo dos produtores de acordo com sua base de recursos possibilitando o aumento da autonomia (PLOEG, 2008), requer o desenvolvimento de ações conjuntas que possam auxiliar neste processo. Neste sentido, outras pesquisas já realizadas no Sul do Brasil com agricultores fumicultores, afirmam o potencial da diversificação na melhoria de inúmeros fatores, como condições de trabalho e benefícios financeiros e ambientais, auxiliando durante transições agroecológicas (STRATTON; WITTMAN; BLESCH, 2021).

Contudo, apesar da falta de apoio por meio de políticas públicas aos pequenos agricultores e à diversificação, isso não diminui o potencial dos sistemas diversificados em contribuir para sistemas ambientalmente sustentáveis e socialmente justos que podem proteger contra as mudanças globais (VALENCIA; WITTMAN; BLESCH, 2019), porém, a geração de lucros estáveis ainda necessita ser mediada, por meio de políticas de apoio a comercialização, como por exemplo, o PNAE e PAA (STRATTON; WITTMAN; BLESCH, 2021).

Outras iniciativas com relação à comercialização vêm sendo trabalhadas no município, por meio da implantação de agroindústrias (mandioca, ovos, mel, bolachas, cucas, massas, pães) as quais possibilitam a venda de forma mais organizada e em maior quantidade, contudo, estas são apenas iniciativas que estão longe de contemplar ou alcançar um número significativo de agricultores fumicultores presentes no município.

Portanto, os dados analisados acerca das características que reconhecem os agricultores familiares residentes no município de Sobradinho, indicam a existência de potencialidades a ser exploradas no âmbito da diversificação produtiva, as quais podem ser consideravelmente ampliadas. Entretanto, há de se reconhecer a

existência de um forte vínculo de dependência produtiva e financeira da fumicultura, o qual necessita ser superado para a construção de sistemas diversificados de produção.

Partindo deste contexto e reconhecendo a necessidade de aprofundar a compreensão acerca dos processos de diversificação dos agricultores fumicultores no município de Sobradinho, o próximo capítulo se propõe a realizar uma abordagem comparativa a partir do acompanhamento técnico realizado, considerando características específicas dos beneficiários.

5 PROCESSOS DE DIVERSIFICAÇÃO: CULTIVO E DESTINO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA COM BASE NO AUTOCONSUMO E/OU COMERCIALIZAÇÃO

Este capítulo busca responder ao primeiro objetivo específico do trabalho, para tanto, propõe-se analisar as mudanças em torno dos processos de diversificação agrícola nas propriedades beneficiárias da política pública de ATER para a diversificação do tabaco. De acordo com uma metodologia semelhante à utilizada por Witmann, Valencia e Blesh, (2019)²³, a partir do cálculo de indicadores de diversificação, foi realizada uma análise comparativa acerca da diversidade de atividades produtivas e destino destas produções, considerando também o uso das áreas de terra disponíveis²⁴ nestas propriedades.

O desenvolvimento da política analisada foi desenvolvido a partir de um contrato no período de três anos, de modo que, os dados analisados neste capítulo foram obtidos a partir de questionários de caracterização aplicados em dois momentos distintos. O primeiro, no início (2014) do desenvolvimento do trabalho de ATER e, após o intervalo em que as famílias permaneceram recebendo acompanhamento técnico, o segundo (2017), que foi realizado durante a caracterização final, prevendo o fechamento da prestação dos serviços de ATER para aquele contrato. Portanto, o espaço entre os dois pontos no tempo, consiste na análise das mudanças ocorridas a partir do desenvolvimento desta política, ou seja, os dados relativos ao primeiro questionário foram das famílias antes do recebimento de assistência técnica, enquanto o segundo apresenta as possíveis mudanças a partir do desenvolvimento do trabalho.

O estudo realizado por Witmann, Valencia e Blesh (2019) examinou a relação entre a participação de agricultores familiares participantes e não participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a diversificação destas propriedades e autonomia familiar, como indicadores-chave da resiliência familiar agrícola. A metodologia utilizada consistiu na avaliação da diversificação a partir de um cálculo de indicadores, considerando a agrobiodiversidade de acordo com a

²³ Esta metodologia está disponível no texto: Structuring Markets for Resilient Farming Systems.

²⁴ Os dados acerca da utilização da área total, área útil e destinadas ao cultivo do tabaco são referentes apenas ao questionário final, uma vez que não foram analisadas de acordo com suas mudanças no tempo.

diversidade de variedades e espécies de cultivos e animais, além de capturar os processos de diversificação de duas formas: (1) com base no uso da terra, considerando, por exemplo, transições de monoculturas de milho e feijão para horticultura, e (2) aumento da área total voltada a sistemas agrícolas diversificados. Também foi analisado a diversidade alimentar e autonomia em escala familiar a partir da origem dos alimentos consumidos nestas propriedades.

Portanto, segundo Witmann, Valencia e Blesh (2019) esta análise permitiu capturar as mudanças na configuração destas propriedades através do espaço (aumento da área de sistemas agrícolas diversificados) e do tempo (transição de sistemas de agrobiodiversidade baixa para alta).

Embora os indicadores de diversificação utilizados para esta pesquisa tenham sido inspirados na metodologia citada acima, os mesmos foram selecionados de acordo com a base de dados disponível. Desta forma, os processos de diversificação para este trabalho foram analisados com base na agrobiodiversidade agrícola e destino destas produções entre autoconsumo e comercialização. De modo que, a produção agrícola foi contabilizada a partir da comparação entre o número de espécies produzidas nos dois pontos do tempo analisados.

Os resultados encontrados foram divididos em dois grupos com características específicas e diferentes entre si. O primeiro composto pelos agricultores que aumentaram a diversificação, os quais corresponderam a 70 famílias, ou seja, mais de 80% dos entrevistados, enquanto 10 famílias foram caracterizadas por não aumentar a diversificação em suas propriedades. A partir desta análise, os agricultores que aumentaram a diversificação foram divididos em três subgrupos: a) Aumento da produção destinada ao autoconsumo, b) Comercialização da produção excedente, c) Produção destinada para comercialização a partir do desenvolvimento de novas atividades, d) Produção diversificada estabilizada.

Na sequência do texto, cada um destes subgrupos será caracterizado de forma mais detalhada, assim como o grupo de agricultores que não aumentou a diversificação de acordo com o número de espécies produzidas.

Ademais, outras características relacionadas ao uso das áreas de terra, verificando a disponibilidade de área total e áreas destinadas à produção de tabaco

nestas propriedades, serão analisadas de forma a complementar os resultados encontrados em cada um dos subgrupos. Por fim, será realizada a identificação e categorização do número e tipos de espécies produzidas de acordo com suas mudanças no período analisado.

5.1 SUBGRUPO A – AUMENTO DA PRODUÇÃO DESTINADA AO AUTOCONSUMO

A importância da produção para autoconsumo possui importância central para reprodução do modo de vida camponês, e desta forma, está diretamente relacionada com a heterogeneidade presente na AF, ainda que produtora de tabaco. Assim, Alexander Chayanov representa uma das primeiras referências nos estudos camponeses relacionados à produção para autoconsumo. Segundo Chayanov (1974) a produção para autoconsumo possui um lugar central nas formas de reprodução das unidades camponesas, uma vez que esta produção prioriza satisfazer as necessidades básicas de consumo da família, prioritariamente reconhecida por meio da alimentação.

Desta forma, os agricultores inseridos neste primeiro subgrupo correspondem à análise da autonomia em escala doméstica, o qual caracteriza as famílias que aumentaram sua diversificação apenas para o consumo próprio, sem comercializar nenhum tipo de produção excedente.

O resultado encontrado, por meio da contagem entre as espécies produzidas entre 2014, na aplicação do primeiro questionário, e as espécies cultivadas três anos após o início do trabalho de ATER (análise no tempo), demonstrou que de um total de 80 famílias pesquisadas, as características deste subgrupo apresentaram-se em 21 famílias, ou seja, 28% dos agricultores beneficiários aumentaram a produção para seu próprio consumo após ter participado do PNDACT.

A variedade de espécies produzidas a mais em cada propriedade, em relação ao início do trabalho, variou de 1 a 6, ou seja, em 13 propriedades foi identificado o aumento de uma a duas espécies e nas outras 8 propriedades o aumento foi de quatro a seis espécies. Portanto, para estas famílias o objetivo de aumentar a diversificação foi alcançado, tendo sido verificado o aumento das variedades de espécies diversificadas em comparação ao início do ATER.

As principais atividades produtivas identificadas na caracterização inicial do trabalho, no ano de 2014 foram representadas por cerca de dez espécies agrícolas, além do tabaco, entre elas a produção de milho, feijão, mandioca, batatinha, batata doce, soja, árvores frutíferas como laranja, limão, bergamota e hortaliças sazonais.

No segundo momento de aplicação do questionário, no ano de 2017, por outro lado, foi identificado o aumento do número de atividades produtivas para mais de vinte, incluindo a produção de novas espécies e variações também com relação às quantidades produzidas. Muito embora, dentro deste número maior estejam também espécies e atividades que já eram desenvolvidas anteriormente, ainda assim, a análise demonstrou o aumento de pelo menos 10 novas espécies que passaram a ser desenvolvidas entre as famílias deste subgrupo.

Dentre as atividades identificadas no segundo questionário estavam a produção de milho, feijão, mandioca, batata doce, ovos, leite, frango, carne de gado, suínos, banha, hortaliças sazonais (alface, repolho, rúcula, cenoura, beterraba, etc.), aumento do pomar com frutíferas como laranja, bergamota, limão, pêssigo, ameixa, uva, entre outras; amendoim, plantio de arroz de sequeiro, cebola, alho, abóbora, moranga, batatinha, melão, criação de abelhas para extração de mel, criação de peixes, implantação de pomar de noqueiras.

Desta forma, é interessante ressaltar que mesmo não havendo comercialização de produtos, o aumento da produção de novas atividades sugere mudanças na forma de gestão destas propriedades, seja pelo aumento da produção de milho, por exemplo, para alimentação animal que posteriormente serve como alimento, na forma de carne para a própria família ou pelos alimentos produzidos diretamente para o autoconsumo familiar. Tais características sugerem também modificações na dinâmica de produção e consumo de forma interna nestas propriedades, seja pela adoção de novos conhecimentos e/ou de práticas produtivas alternativas²⁵ como forma de gerar melhorias em suas propriedades.

A esse respeito, Chayanov (1974) explica o funcionamento da unidade de produção camponesa a partir de uma dinâmica caracterizada e governada por uma

²⁵ Esta temática será abordada de forma mais detalhada no capítulo 6, de acordo com os relatos dos beneficiários sobre as atividades agrícolas que passaram a ser desenvolvidas ou fortalecidas a partir do trabalho de ATER, bem como, o que houve de mais positivo e importante no trabalho (item 6.3).

busca pelo equilíbrio interno, seguindo uma lógica expressa pelas demandas de consumo da família e a força de trabalho disponível. Chayanov defende que a produção camponesa não está orientada para acumulação de capital, mas sim para satisfazer as necessidades de autoconsumo e renda (renovar maquinário, estudo dos filhos, comprar o que não é produzido na propriedade). De modo que, o resultado do produto bruto, segundo Chayanov, consiste no capital que são as instalações, os animais, a terra, o conhecimento dos camponeses, ou seja, um capital material e imaterial (capital intelectual) que representa o patrimônio da unidade de produção camponesa.

Em outras palavras, de acordo com Chayanov, os camponeses visam à provisão de um fundo de subsistência, de modo que, o montante de trabalho despendido entre quantidade e intensidade, é proporcional à obtenção de uma quantidade de alimentos capaz de garantir a autoabastecimento da família (Grisa, 2007). Ou seja, a agricultura camponesa consiste em um jeito de organizar a produção, baseado na mão de obra familiar e no trabalho não assalariado, sendo assim, não é em um modo de produção, já que cada propriedade pode possuir diferentes características e possibilidades de existir em diferentes contextos e modos de produção (CHAYANOV, 1974).

As características relacionadas à área para cultivo neste subgrupo demonstraram que a grande maioria dos entrevistados possuía uma área própria total de até 10 hectares, o que caracteriza as pequenas propriedades familiares da região de estudo. Contudo, o total da área produtiva, considerada a área útil é ainda menor, pois abrangem áreas de mata nativa, estradas, benfeitorias, etc., razão pela qual uma parcela dos beneficiários também realiza o arrendamento de pequenas áreas de lavouras, normalmente destinadas ao plantio de tabaco. Verificou-se, portanto, que a área produtiva neste subgrupo é composta, em sua maioria (60%), por até quatro hectares, enquanto que a área utilizada para o plantio de tabaco nestas mesmas propriedades concentra-se em torno, também, de 1 a 4 hectares, ou seja, praticamente toda área útil disponível, como pode ser analisado no Quadro 4.

Quadro 4 - Disponibilidade de área para os agricultores inseridos no Subgrupo A (Aumentaram a diversificação apenas para autoconsumo)

Área própria total	Nº famílias	Área produtiva	Nº famílias	Área com tabaco	Nº famílias
1 -10 ha	14	1- 4 ha	12	1- 2 ha	7
> 10 ha	6	> 5	7	3 - 4 ha	7
> 20 ha	1	> 10	2	> 5 ha	3
Arrendamentos	5	> 20	0	Não plantavam mais tabaco	4
Nº total de famílias	21				

Fonte: Autora, 2022.

De acordo com os dados, as pequenas áreas disponíveis podem sugerir uma limitação para o aumento de novas atividades produtivas, que comumente estão associadas a fatores como disponibilidade de mão de obra e problemas de saúde²⁶. Segundo Vargas e Oliveira (2012) ao analisar a viabilidade econômica relacionada à cultivos alternativos ao fumo, no Vale do Rio Pardo, constataram que as famílias produtoras de tabaco possuem menos hectares do que as famílias não fumicultoras, fazendo com que sejam arrendadas áreas para o cultivo do fumo. Fator este, responsável por elevar ainda mais os custos de produção.

Embora não tenham sido analisados, especificamente, questões relacionadas aos fatores saúde e questões financeiras, os relatos expostos durante a pesquisa, deixaram claro que existem dificuldades para aumentar a diversificação por conta de doenças e dívidas²⁷. Porém, também foram identificados outros relatos em que estas dificuldades citadas como entraves por algumas famílias para aumentar a diversificação, para outras, serviu como motivação para o aumento de cultivos alternativos de árvores frutíferas e hortaliças, aumentando assim a produção de alimentos como forma de buscar sua segurança alimentar. Sugerindo, desta forma, possibilidades alternativas ao modelo de produção baseado na fumicultura.

²⁶ Questões relacionadas à disponibilidade de mão de obra e problemas de saúde são fatores citados no capítulo 6, a partir das questões abertas, as quais retratam a percepção dos beneficiários sobre as dificuldades para ampliar os processos de diversificação.

²⁷ Os problemas financeiros, nesse caso, podem dificultar o avanço da diversificação, pois quando associado à pouca disponibilidade de mão de obra, a família acaba optando por dedicar mais tempo na produção do tabaco, a fim de tentar quitar as dívidas com as empresas, bem como, outras dívidas com bancos, comércio local, etc. Neste sentido, Riquinho e Hennington (2014) concluíram que, quando endividados, os agricultores têm a esperança de conseguir quitar seus débitos na safra seguinte, contudo, o que comumente ocorre é que a dívida aumenta e o agricultor permanece preso a este sistema.

Neste contexto, a assertiva sob a perspectiva de Chayanov se concretiza a partir da práxis e da resiliência destes agricultores, que apesar de suas limitações, organizam sua produção com base em seus recursos disponíveis, realizando o equilíbrio interno que o autor define enquanto trabalho/consumo e utilidade/intensidade em suas unidades de produção.

Um exemplo que ilustra as mudanças ocorridas a partir do desenvolvimento do ATER ocorreu na propriedade de uma agricultora em que, além do aumento das espécies produzidas, foi possível perceber outras mudanças que demonstram, de forma mais sutil, as perspectivas das possibilidades em torno das motivações por meio do ATER.

No início do trabalho ao chegar nesta propriedade deparava-se com um quintal de chão batido, não havia grama plantada, nem mesmo flores na frente da casa, havia uma horta bastante restrita, com poucas plantas cultivadas. Infelizmente não foram registradas imagens fotográficas, porém as lembranças da última visita naquela propriedade, somado ao relato da beneficiária foram igualmente marcantes. Isso porque, as mudanças foram tão evidentes que até mesmo a chegada naquela propriedade estava diferente do início do trabalho, a frente da casa que outrora era cinza, naquele momento estava colorida, havia plantas com flores enfeitando o jardim, muitas daquela, lembradas pela agricultora, como as mudas das flores compartilhadas durante uma atividade coletiva sobre jardinagem e paisagismo. A horta ao lado de casa também apresentava seu contraste, composta com inúmeras espécies produtivas como alface, rúcula, cenoura, beterraba, plantas condimentares, além de novas mudas de árvores frutíferas plantadas e começando a produção de frutos.

A partir deste breve relato buscou-se descrever, a partir da visão da técnica naquele momento, e hoje autora desta dissertação, a observação da realidade daquela família sendo modificada ao longo dos anos e na comparação entre o início e o final do trabalho, impactando, desta forma, até mesmo na imagem da propriedade que foi completamente alterada por meio da diversificação.

Outro exemplo que pode ser citado para ilustrar as mudanças geradas a partir do trabalho desenvolvido, refere-se a uma família que passou a dedicar-se muito mais ao cultivo dos alimentos para autoconsumo. Sendo que na última visita

realizaram o pedido de que sua horta fosse fotografada (Figura 8) naquele momento com canteiros e plantas prontas para o consumo, o que consistia em um motivo de orgulho para a família. De modo que a fotografia seria para registrar e não esquecer os anos de aprendizado e participação no ATER, pois sabiam que as visitas e atividades coletivas, com o final do contrato, não iriam mais ocorrer.

Figura 9 - Visita técnica para caracterização final na propriedade de Gorete e Edson dos Santos (Linha Campos)



Fonte: Autora, 2016.

Mesmo que a produção de alimentos, nestes dois casos, tenha sido “apenas” para o autoconsumo, ainda assim, são exemplos importantes acerca do impacto gerado na vida destas famílias. De modo que, a dedicação nos cuidados com a horta passou também a responder pelo aumento no consumo de alimentos produzidos na propriedade, resultando em maior qualidade de vida para estas famílias. Outros relatos demonstraram também impactos positivos proporcionados por meio da produção de alimentos por integrantes das famílias beneficiárias que sofriam com problemas de saúde e depressão, fazendo com que a produção de alimentos trouxesse novos significados para além da produção do tabaco.

Muito embora a produção de autoconsumo tenha importância central para os AF fumicultores, consistindo na iniciativa para reconectar as famílias com o propósito acerca da diversificação, e conseqüentemente, para a diversificação das fontes de renda e alternativas ao cultivo do tabaco, é necessário reconhecer que o potencial e a amplitude de transformação a partir da política pública de ATER não devem ficar limitados apenas à produção para autoconsumo.

Neste contexto, é imprescindível resgatar o pertencimento de agricultores que estão por longos períodos inseridos em sistemas convencionais de produção integrada, desmotivados de seu protagonismo. Nesse caso a produção de autoconsumo pode ser um passo significativo na construção de mudanças efetivas.

Desta forma, a seguir serão caracterizadas as famílias que além do aumento de sua produção para o próprio consumo, passaram também a comercializar, em alguma medida, o excedente de suas produções.

5.2 SUBGRUPO B – COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EXCEDENTE

A presente sessão tem por objetivo abordar o perfil e características específicas dos agricultores beneficiários, que além de aumentar a diversificação para seu consumo, iniciaram a venda excedente de suas produções. Assim, buscou-se identificar quais as espécies cultivadas pelas famílias que compõe este segundo subgrupo, bem como, quais suas porções de áreas disponíveis.

Nestas propriedades além do aumento da diversificação para autoconsumo, identificou-se com maior ênfase práticas relacionadas à comercialização de um ou mais produtos provenientes de suas propriedades rurais, as quais proporcionaram novas alternativas de renda para estas famílias.

O resultado encontrado²⁸ evidenciou que, de um total de 80 famílias beneficiadas pelo ATER, 44 destas, além de aumentar o número de espécies produzidas em suas propriedades, também passaram a comercializar entre uma a oito espécies a mais na comparação entre os dois períodos analisados. Ressaltando-se que no início da prestação de serviço de ATER – ano de 2014 – estas famílias não utilizavam a comercialização como prática cotidiana para a geração de renda.

Assim, constatou-se que a participação no PNDACT contribuiu para o aumento da diversificação, além de promover a motivação na busca pela comercialização de produções excentes como forma alternativa de geração de

²⁸ A metodologia utilizada para alcançar estes resultados, da mesma forma que na sessão anterior, deu-se a partir da análise comparativa entre as espécies produzidas em 2014, na aplicação do primeiro questionário, e o número de espécies cultivadas no ano de 2017, ou seja, três anos após o início do ATER.

renda. Confirmando, desta forma, que a diversificação configura-se como uma possibilidade capaz de proporcionar meios para elevar a renda e melhorar a qualidade de vida das famílias fumicultoras (ESAU; DEPONTI, 2020).

De acordo com o número de espécies produzidas, constatou-se que em 17 famílias ocorreu um aumento de 1 a 3 espécies, enquanto que em 27 propriedades, o aumento da produção variou de 4 a 8 novas espécies.

As principais atividades agrícolas identificadas pelas famílias que se enquadram no subgrupo B, no ano de 2014, foram representadas por aproximadamente 20 espécies, entre as quais estava o milho, feijão, mandioca, batata doce, batatinha, amendoim, cana para produção de melado, trigo, abóbora, leite, ovos, queijo, uva e fabricação de vinho, morango, além do cultivo de árvores frutíferas e hortas compostas por espécies sazonais.

No ano de 2017, na avaliação final do trabalho desenvolvido, foi identificado o aumento aproximado para cerca 30 espécies produzidas, ou seja, pelo menos 10 espécies a mais em comparação à três anos antes do ATER. Entre as atividades produtivas identificadas estava o milho, feijão, queijo, ovos, leite, batata doce, batatinha, mandioca, amendoim, cebola, mel, cana de açúcar (melado), melancia, uva (vinho/suco), uva para consumo “in natura”, arroz de sequeiro, abóbora, milho verde, moranga, alho, além de uma maior variação de espécies na produção hortícola.

Considerando a abordagem sobre as atividades agrícolas que passaram a ser desenvolvidas durante o ATER, devem ser mencionadas as iniciativas dos próprios beneficiários para a construção de estufas, a fim de melhorar a qualidade e prolongar a produção de hortaliças por períodos maiores ao longo do ano. A figura 9 ilustra a construção de uma estufa pela própria família.

Figura 10 - Propriedade de Rosane e Romar Scotta



Fonte: Autora, 2015

Outras ações identificadas para promover a diversificação neste subgrupo foram investimentos em mudas de noqueira, além da implantação de espécies como laranja, bergamota, limão, pêsego, ameixa, erva mate, entre outras, muitas destas, doadas por intermédio da Cooperfumos nos “kits” de diversificação²⁹.

As características em comum das famílias pertencentes a este subgrupo destacam-se, principalmente, por seu histórico prévio na produção de alimentos para autoconsumo, sendo que a participação no ATER veio a contribuir para melhoria das práticas produtivas, bem como, na gestão das propriedades através da compreensão de que as culturas diversificadas possuem potencial para o aumento da qualidade de vida em suas propriedades.

Com relação a comercialização utilizada por estas famílias, identificou-se que a mesma foi realizada informalmente, sendo comumente realizada por meio da chamada venda de “porta em porta”. Porém, a forma mais comum de comercialização da produção ocorria por meio da comunicação entre os próprios agricultores, vizinhos e residentes da área urbana do município, de modo que os consumidores, em sua maioria, buscavam a produção na propriedade dos agricultores. Ou seja, a comercialização caracterizava-se por certa instabilidade com relação à garantia de venda e preços, riscos estes, assumidos pelos próprios agricultores.

²⁹ Os chamados “kits de diversificação” são uma forma de nomear as doações que foram realizadas durante o ATER pela Cooperfumos, consistindo em mudas de frutíferas, biofertilizantes agroecológicos, pó de rocha, sementes crioulas de milho, feijão, aveia e hortaliças.

Neste sentido, embora já tenha sido constatado por vários autores a necessidade de que as iniciativas de incentivo à diversificação do tabaco estejam vinculadas à outras políticas de apoio ao destino destas produções, visando a estruturação de mercados e agregação de valor à estes produtos, na prática, esta realidade não vem ocorrendo (VARGAS; OLIVEIRA, 2012; SCHNEIDER, 2010; WITMANN; VALENCIA; BLESCH, 2019; STRATON; WITMANN; BLESCH, 2021;). Em outras palavras, a transição de monoculturas exige não somente o apoio à produção diversificada, mas também, subsídios capazes de fornecer suporte para o direcionamento destas produções, para que assim, os agricultores possam migrar para novos modelos de produção em maior segurança, tanto com relação a preços, como garantia de comercialização.

Com relação à área total de terra disponível para cultivo neste subgrupo, identificou-se uma maior concentração de propriedades com áreas totais entre 1 e 10 hectares, além de uma parcela significativa de famílias com áreas maiores que 10 hectares, sendo consideravelmente reduzido o número de propriedades a partir de 20 hectares, como pode ser visto no Quadro 5.

Quadro 5 - Disponibilidade de área para os agricultores inseridos no Subgrupo B (Aumentaram a diversificação para autoconsumo + comercialização excedente)

ÁREA PRÓPRIA TOTAL (ha)	Nº FAMÍLIAS	ÁREA PRODUTIVA	Nº FAMÍLIAS	ÁREA COM TABACO	Nº FAMÍLIAS
1 -10 ha	19	1 - 4 ha	11	1 - 2 ha	18
> 10 ha	15	> 5 ha	19	3 - 4 ha	14
> 20 ha	5	> 10 ha	12	> 5 ha	8
> 30 ha	5	> 20 ha	2	Não plantavam mais tabaco	4
ARRENDAMENTOS	4				
TOTAL			44		

Fonte: Autora, 2022.

De acordo com a análise dos dados é possível verificar um aumento da disponibilidade das áreas com relação ao subgrupo A, tanto nas áreas totais, quanto nas áreas produtivas e utilizadas com tabaco. Enquanto na produção para autoconsumo as áreas produtivas concentraram-se em até 5 hectares na maioria das propriedades, no subgrupo B a área de produção é maior que 5 e 10 hectares em 31 propriedades de um total de 44 famílias que compõe este subgrupo. Ou seja,

houve um considerável aumento de área para produção na comparação com o subgrupo anterior.

O aumento da área considerada produtiva também ocorreu com relação a área utilizada na produção de tabaco, já que há um aumento do número de famílias utilizando entre 4 e mais que 5 hectares. De modo que a disponibilidade de áreas maiores neste subgrupo se reflete também no aumento das quantidades produzidas, tanto com relação ao tabaco, mas também com relação à produção de alimentos.

Quer dizer, tanto as características de área total, como as áreas produtivas são maiores neste subgrupo, evidenciando, por sua vez, que o aumento da diversificação pode ter relação também com a disponibilidade de áreas para cultivo de novas espécies, como afirmado por Vargas e Oliveira (2012).

Esta análise também pode ser vinculada à teoria das capacitações, em que Amartya Sen (2000) afirma que para alcançar uma vida plena de bem estar é necessário que se tenha opção de escolha e meios para realizar suas necessidades e vontades. Em outras palavras, a implementação da diversificação depende também dos meios para que esta possa se concretizar, e a disponibilidade de terras, bem como, acesso a mercados são fatores fundamentais a serem considerados para a transição de cultivos, tanto na fumiicultura como para outras monoculturas geradoras de dependência.

Neste sentido, buscando identificar famílias beneficiárias que realizaram mudanças em suas propriedades por meio do aumento da diversificação, a sessão seguinte visa caracterizar agricultores responsáveis por dar início a uma nova atividade voltada diretamente para a comercialização como alternativa de renda em suas propriedades.

5.3 SUBGRUPO C – PRODUÇÃO DESTINADA PARA COMERCIALIZAÇÃO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ATIVIDADES

O terceiro subgrupo caracteriza-se pela ampliação da comercialização a partir de uma atividade específica. Ou seja, para além das características dos subgrupos A e B, citados até o momento, foi identificada a proeminência de novas atividades que se destacaram.

Dentre os agricultores que aumentaram a diversificação produtiva em suas propriedades, este subgrupo é composto por apenas quatro famílias, nas quais as atividades que passaram a ser desenvolvidas em âmbito de comercialização foram a produção de bolachas caseiras, criação de aves de postura para produção de ovos, criação gado de leite e fabricação de queijo. Ressalta-se também que o aumento da diversificação nestas propriedades – com base no aumento das atividades produzidas – foi de 2 a 5 espécies na comparação com o ano de 2014.

Juntamente com o fortalecimento da produção de alimentos para consumo das famílias, a comercialização surgiu como alternativa para geração de renda dentro destas propriedades. Em duas destas propriedades, as famílias passaram a desenvolver as novas atividades paralelamente ao cultivo do tabaco, enquanto que as outras duas já haviam deixado a produção de fumo, uma por um conjunto de fatores que envolvem aposentadoria por idade e problemas de saúde e a outra porque já vinha se dedicando a produção de hortaliças para comercialização por intermédio do PNAE. Ou seja, as duas famílias que já haviam deixado o cultivo do tabaco já possuíam outras rendas complementares.

As atividades adotadas para comercialização neste subgrupo possuem uma identificação com o histórico prévio de cada família, contudo não é possível encontrar muitas características que sejam comuns entre elas, a não ser que as culturas escolhidas para comercialização são complementares à outra atividade principal, seja o tabaco, a comercialização via PNAE ou aposentadoria.

Com relação à disponibilidade de área e produções nas propriedades que compõe este subgrupo, a área maior possuía 28 hectares, nesta família a área útil era de 20 hectares, sendo 2,5 hectares destinados ao cultivo de tabaco, além da criação de aves para produção de ovos, que foi a nova atividade voltada a comercialização. Nesta família ainda criava-se gado de leite, fabricavam-se queijos, bem como, o cultivo de milho, feijão, mandioca, batata doce, árvores frutíferas e hortaliças para consumo da família.

Nas outras três propriedades as áreas totais variavam entre 5 e 7 hectares e as áreas produtivas em torno de 2 hectares, sendo que uma destas famílias não possuía área própria e, portanto, realizava o arrendamento de 2 hectares para a produção de hortaliças.

De todo modo, tanto na propriedade maior, quanto nas menores foi identificado o aumento da produção diversificada por meio do cultivo de alimentos, como feijão, mandioca, batata doce, mel, hortaliças e frutas sazonais, além do milho para alimentação animal. Contudo, a análise das áreas disponíveis, em específico, não é suficiente para avaliar o aumento ou não da diversificação, para tanto, se faz necessário avaliar fatores, como por exemplo, a disponibilidade de mão de obra, interesse pelo cultivo de espécies diversificadas, acesso à técnicas de produção, acesso a mercados, entre outros.

De forma mais específica, um dos casos analisados neste subgrupo, sugere que, por possuir uma propriedade maior foi possível aumentar significativamente a produção de milho (de 70, no ano de 2014, para 700 sacos em 2017) devido à demanda utilizada para a alimentação das aves de postura. Quer dizer, a disponibilidade de área combinada a outros fatores, como interesse, disponibilidade de mão de obra e recursos financeiros para tal investimento, nesse caso, foi convergente para expandir a produção de milho e, conseqüentemente, para a viabilidade de uma produção secundária, nesse caso, a produção de ovos para venda.

Outro ponto a ser considerado durante o desenvolvimento do ATER com esta família foi a compreensão em torno da produção própria dos alimentos para as aves de postura, já que em um determinado momento o agricultor decidiu comprar o milho, devido ao trabalho excessivo gerado pela responsabilidade diante de todo o processo produtivo envolvendo o investimento financeiro. Contudo, a alimentação adquirida de fora da propriedade reduziu a qualidade dos ovos, gerando reclamações dos clientes, além da conclusão da inviabilidade financeira do produtor, isso porque comprar o milho, no final das contas, gerou valores muito superiores à produção própria.

Diante deste exemplo, destaca-se a importância do diálogo realizado durante as visitas técnicas previstas no ATER, em que a família decidiu, por conta própria, aumentar a produção, optando por não realizar mais a compra do milho, adquirindo apenas insumos para alimentação que não poderiam produzir na propriedade. Este relato em torno das questões produtivas oportuniza reflexões sobre a importância da autonomia acerca dos processos de diversificação envolvendo a tomada de

consciência em torno de questões como qualidade, economia de recursos, gestão da propriedade, etc.

A partir deste contexto é possível perceber como a proatividade dos agricultores possui papel fundamental para qualquer transição que venha a ocorrer nas propriedades rurais, pois a cultura em torno de sistemas integrados que resultam na dependência dos fumicultores possui influencia determinante nas decisões dos agricultores em várias esferas, como expresso no trabalho de Vendruscolo (2017), sendo necessário, cada vez mais, oportunizar reflexões e oportunidades para fomentar o protagonismo destes atores. Neste sentido, o exemplo descrito é convergente com as afirmações de Ploeg e Schneider (2022) que definem a autonomia enquanto uma construção social, por meio de um conjunto de práticas que podem resultar na produção e reprodução de recursos que permitem a auto-organização de pessoas, comunidades e movimentos camponeses.

Por outro lado, além dos desafios com relação à produção diversificada, existe ainda o desafio da comercialização, já que a cultura do tabaco em que estão inseridos, proporciona a ideia de venda garantida, certeza esta, que não se tem na comercialização de produtos não integrados à uma cadeia produtiva, como ocorre com o leite, frango, suíno e o próprio tabaco. Esta lógica pode estar relacionada ao número de apenas quatro entre 80 beneficiários terem iniciado uma nova atividade voltada à comercialização.

Ainda com relação às características deste subgrupo, exceto uma família que vendia o leite para empresas maiores, as outras três buscaram canais informais para comercialização de suas produções, mesmo porque, no caso dos ovos, por ser um produto de origem animal, seria necessário adequação por meio da legislação para a venda formal, em supermercados, por exemplo, o que implicaria em um grande investimento mesmo antes de iniciar a atividade. Assim sendo, a comercialização dos demais produtos, ou seja, bolachas caseiras, ovos, queijo e leite em menor quantidade, ocorriam no centro da cidade, tendo como consumidores os funcionários das lojas no comércio local, bem como, a chamada venda de “porta em porta” nos bairros da cidade.

Outra família preferia realizar o contato diretamente com os possíveis clientes via telefone e entregava nas suas casas de acordo com sua demanda produtiva. Ou

seja, nem todas as famílias utilizavam as mesmas formas de comercialização, já que cada uma desenvolveu seu próprio sistema de venda de acordo com suas possibilidades e necessidades. Nesse caso as possibilidades e necessidades estão relacionadas à diversificação e podem ser consideradas como práticas de (re) produção de recursos, que por sua vez permitem a construção de trajetórias, as quais sem autonomia não seriam possíveis (PLOEG; SCHNEIDER, 2022).

Esta diferenciação pode ser bastante interessante quando analisada como um reflexo das possibilidades que envolvem a diversificação, como por exemplo, o respeito à demanda produtiva, já que na produção familiar pode haver uma limitação com relação às quantidades produzidas e, por outro lado, pode ser superior no quesito qualidade e preferência dos consumidores. Tanto que, com o passar do tempo e a construção de relações de confiança, muitos consumidores tornavam-se clientes fixos, fator este, responsável por gerar mais garantia e segurança de renda aos agricultores. Nesse sentido, a análise de Ploeg (2017) sobre a existência de diferentes estilos de agricultura, pode auxiliar na compreensão da heterogeneidade presente na AF, de acordo com o conjunto variado das suas relações com diferentes mercados, tecnologias e políticas públicas.

Por outro lado, a incerteza para a comercialização da produção, bem como, as quantidades a serem entregues ao consumidor final, era um fator interpretado para muitos agricultores como uma ameaça para expandir ou iniciar uma nova atividade geradora de renda. Uma vez que a falta de mecanismos para escoamento da produção apresentava-se como um risco com potencial de perdas reais caso não fosse estruturado previamente.

Estas constatações reforçam a compreensão de que as políticas que visam promover a diversificação da cultura do tabaco devem ser estabelecidas de forma integrada com outras políticas públicas que visam a estruturação de mercados. Assim como já foi comprovado por meio de pesquisas que o PNAE, enquanto política de estruturação de mercados previsíveis foi responsável por apoiar a resiliência de AF em sistemas agrícolas diversificados (WITMANN; VALENCIA; BLESCH, 2019).

As afirmações acerca das dificuldades e desafios sobre comercialização foram fornecidas pelos próprios beneficiários nas questões que abordam as

percepções dos agricultores sobre os processos de diversificação, as quais são abordadas de forma mais detalhada no Capítulo 6. Porquanto, algumas destas considerações foram descritas nesta seção, a fim de ampliar as reflexões sobre este subgrupo em específico.

A caracterização dos três subgrupos (A, B, C) realizada até o momento responde pelo montante de 70 famílias, todas elas identificadas pelo aumento da diversificação, embora com características específicas e diferentes entre si. De modo que, a próxima seção realizará uma abordagem acerca das famílias que aparentemente não aumentaram a diversificação em suas propriedades.

5.4 SUBGRUPO D – PRODUÇÃO DIVERSIFICADA ESTABILIZADA

Este subgrupo é composto por 10 famílias beneficiárias, as quais foram caracterizadas por não terem aumentado o número de espécies produzidas em suas propriedades ao final do ATER. Desta forma, esta seção se propõe a realizar uma análise para identificação de quais as espécies produzidas, bem como, qual a área utilizada nestas propriedades, além de abordar considerações sobre possíveis impactos do PNDACT sobre estas famílias, tendo em vista a estabilidade verificada com relação as suas atividades produtivas. Para tanto, considera-se a compreensão da diversificação a partir da diversidade dos meios e modos pelos quais os agricultores lidam com as adversidades e dificuldades presentes em suas realidades (SCHNEIDER, 2010a).

A análise realizada para este subgrupo seguiu o mesmo formato dos anteriores (A, B, C), ou seja, a partir da comparação entre as espécies produzidas nos dois pontos do tempo analisados, foi verificada a manutenção da variabilidade das espécies, retratando que estas famílias conservaram ao longo da chamada pública, certo nível de diversificação já existente no início do ATER.

Diferentemente dos três subgrupos citados até o momento, em que o número de espécies cultivadas aumentou, neste, verificou-se a estabilidade do número de atividades desenvolvidas entre 5 e 10 espécies, variando entre as propriedades. Quer dizer, em 5 propriedades foi identificada uma variação entre 8 e até 10 espécies, enquanto na outra metade o número de espécies variou de 5 a 9 no

mesmo período. Outras características relacionadas à comercialização e gestão demonstraram que as propriedades responsáveis por desenvolver números maiores de atividades (entre 8 e 10 espécies) também foram as mesmas que possuíam um maior acesso a mercados, diferentemente das demais.

Com relação às características referentes à área utilizada neste subgrupo, de acordo com o Quadro 6, os dados demonstraram que a média das áreas nestas propriedades é de cerca de 14 hectares, enquanto a média da área útil foi em torno de 9 hectares, e a média da área destinada à produção de tabaco foi de 1,3 hectares. Sendo que em três das dez famílias que compõe o subgrupo, o tabaco não era mais produzido.

Quadro 6 - Utilização da área para as famílias do subgrupo D

ÁREA PRÓPRIA TOTAL (ha)	Nº FAMÍLIAS	ÁREA PRODUTIVA	Nº FAMÍLIAS	ÁREA COM TABACO	Nº FAMÍLIAS
1 -10 ha	4	1- 4 ha	4	1- 2 ha	6
> 10 ha	3	> 5	2	3 - 4 ha	1
> 20 ha	3	> 10	3	> 5 ha	0
Arrendamentos	2	> 20	1	Não plantavam mais tabaco	3
TOTAL	10				

Fonte: Autora, 2022.

De acordo com estes dados é possível perceber que a produção de tabaco não responde por quantidades significativas em termos de área plantada, o que pode sugerir maior disponibilidade de mão de obra e tempo para empreender em outras atividades correspondentes a diversificação.

Contudo, para além do número de atividades produtivas, a continuidade da diversificação nestas propriedades foi verificada por meio da estabilidade na variação produtiva, assim como, pela organização das famílias com base em fatores relacionados à forma de produção de acordo com características específicas de cada família, uma vez que a estabilidade no cultivo das atividades demonstrou-se como um fator que permite a comercialização de suas produções de forma regular.

Tais constatações estão alinhadas à compreensão do pensamento de Chayanov (1974) por meio da existência de uma dinâmica caracterizada pelo equilíbrio interno das unidades de produção camponesa, os quais se relacionam aos

recursos internos e externos, refletindo em maior ou menor autonomia em suas produções agrícolas ou não agrícolas, assim como, permitindo a permanência da diversificação ao longo do tempo.

Entre as características das famílias deste subgrupo, constatou-se que a estabilidade na continuidade das atividades produtivas estavam associadas a um melhor gerenciamento em pelo menos 5 destas propriedades, as quais também foram responsáveis por conseguir manter a comercialização de seus produtos de forma regular, com consumidores fixos. Quer dizer, a regularidade, disponibilidade e qualidade de produção foram identificadas como fatores relevantes para manter a comercialização ao longo do tempo nestas propriedades.

Das dez famílias deste subgrupo, quatro comercializavam de forma regular seus produtos, duas vendendo informalmente ovos, frango, leite e queijo; uma família de feirantes produtores de hortaliças que comercializavam sua produção há mais de 30 anos no centro da cidade; e outra que produzia massas por meio de uma agroindústria, o que viabilizava a comercialização via PNAE e também para supermercados no município de Sobradinho e em outros municípios da região Centro Serra.

A comercialização informal, por sua vez, ocorria diretamente na propriedade ou com entrega de produtos na casa dos consumidores, caracterizando relações de confiança existentes antes mesmo do ATER e que foram identificadas também no segundo momento da caracterização, ao final da pesquisa. Por outro lado, as famílias identificadas por não possuir a tradição de comercialização de forma mais estruturada estavam entre aquelas identificadas por produzir entre 5 e 9 espécies. Entre as características destas propriedades foi possível identificar maiores dificuldades de gerenciamento associado à baixa disponibilidade de mão de obra e problemas de saúde, bem como, necessidade de busca de complemento de renda a partir de trabalhos de meio período na área urbana da cidade.

Com relação entre as culturas produzidas no primeiro e terceiro ano da pesquisa, praticamente não ocorreram diferenciações, exceto a agroindústria que deixou de produzir pão, bolachas e bolos e focou sua atividade apenas na produção de massas. As demais espécies identificadas nesse período seguiram sendo as

mesmas: milho, feijão, mandioca, batata doce, batatinha, carne (frango, suíno e gado), ovos, leite, queijo, hortaliças e frutíferas.

As principais mudanças identificadas neste subgrupo apontaram para o aprimoramento de práticas produtivas, tais como, o melhoramento do manejo de podas em frutíferas, implementação de técnicas de compostagem para produção de matéria orgânica, fabricação de caldas e insumos agroecológicos para controle de pragas e doenças, entre outras práticas consideradas importantes na diversificação da produção, bem como, para minimizar gastos com insumos externos. Ressalta-se ainda que os agricultores que adotaram estas práticas de forma mais acentuada foram os mesmos que tinham como tradição a comercialização de suas produções. Constatção esta, convergente com afirmações de Witmann, Valencia e Blesh (2019) as quais apontam a estruturação de mercados como fator fundamental de garantia de renda, auxiliando também no incentivo de melhorias na forma de produção e manejo das atividades agrícolas voltadas à diversificação.

Além disso, foram citados também como fatores motivacionais e positivos de apoio a diversificação, as doações de mudas frutíferas, sementes crioulas de milho e feijão, kit de biofertilizantes, sementes de hortaliças e a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), realizado pelos técnicos de forma gratuita para os beneficiários do ATER.

Portanto, os agricultores inseridos neste subgrupo relataram a importância de ser beneficiário do ATER, principalmente pelo aprendizado e conhecimento compartilhado nas visitas técnicas, auxiliando para implementar melhorias em suas propriedades, por meio de diferentes técnicas de manejo, além do incentivo gerado pela participação nas atividades coletivas, proporcionando vivências que somaram de forma positiva para a construção de conhecimento coletivo com outros agricultores que viviam realidades semelhantes.

Uma das hipóteses sobre o aumento da diversificação como resposta ao trabalho do ATER teve como pressuposto que o aumento na variabilidade de espécies estaria diretamente relacionado ao aumento da diversificação. Contudo, verificou-se entre as características deste subgrupo, a importância a partir da intervenção de outros fatores, como gestão e conhecimento, por exemplo, que quando analisados em conjunto com as quantidades produzidas, possuem o

potencial de interferir na manutenção da diversificação por períodos prolongados.

Neste sentido, a co-produção, segundo Ploeg (2018), pode ser entendida como uma forma de explicar as dinâmicas de produção dos camponeses como uma forma de resistência ao longo do tempo, pois consiste no gerenciamento, de forma habilidosa, da interação entre homem e natureza resultando em diferentes estratégias que possibilitam sua reprodução sempre considerando a própria base de recursos de cada propriedade.

Assim, as melhorias relacionadas à gestão, organização das atividades produtivas, aplicação de técnicas associadas ao conhecimento produtivo, podem resultar no aumento da qualidade, sendo estes também, fatores diretamente relacionados à diversificação produtiva.

Conclui-se, portanto, que as famílias deste subgrupo permaneceram estabilizadas no que diz respeito à quantidade de espécies cultivadas, no entanto, não se pode afirmar que não aumentaram a diversificação. Uma vez que demonstraram mudanças com relação as suas práticas produtivas, com a adoção de novas técnicas que contribuem para sistemas de produção mais sustentáveis e diversos, de modo que, tais mudanças também podem ser consideradas favoráveis à diversificação em nível qualitativo. Desta forma, a sessão seguinte irá realizar uma abordagem com relação às mudanças de acordo com o número de espécies produzidas no período analisado na pesquisa.

5.5 NÚMERO DE ESPÉCIES CULTIVADAS – QUANTIFICANDO E CATEGORIZANDO SUAS MUDANÇAS NO TEMPO

Esta sessão possui o objetivo de realizar uma análise geral da variação do número total de espécies produzidas pelos agricultores beneficiários nos quatro subgrupos citados até o momento. Para tanto, foi realizada a contagem³⁰ do número de espécies produzidas na comparação entre os anos de 2014 e, posteriormente, em 2017. Buscando caracterizar as mudanças ocorridas, com base na diversidade de espécies produzidas na comparação entre o período analisado, foi desenvolvida

³⁰ A contagem das espécies foi realizada de forma individual, constatando a diferença entre as espécies produzidas por cada família beneficiária na comparação entre os dois períodos analisados.

uma classificação em quatro níveis ou categorias de diversificação: baixo, médio, alto e estável, os quais podem ser visualizados no Quadro 7. O objetivo destes dados é demonstrar em que medida ocorreu o aumento da diversificação de acordo com o número de espécies³¹, bem como, quantas famílias enquadram-se em cada nível.

Quadro 7 - Nível de diversificação com base no número³² de atividades ou espécies produzidas

Nível de diversificação	Número de espécies aumentado	Número de famílias
Baixo	1 a 3	33
Médio	4 a 6	35
Alto	7 a 8	2
Estável	-	10
Total		80

Fonte: Autora, 2022.

Constatou-se que a maioria das famílias teve um aumento considerável de espécies que passaram a ser produzidas no período em que esteve em desenvolvimento esta política pública. Uma vez que 37 famílias, ou seja, praticamente metade das famílias beneficiárias, foram classificadas entre os níveis de diversificação médio e alto, produzindo entre 4 e 8 espécies a mais com relação ao que produziam quando o trabalho foi iniciado, três anos antes.

Da mesma forma que as 33 famílias inclusas no nível de diversificação baixo, também podem ser caracterizadas como um resultado positivo, já que esse aumento foi proporcional aos limites daquelas propriedades em termos de características específicas de cada unidade familiar. A mesma análise pode ser atribuída às famílias que compõe o nível correspondente à estabilidade, como verificado na caracterização do subgrupo D, já que o não aumento da diversidade de espécies apenas evidenciou que aquelas famílias mantiveram a diversificação já existente antes e durante o desenvolvimento do ATER.

³¹ A definição de espécies ou atividades produtivas possui o mesmo significado para entender o aumento do número de atividades desenvolvidas; tanto para produções primárias que envolvam produções vegetais e/ou animais, como secundárias como fabricação de queijo, massa, bolacha, etc.

³² O número de espécies descritas em cada nível corresponde apenas aos números produzidos a mais, não sendo o total das espécies ou atividades desenvolvidas nas propriedades. Ressaltando-se que em nenhuma propriedade foi verificada a redução do número de espécies cultivadas entre o período de análise.

Partindo de um contexto de tradição do cultivo de uma monocultura, o desenvolvimento de uma variabilidade maior de espécies pode ser considerado relevante na busca pela diversificação, contribuindo para um processo que rompe com a homogeneidade produtiva da cultura do tabaco. Neste sentido, as mudanças positivas com relação às práticas produtivas, citadas pelos entrevistados em suas formas de produção são fatores fundamentais, tanto para o aumento da diversificação, como para sua manutenção ao longo do tempo. Uma vez que a diversificação dos meios de vida destas famílias, tal como enfatiza Frank Ellis, podem ser exemplificados como processos que visam a construção de oportunidades a fim de alcançar maior qualidade de vida de acordo com as condições das quais dispõe em suas realidades (PERONDI; SCHNEIDER, 2012).

Ainda por meio da análise entre os níveis de diversificação e as características dos subgrupos analisados nas sessões anteriores, foi possível identificar, que mais da metade das famílias que compõe o nível baixo de diversificação pertencem ao subgrupo A que aumentou a diversificação apenas para autoconsumo. Ao mesmo tempo em que a maioria das famílias que se enquadraram nos níveis médio e alto correspondeu ao subgrupo B, que além de terem aumentado a diversificação para autoconsumo, passaram a comercializar excedentes. Quer dizer, as famílias que mais aumentaram a variabilidade de espécies foram as mesmas que passaram a comercializar os excedentes de suas produções.

Com o intuito de verificar se as áreas disponíveis nestas propriedades possuem relação com o aumento da diversificação, foi realizado o cruzamento dos dados referentes às suas áreas produtivas. O resultado encontrado foi estipulado na média de área por família em cada nível, sendo 6,1 hectares a média por família no nível baixo; 8 hectares no nível médio e 10,5 hectares no nível alto e, por fim, para as famílias consideradas dentro da estabilidade a média foi de 9,1 hectares. Identificou-se, portanto, que ocorreu um aumento progressivo das áreas produtivas de acordo com o aumento de espécies produzidas, havendo uma pequena redução da média entre as famílias que corresponderam a estabilidade em suas produções.

Outras características³³ que foram identificadas a partir da análise entre o nível médio e alto possuem relação tradições existente nestas propriedades, ou seja, a diversificação de espécies está presente na herança cultural destas famílias, em que a produção de alimentos faz parte de seus modos de vida.

Não obstante, também foram identificadas entre o nível de diversificação médio e alto, famílias sem tradição previa no cultivo de alimentos e que ao longo do ATER mudaram o cenário produtivo em suas propriedades, demonstrando que o acompanhamento por meio das visitas técnicas e atividades coletivas serviram como suporte e motivação para aumentar a diversificação.

De todo modo, a interferência de vários fatores na produção permite a compreensão de que o aumento da diversificação nas propriedades analisadas não pode ser dimensionado apenas com base em suas áreas disponíveis e quantidade produzidas a mais, uma vez que foram identificados outros fatores como determinantes para efetuar processos de diversificação, como por exemplo, a quantidade de tabaco produzido e o tempo de envolvimento neste cultivo, disponibilidade de mão de obra, idade, problemas de saúde, questões relacionadas à comercialização de culturas alternativas ao tabaco, entre outros.

Em outras palavras, o que pode ser considerado relevante em uma propriedade, pode não ser para outra, evidenciando a relevância ao considerar a heterogeneidade enquanto característica que compõe diferentes formas de adaptação de cada família de acordo com particularidades específicas.

Nesse sentido, o incentivo e motivação por meio do ATER e as atividades desenvolvidas podem ser aliadas para promover e desenvolver a autonomia dos agricultores nas escolhas de suas trajetórias como atores de seus processos, assim como, na escolha pela diversificação de culturas ou não.

Partindo desta compreensão, a análise acerca dos níveis de diversificação, baseados na metodologia de Witmann, Valencia e Blesh (2019) contribuem para ampliar a compreensão acerca da diversidade interna dos agricultores familiares. De modo que, as diferenças específicas de cada subgrupo citado até o momento

³³ A compreensão de certas características que, não necessariamente foram propostas pelas entrevistas, foi possível pelo acompanhamento das famílias beneficiárias pelo período considerável de três anos, permitindo assim a ampliação de percepções mais abrangentes em torno de características que não seriam capturadas em um período mais restrito.

analisam as características destas famílias de forma muito particular, proporcionando, desta forma, a identificação de diferentes formas de (re) produção nestas propriedades, bem como, a heterogeneidade das famílias beneficiárias.

Desta forma, compreende-se a importância em caracterizar os diferentes níveis de diversificação a partir do aumento das espécies cultivadas, contudo, esta análise não auxilia na compreensão das razões e motivações que permitiram estas mudanças, uma vez que cada família, de forma individualizada, possui características e modos de produção próprios. Assim, a contribuição a partir da análise das características individuais destas famílias, possui o potencial de identificar particularidades específicas sobre diferentes estilos de agricultura que pertencem a um grupo aparentemente homogêneo, nesse caso, representado por AF produtores de tabaco.

Portanto, a análise de características tão múltiplas para definir os fatores responsáveis pelo aumento da diversificação, talvez pressuponha o uso de ferramentas metodológicas capazes de compreender de forma mais ampla estes processos. Assim, buscando aprofundar as compreensões acerca dos processos de diversificação decorrentes do trabalho de ATER, o próximo capítulo realizará uma análise sobre as percepções destas famílias, considerando as mudanças ocorridas a partir do desenvolvimento da política pública de ATER para a diversificação do tabaco.

6 AS PERCEPÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO E AS MUDANÇAS OCORRIDAS A PARTIR DO TRABALHO DESENVOLVIDO

A análise em torno da percepção dos AF está relacionada com a abordagem da diversificação dos meios de vida utilizada por Frank Ellis, por meio da qual se busca avaliar o desempenho de políticas públicas de desenvolvimento rural (PERONDI; SCHNEIDER, 2012).

Segundo Ellis (2000), a diversificação dos meios de vida consiste na melhor e mais efetiva estratégia de ação para alcançar o desenvolvimento rural, principalmente em áreas rurais nos países de baixa renda. Para tanto, o autor sugere como fundamental o respeito às especificidades dos grupos sociais abordados, centrando-se na compreensão das pessoas, bem como, em suas possibilidades de liberdade para realizar escolhas. Neste sentido, considera-se o desenvolvimento destacando a capacidade e as habilidades, que segundo Amartya Sen possui o potencial de remover as dificuldades responsáveis por restringir a liberdade de opção de escolha (PERONDI; SCHNEIDER, 2012).

Desta forma, acredita-se que entre os conceitos relacionados à abordagem da diversificação dos meios de vida, a percepção dos AF enquanto reflexo de sua diversidade e heterogeneidade interna pode ser útil a fim de compreender seus meios e modos de vida, abordando suas perspectivas, satisfações, oportunidades, estruturação interna de suas unidades de produção, etc.

Assim, este capítulo objetiva realizar compreensões em torno da percepção dos agricultores beneficiários do ATER diversificação em dois pontos no tempo, analisando de forma comparativa o mesmo público alvo, totalizando 80 famílias entrevistadas no município de Sobradinho/RS. A análise responsável por compor as interpretações em torno das percepções destas famílias constituiu-se a partir da interpretação dos questionários nos dois períodos elencados, com o auxílio de diários de campo, além da observação participante da realidade local durante toda a vigência deste contrato de prestação de serviço.

O primeiro questionário foi aplicado pela primeira vez, no ano de 2014, por ocasião da caracterização inicial dos agricultores beneficiários. Já o segundo, foi realizado no ano de 2017, após o desenvolvimento de todas as atividades previstas

no contrato, caracterizando o término da prestação dos serviços de ATER naquele período.

A metodologia utilizada nestas entrevistas foi semelhante nos anos de 2014 e 2017, já que faziam parte do roteiro estabelecido pelo cronograma que dava sequência ao desenvolvimento das atividades previstas pelo ATER. As entrevistas ocorreram de forma individual nas propriedades, cada visita teve, em média, a duração de 4 horas, nas quais foi realizada a aplicação do questionário, além de diálogo com as famílias e caminhada pela propriedade, no primeiro ano conhecendo a família e sua propriedade e três anos após, como forma de fechamento e avaliação do trabalho desenvolvido.

No ano de 2017, na segunda etapa de entrevistas destinadas às mesmas famílias, exceto poucas desistências e alguns novos cadastros, o questionário contou com algumas alterações em sua estrutura, com adição de perguntas para reconhecer possíveis mudanças ocorridas após os três anos de acompanhamento e realização das atividades de incentivo à diversificação.

Entre a composição dos questionários que analisam os dados nestes três períodos diferentes em duas chamadas públicas no município de Sobradinho foram selecionadas questões abertas, visando reconhecer a satisfação na produção de tabaco, bem como, perspectivas em torno da diversificação de cultivos e mudanças ocorridas a partir do trabalho de ATER. Desta forma, no decorrer deste capítulo, serão descritas as respostas encontradas em cada período e separadas em categorias de modo a serem analisadas.

6.1 CARACTERIZAÇÃO INICIAL: PERCEPÇÕES SOBRE DEPENDÊNCIA DO CULTIVO DO TABACO E PERSPECTIVAS FUTURAS DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO – 2014

As entrevistas realizadas para a coleta dos dados seguiram um roteiro pré-determinado, composto por perguntas abertas, as quais serão descritas no texto a partir da seguinte sequência: a) Se dependesse somente de você e sua família, vocês abandonariam a produção de tabaco; Quais os motivos; b) O que seria necessário para essa mudança; c) Quais fatores dificultam a adoção de novas atividades; d) Como contornar esses obstáculos.

Desta forma, a seguir será realizada a análise em torno das respostas encontradas para cada uma das questões descritas acima.

As respostas obtidas sobre o interesse dos entrevistados em deixar o cultivo de tabaco, demonstraram que 63 famílias estariam dispostas a deixar esta produção e apenas 15 não abandonariam o cultivo do fumo. Poucas famílias cadastradas para o recebimento de ATER já haviam deixado a produção antes mesmo do início do trabalho, motivados por frustrações financeiras, aposentadoria e/ou problemas de saúde³⁴.

Dentre as respostas mais citadas como motivo para deixar a produção de tabaco estava a insatisfação com relação à penosidade do trabalho, por exigir mão de obra intensiva, falta de valorização, baixo preço, ausência de poder de decisão para negociar o valor pago pelas indústrias, exposição à agrotóxicos que prejudicam a saúde, doenças na família, preço elevado dos insumos gerando um lucro ilusório, além da escassez de mão de obra.

Abaixo foram descritas algumas das falas dos beneficiários quando questionados acerca dos motivos para deixar a produção de fumo:

É um trabalho muito desgastante, no forte do verão que é a colheita, a gente esgota as forças, mas tem que ir mesmo assim. (FAMÍLIA Nº 75).

Porque tudo é difícil com o fumo. (FAMÍLIA Nº 58).

O problema do fumo é que é uma cultura de morte e não de vida. (FAMÍLIA Nº 53).

Nós estamos cansados de tanto veneno, é hora de pensar mais na nossa qualidade de vida. (FAMÍLIA Nº 57).

Por outro lado, as 15 famílias que não abandonariam a produção de tabaco relataram razões relacionadas principalmente à fatores financeiros e também à segurança para a comercialização, isso porque no Sistema Integrado de Produção do Tabaco embora tenha-se a garantida da compra total da produção, nem sempre o preço pago pelo produto final é considerado justo pelos agricultores. Esta afirmação pode ser compreendida por meio de uma das respostas citadas dentre as

³⁴ 4 famílias que já haviam deixado a produção de fumo foram cadastradas com o objetivo de fornecer suporte para que as mesmas não voltassem a depender da cultura.

15 famílias que não deixariam o cultivo do tabaco: “Por que o fumo é uma renda certa, às vezes dá mais ou menos, mas sempre dá um pouco” (FAMÍLIA Nº 41).

Portanto, é possível perceber que há uma instabilidade presente com relação ao preço pago pela produção do tabaco, ao passo que a garantia da comercialização acaba por minimizar a insatisfação pela baixa lucratividade. Ou seja, à medida que se considera o contexto de “pouco” como suficiente, pelo fato de não visualizar outra realidade, fica claro o receio destes agricultores em perder esta renda “garantida”, mesmo que o valor adquirido, por vezes, seja considerado injusto.

Outro fator relacionado à questão financeira está vinculado às dívidas contraídas junto às empresas fumageiras, as quais impedem ou dificultam o rompimento dos contratos com estas empresas. Uma vez que, os agricultores esclarecem que até gostariam de deixar o cultivo do tabaco, no entanto, se veem obrigados a permanecer na produção por ser a única alternativa visualizada para conseguir quitar as dívidas existentes.

O fator financeiro também está entre as razões citadas pelos agricultores fumicultores que não deixariam a produção, justificada pelos altos investimentos em infraestrutura³⁵ já realizados em suas propriedades. Sendo que, muitas vezes, são justamente estes investimentos os responsáveis por empréstimos e dívidas contraídas junto às empresas e bancos, já que o montante financeiro é expressivo para a infraestrutura necessária no cultivo do tabaco.

De acordo com Chayanov (1974) a lógica da unidade de produção camponesa é formada pelo equilíbrio interno entre a utilidade e a penosidade, em que a utilidade está relacionada às demandas da família e a penosidade no esforço para aumentar a produtividade. Nesse sentido, a penosidade relacionada à cultura do tabaco pode ser compreendida à medida que os agricultores suportam as dificuldades na colheita, como as temperaturas extremas no verão, por exemplo, em detrimento da renda que a produção prevê. Contudo, nesse caso, a recompensa consiste em uma utilidade que não se apresenta como satisfatória, na maioria dos casos, já que a insatisfação é recorrente e a continuidade na produção justifica-se

³⁵ Já que a cura do tabaco necessita que suas folhas passem por um processo de secagem em estufas à altas temperaturas e, posteriormente é armazenado em galpões, até que seja realizada, de forma manual, sua separação em classes.

apenas pelo fator financeiro, bem como, pela falta de oportunidades associada à dependência produtiva.

Sobre as dificuldades enfrentadas por AF fumicultores, Peres e Neto (2018) elucidam, a partir do relato de um agricultor e sua família, com funciona a rotina na produção de fumo:

São quatro a cinco hectares todos os anos, uma área grande, que dá muito trabalho. Na época de secagem, a família entra em casa depois das dez horas da noite. Entra, come, toma banho e sai, porque é preciso passar a madrugada alimentando a estufa. E, ainda assim, todos já se preparam para mais um ano de Souza Cruz. – Não é qualquer um que aguenta o fumo – diz o agricultor. (Peres e Neto, 2018, p. 138 – 139).

De acordo com as razões justificadas pelos agricultores, não foram reconhecidas informações relacionadas à satisfação para não deixar este cultivo. Logo, pode ser questionado o contexto de insatisfação vivenciado por estas famílias a partir da falta do que Amartya Sen determina como a capacidade e liberdade de escolha, a fim de considerar a possibilidade de novas alternativas produtivas capazes de minimizar a dependência ou mesmo viabilizar oportunidades para suprir a demanda relacionada às questões financeiras, como a comercialização e dívidas.

A segunda questão a ser discutida aborda fatores citados enquanto necessários para efetuar mudanças de cultivo. Assim, as principais respostas apontadas pelas famílias que deixariam a produção de tabaco, bem como, o que seria necessário para realizar esta mudança produtiva foram divididas em categorias selecionadas por similaridade das respostas. Suas repetições não foram quantificadas em números, uma vez que os entrevistados, em sua maioria, relataram mais de um motivo em específico³⁶. Os dados foram sistematizados de acordo com sua abrangência de diferenciação de assuntos, resultando em quatro categorias principais, de acordo com o Quadro 8.

³⁶ Esta mesma metodologia foi utilizada para todas as respostas descritivas realizadas neste capítulo.

Quadro 8 - Fatores apontados como necessários para realizar uma mudança de cultivo

1. Comercialização
2. Subsídio financeiro
3. Sentimentos motivacionais
4. Querem mudar, mas não visualizam alternativas

Fonte: Autora, 2022.

A primeira categoria possui relação direta com questões financeiras, envolvendo a garantia de comercialização e preço mínimo a fim de abandonar a produção de fumo. Além disso, é abordada a necessidade de segurança para a transição para novos cultivos, o que envolve a estruturação de mercados para escoamento da produção.

A segunda categoria relaciona-se à necessidade de subsídio governamental por meio de políticas públicas que auxiliem na transição de cultivos, seja por meio de uma ATER gratuita e continuada, além de investimentos em políticas de comercialização como PNAE e PAA, viabilizando, desta forma, a venda de outras produções. As razões que compõe esta categoria abrangem a necessidade da ampliação de financiamentos a juros baixos, uma vez que foram relatadas as dificuldades relacionadas à complexa burocracia exigida pelos agentes financeiros, motivos estes, considerados pelos entrevistados, como necessários para investir em novas culturas e/ou quitar dívidas já contraídas, que acabam por limitar os investimentos a cerca de possíveis mudanças de atividades.

Estas constatações reforçam que a disponibilidade de recursos públicos não contemplam de forma abrangente as categorias que mais necessitam de auxílio, uma vez que os montantes mais significativos de financiamentos como o PRONAF, por exemplo, privilegiam os setores mais capitalizados da agricultura, contribuindo para asseverar ainda mais as desigualdades no meio rural brasileiro (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

A terceira categoria identificada pelos entrevistados que gostariam de deixar o plantio de tabaco apontam que para concretizar esta mudança seria necessário ter coragem, força de vontade, persistência e força coletiva. Razões que podem ser compreendidas como a união entre as comunidades locais, bem como, a busca por valorização da produção e do trabalho, questões citadas com base na conscientização em torno da exploração vivenciada através dos moldes do SIPT.

Em outras palavras, esta categoria identifica a importância de razões relacionadas a sentimentos motivacionais, caracterizando percepções de maior sensibilidade com relação às dificuldades enfrentadas por estas famílias na busca por alternativas para a migração de cultivos.

Por fim, a quarta categoria é composta pelos agricultores que demonstraram ter a compreensão da necessidade efetiva de mudanças, contudo, sem conseguir visualizar possíveis alternativas, em geral estas famílias estavam desmotivadas e não acreditavam que fosse possível uma transição de culturas rentável. Realidade esta, que pode ser analisada sob a perspectiva de Amartya Sen (2001; 2000) do ponto de vista do desenvolvimento, uma vez que a falta de recursos capazes de alterar as escolhas diante de determinadas situações, caracteriza-se como a ausência de capacidades, impossibilitando a superação de determinadas realidades e tornando os indivíduos mais vulneráveis.

Em outras palavras, a partir da falta de recursos ou habilidades fundamentais, pode ocorrer a estagnação dos atores em diversos aspectos, acarretando sentimentos de abandono, desencanto, frustração e privação (FREITAS; RAMBO; SARTORELLI, 2015).

Entre todos os fatores citados como necessários para efetuar mudanças voltadas para a transição de cultivos, Vendruscolo (2017) destaca o controle existente por parte das instituições que auxiliam e validam a ideia da permanência na cultura do tabaco enquanto única possibilidade possível, utilizando para tal, até mesmo a contradição de informações, inclusive pelos meios de comunicação, de modo a fortalecer o poder da indústria.

A partir do terceiro questionamento, buscou-se analisar os fatores responsáveis por dificultar a adoção de novas atividades. As principais razões foram descritas no Quadro 9.

Quadro 9 - Fatores que dificultam a adoção de novas atividades

1. Falta de garantia de mercados
2. Assistência técnica
3. Falta de recursos financeiros
4. Infraestrutura
5. Subsídio governamental
6. Dívidas

Fonte: Autora, 2022.

Entre os apontamentos citados, a incerteza para comercialização sem a garantia de um valor mínimo foi a principal dificuldade identificada para iniciar uma nova atividade produtiva. Atrelado à insegurança para comercialização, também foram identificadas preocupações com relação à fisiologia pós-colheita acelerada, uma vez que, no caso de frutas e hortaliças, o tempo de vida útil é curto, razões que potencializam a importância da garantia de comercialização como uma questão a ser superada.

A falta de assistência técnica também foi citada, devido à necessidade de alcançar maior qualidade produtiva em novas produções, sendo abordadas muitas razões relacionadas aos serviços prestados pelas fumageiras por meio do orientador agrícola e a insegurança gerada pela ausência de um suporte técnico adequado para iniciar novas atividades, o que por sua vez, gera falta de motivação e coragem.

As dificuldades de acesso a linhas de crédito para a diversificação, atrelado à falta de capital financeiro para investimento inicial em uma nova atividade e dívidas a serem quitadas, também foram citadas como fatores que dificultam transições para novas atividades produtivas. Questões mais pontuais como pequenas áreas de terra e indisponibilidade hídrica também foram razões apontadas, juntamente com a preocupação a respeito da comercialização, sendo abordada a dificuldade com relação à legislação para legalizar agroindústrias familiares.

De acordo com as respostas dos entrevistados, a ausência de garantias de venda da produção gera instabilidade aos agricultores, já que o vínculo com as empresas fumageiras prevê esta garantia por meio do SIPT, que prevê a compra da produção com valor mínimo pré-determinado, além de outros serviços, tais como, fornecimento de assistência técnica, financiamentos para investimento inicial em infraestrutura e insumos.

De modo que, não participar do SIPT remete aos AF fumicultores a ideia de insegurança da venda da produção, instabilidade de preços, culminando em insegurança relacionada ao destino da produção, gerando questionamentos como: “Quem vai comprar outras produções? Quem irá organizar esta venda? Não adianta produzir e não ter para quem vender”.

Assim, o sucesso do SIPT, segundo Riquinho e Hennington (2016) deve-se a indústria que “semeou” a ideia de um cultivo rentável e seguro em oposição à busca

por culturas alternativas, utilizando para tanto, os instrutores próximos aos trabalhadores rurais, além da propaganda e influência econômica e política em conjunto com o Poder Público, por meio do qual se estabeleceu um ciclo de exploração e endividamento que resulta na dependência e subordinação dos AF fumicultores.

Diante deste cenário, a quarta questão buscou identificar quais as formas de contornar os obstáculos citados pelos beneficiários para adotar novas atividades produtivas, as quais foram descritas no Quadro 10.

Quadro 10 - Formas de contornar os obstáculos para adotar novas atividades

1. Garantia de comercialização
2. Políticas públicas
3. Flexibilização da legislação
4. Não sabem opinar

Fonte: Autora, 2022.

Os entrevistados relataram, principalmente, a necessidade de haver a garantia da compra da produção com preço mínimo estabelecido, sendo esta, a afirmação mais citada pelos entrevistados. Entre as possíveis soluções visualizadas foi citado a organização e planejamento de feiras comunitárias, considerando o protagonismo dos atores locais, de modo a atender demandas que contemplem a realidade local entre produção e consumo.

Neste sentido, Peres e Neto (2018) evidenciam as dificuldades em torno da produção de tabaco, bem como, a tomada de decisão para a diversificação a fim de contornar os obstáculos, de acordo com o relato de uma família de fumicultores do município de Dom Feliciano, no Rio Grande do Sul:

A família chegou a plantar 130 mil pés de fumo, uma quantidade alta, mas todos estavam cansados com o preço e com a exigência imposta pela cultura". – Vendia um ano bem, dois ou três ruim. Tu via que tavam roubando na tua frente. Começamos com verdura. Verdura e fumo misturado. Depois era verdura, fumo e uva. Não deu mais certo. Vamos ficar tudo louco. Tinha que parar com alguma coisa. A alguma coisa foi o fumo. Ninguém se arrepende. – Os outros dizem que não dá certo se for mais gente plantar. Vêm comprar comida da gente, em vez de largar o fumo. (PERE; NETO, 2018, p.144-145).

Por outro lado, foi reconhecida a importância das políticas públicas de modo a fornecer suporte financeiro e técnico para transições a partir do PNAE, PAA e ATER qualificada nas propriedades.

Também foi citada a importância de facilitar a implantação de agroindústrias para beneficiamento de frutas, hortaliças, identificando como fator de entrave a complexa burocracia envolvida na legislação, além de um melhor gerenciamento e adequado direcionamento das verbas públicas a fim de beneficiar os pequenos agricultores.

Uma parcela dos entrevistados demonstrou baixo otimismo, tendo dificuldade em apontar mecanismos para contornar os obstáculos visualizados, sendo identificada a vontade de permanecer no meio rural, contudo, havendo pouca perspectiva positiva para tal. Em geral, estas respostas estavam associadas à compreensão de que nenhuma outra cultura, além do tabaco, possuía viabilidade e rentabilidade nos moldes em que estão acostumados, mesmo com as insatisfações apresentadas.

Sobre estas considerações, novamente as declarações acerca do SIPT e suas garantias de compra e padronização da produção, constituem-se em desafios para os cultivos diversificados, que por sua vez, apresentam-se sem uma comercialização previamente estruturada, gerando insegurança quanto à renda destas famílias. Neste contexto, os modelos de comercialização autogestionados, em cooperativas, feiras locais, entre outros, podem ser considerados enquanto alternativas, de modo a oferecer uma oportunidade para reduzir a dependência da produção de tabaco.

6.2 CARACTERIZAÇÃO FINAL: PERCEPÇÕES SOBRE DEPENDÊNCIA DO CULTIVO DO TABACO – 2017

Buscando analisar possíveis impactos acerca do trabalho realizado, os agricultores foram questionados sobre sua participação como beneficiários na chamada pública de ATER para a diversificação, usando como referência a mesma pergunta três anos depois: “Qual é sua opinião agora: Se dependesse somente de você e da sua família, vocês deixariam de produzir fumo? Quais os motivos”.

As diferenças³⁷ entre as respostas encontradas demonstraram mudanças com relação ao início do ATER, as quais podem ser identificadas no Quadro 11.

Quadro 11 - Se dependesse de você e sua família, vocês abandonariam a produção de tabaco?

	Caracterização inicial (2014)	Caracterização final (2017)
Sim	56	60
Não	15	7
Já deixaram	2	13
Não souberam responder	7	-
Total de famílias	80	

Fonte: Autora, 2022.

As famílias que demonstraram interesse em abandonar o cultivo do tabaco aumentaram para 60 neste período, enquanto apenas sete agricultores afirmaram que não deixariam a produção de fumo. O número de famílias que deixou a produção de fumo passou para 13 ao final do ATER, tendo como determinantes principalmente, razões vinculadas a problemas de saúde e/ou aposentadoria por idade.

De acordo com os motivos citados na pesquisa, as razões pelas quais os beneficiários deixariam a produção de tabaco estão relacionadas a um conjunto de insatisfações, já que nenhuma família citou apenas um motivo. Desta forma, as respostas descritivas foram sistematizadas de acordo com a interpretação de conteúdo, resultando em seis principais categorias de análise, descritas no Quadro 12.

Quadro 12 - Motivos dos agricultores que deixariam o cultivo do tabaco

1. Trabalho judiado
2. Falta de valorização
3. Alta demanda de mão de obra
4. Doenças
5. Uso de agrotóxicos
6. Endividamento

Fonte: Autora, 2022.

³⁷ Uma das considerações a ser mencionada foi o aumento dos caracteres das respostas às questões abertas. Quer dizer, muitos agricultores assumiram um lugar de fala muito maior em relação ao primeiro ano do projeto, expondo seus relatos de forma muito mais detalhada. Para tanto, deve-se considerar também a construção de uma relação de confiança e proximidade entre agente de ATER e a família beneficiária o que certamente colaborou para uma exposição mais abrangente em comparação ao início do trabalho.

Entre as insatisfações definidas pelos entrevistados, o trabalho no fumo foi classificado entre adjetivos como: oneroso, sujo, estressante, judiado, desgastante, sofrido, penoso³⁸. A falta de valorização do trabalho dos agricultores, por sua vez, foi atrelada ao fator financeiro, devido ao valor pago na comercialização não ser condizente com o esforço assumido diante da produção, considerada de alto risco pelos beneficiários.

Outro fator citado como relevante para abandonar o cultivo do tabaco foi a alta demanda de mão de obra que a cultura exige, tendo em vista a escassez de mão de obra relatada pelas famílias entrevistadas. Neste sentido, o valor elevado da produção e a venda pouco valorizada foram apontados por tornar inviável a contratação de terceiros para realizar o trabalho, principalmente nos períodos de colheita em que a demanda por mão de obra é ainda maior que em outros períodos da safra.

As críticas ao SIPT já foram evidenciadas em outros trabalhos a partir da visão dos AF fumicultores, os quais denunciam este modo de vida como penoso (relacionado ao calor), devido aos prejuízos causados à saúde, insegurança diante das intempéries climáticas, incertezas quanto ao preço de comercialização e falta de apoio governamental (VENDRUSCOLO, 2017).

O uso excessivo de agrotóxicos, problemas de saúde e malefícios causados pelos venenos, associados à idade avançada, problemas de coluna e incapacidade de realizar esforço físico, também foram citados como razões para deixar a produção de tabaco. Por fim, o endividamento também foi uma das razões apresentadas, ao mesmo tempo em que existe a garantia de venda com preço mínimo, os agricultores reconhecem que o preço pago no momento da comercialização é incerto, uma vez que não há poder de negociação, o que fundamenta a falta de valorização do trabalho a esta produção.

Exemplos destas afirmações podem ser reconhecidos por meio dos relatos de agricultores sobre a produção de fumo, por ser muito cansativo, exigir mão de obra desgastante: “pois tem que trabalhar mesmo se não pode principalmente na época

³⁸ Relatos estes que, por incontáveis vezes, transformaram as entrevistas também em momentos de desabafo em torno das dificuldades vivenciadas por anos consecutivos vivendo esta realidade.

de colheita, não tem escolha” (FAMÍLIA Nº 56). Outro relato assume: “É um cultivo que não faz bem pra ninguém, não é alimento e é prejudicial para a saúde do agricultor” (FAMÍLIA Nº 53).

De acordo com Riquinho e Hennington (2016), a percepção dos agricultores fumicultores demonstrou declarações que permitem a compreensão do SIPT a partir da manutenção de poderes assimétricos entre empresa e agricultores, resultando em preços excessivos dos insumos adquiridos da indústria, o que resulta em dívidas acumuladas pela dificuldade em pagar os custos da plantação.

Portanto, os relatos apresentados a partir da pesquisa, corroboram com outros estudos já realizados, demonstrando que as razões pelas quais os beneficiários deixariam a produção apontaram a atividade por não apresentar-se como gratificante devido à falta de valorização dos agricultores e de seu trabalho, sendo realizada apenas pela falta de alternativas de renda.

Estas afirmações tornam-se ainda mais evidentes quando identificados os motivos citados pelos agricultores que relataram não ter interesse em abandonar o cultivo do tabaco. Isso porque, as razões citadas por esses agricultores possuem relação direta com a questão financeira e garantia de venda e renda, uma vez que os mesmos não visualizam oportunidades de renda além do fumo e, desta forma, não acreditam que deixar o cultivo seja algo positivo.

Neste sentido, o relato de um fumicultor que procura encontrar alternativas para deixar a produção de tabaco está representado no livro *Roucos e Sufocados*:

– Se for fazer um cálculo de rendimento financeiro e mão de obra, não paga a mão de obra. Mas, por não ter alternativa, acaba sendo inviável mudar – resume um jovem que tateia em busca de uma porta de saída. – A exploração das empresas, querendo ou não, sempre tem. Principalmente na classificação. Tu te esforça pra produzir o ano todo e, quando chega lá, eles pagam o que querem. Tu não tem escolha: tem o contrato e é obrigado a entregar pra eles. E o pacote tecnológico, que tu é obrigado a usar. Não tem independência. Na verdade, o fumo tem mais contras do que prós. O pró é só financeiro. (PERES; NETO, 2018, p. 136).

Como neste relato, as respostas obtidas ao longo da pesquisa, demonstraram que a principal razão dos entrevistados para não deixar o cultivo consiste na segurança financeira que esta cultura proporciona. Muito embora, sejam citadas as dificuldades enfrentadas com o trabalho desgastante e pouco valorizado, ainda

assim, sete famílias relataram que não teriam interesse em migrar para cultivos alternativos ao tabaco. Apesar disso, a relação das famílias que estariam dispostas a deixar a produção de fumo foi maior após três anos do desenvolvimento do ATER.

Desta forma, buscando aprofundar as compreensões sobre possíveis mudanças que impactaram nos modos de vida dos agricultores, na sequência do texto será realizada uma abordagem a partir das perspectivas dos beneficiários sobre o desenvolvimento da chamada pública.

6.3 PERCEPÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO – AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS SOBRE O ATER

O objetivo desta sessão consiste em analisar, por meio de questões descritivas, as mudanças identificadas pelos agricultores em suas propriedades, bem como, os impactos causados pela participação nesta política pública.

Sobre as atividades agrícolas e não agrícolas que as famílias passaram a desenvolver ou fortalecer a partir da chamada de ATER para a diversificação, as respostas encontradas evidenciaram tanto o fortalecimento, quanto o início de novas atividades produtivas, além de mudanças relacionadas às práticas de manejo na produção.

Entre as novas atividades que passaram a ser desenvolvidas, ao longo dos três anos de ATER, foi citado o plantio de mudas de nogueira, videira, citrus, pessegueiro, entre outras frutíferas, incluindo o plantio de feijão, arroz de sequeiro, cebola, alho, além da implantação de hortas para produção de alimentos que antes do ATER não possuíam. Também como novas atividades que passaram a ser desenvolvidas foram citadas a criação de suínos, gado de leite, frango de postura para produção de ovos, criação de abelhas para melhorar a polinização e extração de mel.

Ademais, nas atividades que já eram realizadas nas propriedades foi citado o fortalecimento da produção de milho, feijão, cebola, batata, mandioca, amendoim, eucalipto, além de árvores frutíferas e hortaliças. Também foram identificados relatos do aumento da produção de leite visando a fabricação de queijos, tanto para consumo, como para venda excedente.

Como forma de fortalecimento, tanto das atividades que já eram desenvolvidas, quanto daquelas que se iniciaram no período da chamada pública, as técnicas de manejo utilizadas, como as podas e uso de insumos alternativos para prevenção e controle de doenças, etc., foram identificadas como relevantes pelos agricultores, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo da produção.

Assim, foi citada a redução do uso de agrotóxicos e insumos químicos na produção dos alimentos para consumo familiar, passando a utilizar mais insumos agroecológicos de fabricação doméstica, como a calda bordalesa e sufocálica, utilização de esterco para adubação, entre outras técnicas. Fatores estes, que contribuem para promover o aumento da autonomia e fortalecimento da base de recursos disponíveis e, conseqüentemente, a redução da dependência de mercados externos (PLOEG, 2017).

Segundo Ploeg e Schneider (2022) a autonomia está relacionada a um conjunto de práticas que resultam na produção e reprodução de recursos, considerando-se para tanto, três vertentes: (1) um conjunto de atividades que visam construir recursos; (2) a combinação desses recursos representa um distanciamento do capital; o que (3) permite a agência por meio da capacidade para definir escolhas mais autônomas. Ou seja, as mudanças acerca do fortalecimento das atividades produtivas desenvolvidas por meio do ATER foram convergentes com estas definições. Os autores ainda sustentam a relação da construção de autonomia com as lutas sociais a partir de duas formas:

Em primeiro lugar, trata-se de construir, defender e controlar os recursos que permitem ações e práticas autônomas. Ter, defender e construir sobre esses recursos representa luta social (especialmente em tempos e lugares caracterizados por um ordenamento imperial do mundo social e natural). Em segundo lugar, ao mesmo tempo, autonomia é a capacidade de definir trajetórias de desenvolvimento que estejam de acordo com os próprios interesses, perspectivas, experiências e expectativas – ou seja, em suma, a capacidade de se desviar do roteiro dominante. Isso, igualmente, é uma pedra angular da e para a luta social (PLOEG; SCHNEIDER, 2022, p.3).

A relação estabelecida entre a importância acerca das lutas sociais torna-se relevante quando se considera a dependência relacionada à cultura do tabaco com os AF pesquisados, de modo a encontrar capacidades para exercer o protagonismo

diante da construção de novas trajetórias visando a diversificação produtiva como meio para o desenvolvimento rural.

Outras técnicas de manejo citadas foram as práticas de conservação do solo, como plantio direto e adubação verde com pastagens nas lavouras, identificando como resultado o aumento da produtividade. Também foi citada a construção de estufas para a produção de hortaliças por períodos maiores ao longo do ano, implantação de composteiras e minhocários como forma de reaproveitar resíduos domésticos e produzir adubo orgânico para a produção de alimentos nas hortas das propriedades. Por fim, foi citada a fabricação caseira de rações alternativas como forma de melhorar a alimentação dos animais nas propriedades.

Diante deste contexto, é relevante salientar que as temáticas citadas pelos beneficiários, em grande medida, foram sendo trabalhadas durante as visitas técnicas, bem como, fizeram parte dos assuntos abordados nas atividades coletivas durante todo o período vigente do ATER.

Outro ponto a ser considerado foram os relatos sobre o incentivo a partir das mudas de árvores frutíferas e sementes crioulas de feijão, milho e hortaliças, biofertilizantes e pó de rocha, doados por intermédio da Cooperfumos durante o desenvolvimento do ATER. De modo que, a motivação citada por meio destas “contribuições” são o que Frei Sergio, identifica como “materialidade simbólica” (LUCAS, 2021), uma vez que os impactos gerados a partir destas doações ficarão gravados por meio das experiências que produzem, gerando vida a partir dos alimentos cultivados, somando-se à novas perspectivas de produção nestas famílias.

Buscando analisar o que houve de mais positivo e importante, do ponto de vista dos beneficiários, no trabalho de ATER, foram identificadas duas categorias entre as respostas citadas. A primeira considera como fatores positivos, o conhecimento em torno de questões técnicas, como o manejo do solo, a importância de sementes de qualidade, além da produção de alimentos como forma de valorizar a importância da diversificação enquanto alternativa para garantir maior qualidade de vida para as famílias fumicultoras. Já, a segunda, está relacionada a fatores mais subjetivos, como o aumento da motivação e autoestima, além do empoderamento dos agricultores e de seu saber popular.

O conhecimento foi citado como um fator de importância central para o aumento da diversificação, considerado como fundamental para migrar para sistemas de produção agroecológicos (ainda que em transição no período em que o trabalho foi desenvolvido) além da conscientização para a produção sem o uso de agrotóxicos, principalmente nos alimentos. O conhecimento também foi citado como uma forma do despertar de consciência acerca da importância do fortalecimento da produção para autoconsumo familiar. Sendo relatado pelos agricultores, o aumento da produção alimentos de forma saudável para serem consumidos na propriedade.

O aprendizado adquirido ao longo do trabalho do ATER foi citado por meio do conhecimento compartilhado através de técnicas produtivas, mas também pelos esclarecimentos em torno dos temas abordados, resgatando muitos saberes que, ao longo do tempo, foram deixados de lado, como pode ser identificado em trechos extraídos das falas dos beneficiários:

Foram muito importantes os encontros e trocas de ideias nas atividades coletivas, pela troca de conhecimentos entre os técnicos e agricultores, valorizando também aquilo que a gente sabe (FAMÍLIA Nº 52).

O que houve de mais positivo foi o fomento para a produção de cultivos orgânicos [sem veneno] o despertar para isso, e a importância de incentivo para aumento da qualidade de vida dos agricultores e estímulo do trabalho em comunidade (FAMÍLIA Nº 18).

Incentivo para a produção de alimentos, aprendizado de como plantar e o que colocar, como adubar e cultivar (FAMÍLIA Nº 17).

Percebemos como é importante pra nossa qualidade de vida quando se produz mais hortaliças e frutas pro nosso consumo e deixar de comprar os alimentos industrializados (FAMÍLIA Nº 33).

O aumento da motivação e autoestima por meio da participação nas atividades coletivas evidenciou-se a partir dos relatos sobre o aprendizado de novos conhecimentos, além do sentimento de valorização dos agricultores, os quais podem ser evidenciados por meio dos relatos descritos abaixo:

A valorização do colono ao ser ouvida a sua vontade, vocês abriram nossos olhos para a realidade, para um mundo novo (FAMÍLIA Nº 45).

O incentivo em não perder a esperança que as coisas podem melhorar para a agricultura, ter motivação para seguir em frente na luta pela produção de alimentos (FAMÍLIA Nº 26).

Estes relatos demonstram a importância da construção de uma extensão rural pautada em bases participativas com envolvimento dos atores locais enquanto protagonistas de suas decisões, sendo possível assim, alcançar resultados para além da autoestima e motivação.

Também foi citado como positivo o incentivo proporcionado a partir dos intercâmbios e dias de campo em que as trocas de experiências refletiram no aumento da autoestima, sentindo-se motivados a buscar soluções para problemas da propriedade. Quer dizer, o contato com outros agricultores nos encontros de atividades coletivas, visualizando outras possibilidades além do cultivo do tabaco também demonstraram um potencial de expansão de consciência a partir de novas realidades, impactando de forma positiva na vida das famílias participantes desta política pública.

A partir do questionamento sobre o que ainda estava faltando ou poderia ser melhor foram identificados duas categorias. A primeira, em nível micro, envolve desafios relacionados às próprias famílias em suas propriedades. Já, o segundo, diz respeito a aspectos mais amplos, como por exemplo, as dificuldades para comercialização, o acesso a políticas públicas e continuidade do trabalho de ATER.

Na primeira categoria foram determinados desafios com relação aos aspectos técnico produtivos, como acesso a mudas e sementes crioulas, bem como, a falta de recursos financeiros para iniciar novas atividades. Dentro desta categoria foram ainda identificadas questões de gênero, em que foi exposta a necessidade dos homens perceberem a importância de abrir espaço nas propriedades para a diversificação. Nesse caso, os relatos das mulheres nas propriedades evidenciou a produção de alimentos como uma atribuição feminina e, além disso, subordinada à figura masculina, e estes, em sua maioria se dedicando às culturas produzidas em maior escala, como o fumo, soja, milho.

Neste sentido, a abordagem de Frank Ellis (2000) sobre a diversificação dos meios de vida, dialoga diretamente com os resultados provenientes das percepções do AF nesta pesquisa em vários níveis. Entre os quais está presente a distribuição de renda, por meio da diversificação de suas fontes, como forma de superação da pobreza, pelo aumento da produtividade por meio rendas não agrícolas, através do meio ambiente e uso de práticas mais sustentáveis de cultivo, pelas relações de

gênero, capazes de alterar relações de dominação, podendo também proporcionar maior segurança em relação a efeitos macroeconômicos com relação ao acesso a mercado e variação de preços (PERONDI; SCHNEIDER, 2012).

A compreensão a partir dos relatos apresentados durante a pesquisa, bem como, por todo período de desenvolvimento do ATER demonstraram que, em muitos casos, a diversificação não é assimilada a partir do lucro, como o fumo, por exemplo, razão que pode ser atribuída à falta de organização para comercialização destas produções como exemplificado em muitos dos relatos das famílias durante a pesquisa.

Da mesma forma em que, a partir da segunda categoria, foi identificada a necessidade da formação de estruturas para comercialização como forma de garantir a rentabilidade das famílias a partir da adoção da diversificação. Neste sentido, foi destacada a dificuldade para formalizar agroindústrias facilitando a venda de seus produtos, tanto de origem vegetal como animal, bem como, a inexistência de cooperativas e associações de agricultores como forma de organizar a produção, estipulando preços e organizando a produção para venda como forma de valorizar o trabalho dos pequenos agricultores.

Neste contexto, verificou-se também a falta de subsídios públicos para investir em alternativas de diversificação, assim como, dificuldades de acesso, em termos burocráticos, naquelas já existentes. Ou seja, ficou claro que os agricultores entrevistados não se sentem contemplados pelas políticas públicas existentes, fator este, que dificulta a ampliação da diversificação como uma alternativa para a migração para novos cultivos, como demonstrado a partir do relato de um beneficiário: “É preciso incentivo financeiro pra poder começar novas atividades, porque do fumo mal sobra pra passar o ano”. (FAMÍLIA Nº 55).

Assim, tanto as evidências crescentes com relação às vantagens ecológicas e sociais dos sistemas agrícolas diversificados, bem como, a importância do aumento de investimentos públicos de apoio para a transição para uma agricultura mais sustentável e sistemas agroecológicos (KREMEN; MILES, 2012; DELONGE; MILES; CARLISLE, 2015) consistem em desafios a serem superados diante das perspectivas dos beneficiários do ATER.

Ainda sobre as necessidades acerca de expectativas futuras acerca de melhorias a serem realizadas, os AF fomicultores destacaram como fundamental a continuidade do ATER com visitas assíduas nas propriedades, afirmando a necessidade deste acompanhamento, por ser um incentivo importante para ampliar conhecimentos e solidificar o empoderamento dos agricultores, de modo que seja contínuo, sem pausas entre um contrato e outro.

6.4 AVALIAÇÕES DO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO REALIZADO PELA COOPERFUMOS

A avaliação do acompanhamento realizado durante os três anos de vigência deste contrato foram descritos como: bom, muito bom e ótimo, mas para além destas definições os agricultores também descreveram as razões pelas quais realizaram esta avaliação, as mesmas serão detalhadas na sequência do texto.

Entre as justificativas para a avaliação do acompanhamento técnico foi citada a motivação e o conhecimento para aumento da diversificação, os quais foram definidos como fatores responsáveis por auxiliar no desenvolvimento de melhorias em suas propriedades. De modo que os processos de diversificação foram sendo fortalecidos a partir de novas técnicas de produção, aliadas a diversidade dos temas abordados nas visitas e também durante as atividades coletivas. Outro fator citado, para além do conhecimento, foi a integração social entre os beneficiários, proporcionada por meio dos encontros nas atividades coletivas, as quais foram caracterizadas também pelo fortalecimento de laços de amizade, construídos ao longo dos três anos de desenvolvimento do ATER.

Acerca das visitas técnicas foi relatada a importância do incentivo para a produção de alimentos, por meio de novas ideias que impulsionaram os agricultores para acreditar na viabilidade de novas formas de produção. A partir das visitas nas propriedades, os entrevistados citaram também a importância da construção de conhecimento voltado para a valorização dos seus saberes, uma vez que o trabalho desenvolvido sempre teve como prioridade o respeito às diferentes realidades em que as famílias estavam inseridas. Neste sentido, é fundamental destacar o papel atribuído aos AF beneficiários enquanto os atores sociais e protagonistas, com capacidades específicas sobre seus processos de diversificação.

Entre as considerações realizadas sobre as atividades coletivas foi relatada como importante a organização das temáticas, que por sua vez, eram enriquecidas pelas trocas de experiências entre os beneficiários e técnicos, pela construção de conhecimento de forma simples e com linguagem acessível a todos os participantes, resultando em uma percepção de acolhimento e pertencimento àqueles espaços de construção de conhecimento coletivo.

Outras avaliações lembraram a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) realizado de forma gratuita pelos técnicos, além de outros relatos que enfatizaram a importância do ATER para continuar tendo acesso a novos conhecimentos. Neste sentido, o acompanhamento técnico foi identificado como o responsável por reduzir a resistência para as “novidades” que poderiam ser desenvolvidas na propriedade, uma vez que as experiências proporcionadas pelo ATER durante as visitas técnicas e atividades coletivas, a partir do diálogo entre os agricultores sobre testar novas formas e técnicas de produção, aos poucos proporcionou a proximidade com a temática da diversificação e, conseqüentemente, foi deixando os agricultores cada vez menos resistentes para testar novas possibilidades de técnicas produtivas, bem como, cultivar novas espécies.

Por fim, destaca-se um trecho de uma resposta sobre o acompanhamento técnico realizado:

Foi muito bom pelo ensino de novas técnicas de produção, de compostagem e produção de matéria orgânica, pelo acompanhamento e motivação de melhorar a propriedade (FAMÍLIA Nº 25).

Com relação ao interesse em participar de uma próxima Chamada Pública, todas as famílias, sem exceção, deixaram claro que gostariam de continuar sendo beneficiárias do ATER. Dentre as principais razões expostas, a busca de conhecimento foi a mais citada. Abaixo, são descritos dois relatos que resumem as percepções dos entrevistados:

O agricultor precisa de uma ajuda como a de vocês, não pode ficar sozinho, vocês ajudaram nós a entender o valor que tem a gente produzir nossos próprios alimentos (FAMÍLIA Nº 17).

Queremos continuar participando porque temos interesse em mudar, em diversificar mais, em sair da dependência do fumo, buscar soluções viáveis de permanecer no campo (FAMÍLIA Nº 34).

Estas falas apresentam mais do que uma justificativa para a continuidade do acompanhamento por meio do ATER, uma vez que demonstra o envolvimento dos beneficiários, não por meio de uma dependência da política em si, mas assumindo seu próprio protagonismo a partir do trabalho desenvolvido. Os relatos também podem ser analisados como um despertar motivacional acerca da importância da autonomia em escala doméstica, quando a agricultora refere-se ao “valor” sobre a produção de alimentos como algo importante para a família.

A ideia expressa pela visão sobre não poder ficar sozinho, possibilita uma interpretação acerca do sentimento de pertencimento e valorização, conduzidos como diretrizes no trabalho de ATER, uma vez que o trabalho oportunizava a construção de conhecimento de forma coletiva e participativa entre os beneficiários e técnicos. Estas afirmações não somente legitimam a importância de uma ATER continuada, como demonstram a sua necessidade frente aos desafios a serem superados.

De forma geral, a motivação para implementar a diversificação na propriedade foi exposta por meio de avaliações acerca do potencial em torno do aprendizado para realizar melhorias nas propriedades, o que por sua vez, oportuniza a ampliação de alternativas para o futuro e geração de renda para além da produção de fumo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS – RETOMADA DOS PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS AO LONGO DO TRABALHO E ABORDAGEM DAS PRINCIPAIS RESPOSTAS ALCANÇADAS

A questão central que orientou esta pesquisa teve como base o reconhecimento dos processos de diversificação na agricultura familiar, os quais foram analisados a partir de uma chamada pública de ATER voltada à diversificação do tabaco, de modo a verificar se os agricultores conseguiram diversificar seus sistemas de produção altamente dependentes do tabaco.

Para tanto, foram considerados indicadores de diversificação baseados em variáveis, como a produção para autoconsumo, comercialização da produção excedente, adoção de uma nova atividade geradora de renda, além da categorização das quantidades produzidas na comparação entre o início e o final da chamada pública. Por outro lado, também foram consideradas as percepções dos agricultores de modo a ampliar a compreensão sobre seus processos de diversificação.

Os resultados encontrados demonstraram que a grande maioria das famílias beneficiárias aumentou o número de espécies ou atividades produzidas ao longo do ATER, estando inseridas neste grupo as famílias que ampliaram suas produções tanto para autoconsumo, como comercialização excedente e início de uma nova atividade de renda. Concluindo-se, portanto, que a hipótese relacionada ao primeiro objetivo específico se confirmou, uma vez que o aumento da diversificação foi identificado por famílias com distintas características, reforçando a heterogeneidade das mesmas por meio de comportamentos e ações diferenciadas diante da política analisada.

Por outro lado, as famílias que não aumentaram o número de espécies produzidas foram caracterizadas como estáveis, pois permaneceram com o mesmo número de atividades. Partindo destas afirmações, considera-se que a diversificação deve ser considerada para além da comparação entre os números de espécies cultivadas ao longo do tempo e da disponibilidade de área.

Neste sentido, a amplitude dos fatores que podem estar relacionados aos processos de diversificação foi comprovada por meio da análise das percepções dos agricultores. De modo que, o principal fator em comum identificado pelos

agricultores teve relação com o conhecimento adquirido, bem como, o desenvolvimento de novas práticas produtivas incentivadas a partir das atividades desenvolvidas no ATER. As mudanças com relação às dinâmicas de produção foram citadas em maior ou menor medida, independentemente do nível de diversificação alcançado pelas famílias. Tais constatações são convergentes com a hipótese levantada acerca da importância do empoderamento relacionado à apropriação de conhecimento em que os beneficiários enfatizaram o aumento da aplicação de técnicas produtivas, como manejo do solo e aplicação de insumos alternativos, por exemplo.

Os resultados do segundo objetivo específico, de acordo com a percepção dos beneficiários sobre as principais mudanças, por outro lado, demonstraram que os impactos gerados foram além do incentivo técnico produtivo ou mesmo das quantidades ou variedades de espécies. Ressaltando-se a importância da motivação pela busca de conhecimento, resgate de técnicas de produção por meio da agroecologia, pautadas no respeito ao meio ambiente e valorização do saber popular dos agricultores.

De acordo com a percepção dos agricultores sobre a produção de tabaco ao longo do tempo, constatou-se que a dependência financeira constitui-se no principal entrave para abandonar este cultivo, tanto para a grande maioria que demonstra estar insatisfeita, como para aqueles que ainda desejam permanecer na atividade.

Entre as perspectivas para a transição de cultivos ficou claro a questão da insegurança com relação à comercialização de outras produções, uma vez que os agricultores fumicultores estão “acostumados” com a segurança de renda proporcionada pelo SIPT. Nesse sentido, os subsídios por meio de políticas convergentes ao ATER, como o PAA, PNAE, além de financiamentos para auxiliar no pagamento de dívidas e iniciar novas atividades, foram citados como uma forma de garantir maior segurança para a transição de cultivos e geração de renda.

As principais respostas sobre as mudanças positivas provenientes do ATER orbitaram em torno do conhecimento e aprendizado sobre as culturas diversificadas e em como implantar a diversificação nas propriedades, além dos aspectos mais subjetivos, como motivação e autoestima, estarem presentes nos relatos sobre o empoderamento e valorização das famílias a partir dos seus saberes populares.

A interpretação dos dados analisados permite afirmar que todas as famílias, em maior ou menor grau, demonstraram não terem saído indiferentes aos incentivos com relação ao processo de diversificação. Independente das quantidades produzidas em que foi possível observar aumento ou estagnação das espécies e/ou quantidades produzidas, identificou-se que, para além de quantificar números, as respostas encontradas retrataram a importância de considerar contextos referentes aos meios qualitativos de viabilizar alterações nestas propriedades.

Embora o incentivo e motivação dos agricultores tenha se destacado como um dos resultados do trabalho, sendo fundamental para todo e qualquer processo de transição, ainda assim, não é suficiente para efetuar as mudanças necessárias. Quer dizer, para que mudanças efetivas sejam estabelecidas de forma permanente são necessárias ações integradas em diferentes frentes, com a oferta de uma ATER gratuita e permanente, ampliação das políticas de incentivo à comercialização e, sobretudo, viabilizando investimentos para que as mudanças necessárias ocorram.

Para tanto, é indispensável reconhecer o conjunto de fatores que representam a problemática, neste caso, dos produtores de tabaco, a fim de que toda e qualquer ação contemple a identidade destas famílias. Neste sentido, os resultados do ATER evidenciaram a importância do protagonismo dos agricultores enquanto atores sociais, como fundamental para o desenvolvimento de seus processos de diversificação, resgatando a autonomia por meio de suas produções.

Os resultados da pesquisa sugerem que a dependência do tabaco vai além da vontade de produzir diversificado, ou mesmo do incentivo por meio da assistência técnica e da extensão rural. Quer dizer, para que a diversificação se concretize a ponto de consistir em alternativa à produção de tabaco, são necessárias ações em vários níveis, desde a produção até a comercialização, passando pela construção de canais de comercialização tão diversificados quanto se mostram estes agricultores, uma vez que não há como inserir, ou há maiores dificuldades em inserir agricultores que possuem características diversas em mercados homogêneos, ainda que este seja um grande desafio a ser superado.

Neste sentido, uma agenda de pesquisa entre a demanda e o consumo de alimentos provenientes da diversificação produtiva, principalmente em regiões dependentes de monoculturas, como o tabaco, mostra-se fundamental. Seja por

meio de canais mais personalizados de ofertas de alimentos, seja por meio de feiras ou outras iniciativas, com foco na aproximação entre a produção e o consumo. Ou seja, para além dos entraves relacionados às questões técnicas e de produção, é imprescindível compreender a viabilidade e o direcionamento ao mercado dos produtos proveniente da diversificação, independente das quantidades a ser produzidas.

Por outro lado, permanecer dependente dos mercados convencionais, principalmente na AF pode implicar, em grande medida, na problemática relacionada ao próprio cultivo do tabaco, já que a comercialização consiste em uma das maiores dificuldades, se não o maior entrave para adoção de culturas diversificadas como alternativa ao cultivo do tabaco.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho de ATER, os questionamentos mais frequentes dos beneficiários consistiam em descobrir quais seriam as alternativas para substituir o cultivo do tabaco e as possibilidades envolvendo a diversificação como uma aposta de resolução a este problema. Contudo, a pesquisa demonstrou que não existe um caminho único para a diversificação, mas que diversificar é o caminho, um caminho possível e necessário.

Esta dissertação buscou reunir elementos capazes de descrever a realidade das famílias entrevistadas, porém, o maior desafio consistiu em traduzir em palavras as vivências e sentimentos de muitas das famílias beneficiárias ao declarar a dimensão da transformação vivenciada nestes três anos de trabalho. Mais do que assistência técnica, laços de amizade foram construídos entre famílias, esperança, autoestima, saúde nos alimentos cultivados e o resgate de saberes tradicionais. E, por fim, a confiança construída com mais de 80 famílias que abriram, não somente suas propriedades, mas as portas de suas vidas para construir novos caminhos que ultrapassaram a assistência técnica prevista e foram se transformando em novas formas de ver e valorizar o meio em que viviam.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUTECH, 1992.

AQUINO, J.R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 123-142, Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 4371/2020**. Altera dispositivos da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência. Brasília, 2020. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 05 jan. de 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Aviso nº 1151/2005**. Casa Civil, em resposta ao parecer recebido do Senado. Brasília, 2005.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar. Brasília, 2010. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 06 jul. de 2020.

BRASIL. Lei da Agricultura Familiar, 2006. **Lei n.11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Assunto:** Resposta ao Ofício nº 098/2019/PRESIDÊNCIA/ANATER. Brasília, 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014**. Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater. Brasília, 2014. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

CAPORAL, F. R. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.4, n. 1, p. 23–33, set/dez.2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/57978689-Lei-de-ater->

exclusao-da-agroecologia-e-outras-armadilhas.html. Acesso em: 13 ago. 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTA BEBER, J. A. C. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Extensão Rural**, Santa Maria, n. 2, p. 7–32, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6376/3863>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, DF: MDS/Embrapa, 2009. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/agricultura/agroecologia/livros/AGROECOLOGIA%20-%20UMA%20CIENCIA%20DO%20CAMPO%20DA%20COMPLEXIDADE.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 48, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td_2343.PDF. Acesso em: 16 mar. 2021.

CONVENÇÃO QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO – CQCT. **Preâmbulo**. 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/convencao-quadro/arquivos/convencao-quadro-tabaco>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CAVALCANTE, T. M. et al. Brasil: Balanço da Política Nacional de Controle do Tabaco na última década e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. S61–S75, 2017.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DELONGE, M. S., MILES, A., CARLISLE, L. Investing in the transition to sustainable agriculture. **Environmental Science & Polic**, [Sl.], v. 55, n. 1, p. 266-273, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2015.09.013>.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **Informações atualizadas do mundo do tabaco**: pela valorização do trabalho, da saúde e da vida. junho 2020. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/informacoes-atualizadas-do-mundo-do-tabaco/18755/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

DEPONTI, C. M.; SCHNEIDER, S. A Extensão Rural e a Diversificação Produtiva da Agricultura Familiar em Áreas de Cultivo de Tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. **Revista Ideas: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 176–213, 2013.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Eds.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 107–128.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of development studies**, London: v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford: Oxford University, 2000.

ESAU, C.; DEPONTI, C. M. Tomada de decisão pela diversificação: uma alternativa para agricultura familiar na microrregião de Santa Cruz do Sul/RS. **DRd Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 439-460, 22/05/2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2749> Acesso em: 02 jan. 2021.

ETGES, V. E. O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana. **Textual**, v. 1, p. 14–21, 2002.

ETGES, V. E. Sujeição e resistência: Os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. **Boletim gaúcho de geografia**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 23–26, 1991. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/40173/26169>. Acesso em: 08 fev. 2022.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 24, 1985.

FREITAS, T. **A diversificação dos meios de vida como expansão das capacitações:** por uma sociologia das condições de vida na fumicultura no Rio Grande do Sul. Orientador: Sergio Schneider. 2015. 326 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140174/000990411.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 fev. 2021.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A. G.; SARTORELLI, A. Os meios e as condições de vida no espaço rural: o caso das famílias produtoras de tabaco em Arroio do Tigre (RS) e Laranjeiras do Sul (PR). **Redes**, Santa Cruz Sul, v. 20, n. 3 - Suplemento, p. 138 - 162, set./dez. 2015. Disponível em: <https://10.17058/redes.v20i3.5405>. Acesso em: 02 jan. 2021.

FRISON, E. A.; IPES-Food. **Da uniformidade à diversidade:** uma mudança de paradigma da agricultura industrial para sistemas agroecológicos diversificados. Louvain-la-Neuve (Bélgica): IPES, 96 p. 2016. (Relatório).

GASPARI, C. de; AGNE, C. L.; AVILA, L. V. **Análise dos aspectos sociais e produtivos dos agricultores produtores de tabaco no município de Sobradinho/RS.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão e Desenvolvimento Rural) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul, 2017. Disponível em: <http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/7/VIIISiepex/paper/view/2452>. Acesso em 02 fev. 2021.

GÖRGEN, F. S. **Trincheiras da resistência camponesa:** sob o pacto do poder do

agronegócio. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

GRISA, C. Mudanças nas Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: Novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes**, Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 38, n. 1, p. 36–50, 2018. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.37>. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/37>. Acesso em: 7 jan. 2022.

HILSINGER, R. **O Território do Tabaco no Sul do Rio Grande do Sul diante da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: O território do tabaco no sul do Rio Grande do Sul diante da convenção quadro para o controle do tabaco (ufrgs.br). Acesso em 24 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: Agricultura familiar. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em 08 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sobradinho/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 10 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Coordenação de Geografia. **Atlas do espaço rural brasileiro**: Agricultura familiar - 2. ed. - Rio de Janeiro, 2020. p. 292 – 311.

KREMEN, C.; MILES, A. Ecosystem services in biologically diversified versus conventional farming systems: benefits, externalities, and trade-offs. *Ecology & Society*, v.17, n. 4, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/ES-05035-170440>. Acesso em: 02 jan. 2021.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad. de José P. Netto. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

LIMA, R. G. O desenvolvimento agrário no debate científico: uma reflexão paradigmática a partir dos clássicos. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v.13, n.24, p. 140 - 160, maio 2005. Disponível em: http://cepeac.upf.br/download/rev_n24_2005_art7.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. *In.*: BOOTH, D. (Ed.). **Rethinking social development**. Harlow: Longman Scientific and Technical, 1994. p. 62-89

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. *In.*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 23-48.

LUCAS, E. de O. **O trabalho de organizações do movimento dos pequenos agricultores (MPA) em chamadas públicas de ater voltadas à diversificação da cultura do tabaco** – 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/229724/001131357.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 maio 2022.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES - MPA. **Quem somos**. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V. F.; CONTERATO, M. A.; A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600001>. Acesso em: 15 maio 2022.

PERES, J.; NETO, M. **Roucos e sufocados: a indústria do cigarro está viva, e matando**. São Paulo: Elefante, 2018.

PERONDI, M. A. et al. Metodologia de avaliação das políticas de diversificação em áreas cultivadas com tabaco. *In.*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais [...]**. Rio Branco, AC: SOBER, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254389375_METODOLOGIA_DE_AVALIA_CAO_DAS_POLITICAS_DE_DIVERSIFICACAO_EM_AREAS_CULTIVADAS_COM_TABACO. Acesso em 18 abril 2021.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, jul. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v17i2.2032>. Acesso em: 15 maio 2021.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. O modo de produção camponês revisitado. *In.*: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v.2, p. 13-54,

PLOEG, J. D. V. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. *In.*: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development**. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-30.

PLOEG, J. D. V. **The importance of peasant agriculture: a neglected truth.** Wageningen: Wageningen University & Research. 2017. Disponível em: <http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/the-importance-of-peasant-agriculture-a-neglected-truth/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

PLOEG, J. D. V. **The new peasantries: Rural development in times of globalization.** 2. ed. London: Earthscan, 2018.

REDIN, E. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS**, 261 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8859/REDIN%2c%20EZEQUIEL.pdf?squence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 jun. 2021.

RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, É. A. Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4797– 4808, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.19372013>. Acesso em: 15 maio 2021.

RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, É. A. Sistema integrado de produção do tabaco: Saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 12, p. 1–10, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00072415>. Acesso em: 15 maio 2021.

RUDNICKI, C. P. S. **As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul.** 2012. 183 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: [As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco \(SIPT\) no Rio Grande do Sul/Brasil \(ufrgs.br\)](http://www.ufrgs.br). Acesso em: 13 de outubro de 2021.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A.; Uma abordagem sobre a agricultura familiar, prona e a modernização da agricultura no sudoeste do paraná na década de 1970. **Revista Geografar**. Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17780>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SCHNEIDER, S. **Diversifica o como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para constru o de alternativas economicamente sustentáveis de diversifica o da produ o e renda em áreas de cultivo de tabaco no Brasil – subsídios   implementa o dos Artigos 17 e 18 da Conven o Quadro para Controle do Tabaco.** Porto Alegre, 2010b. (Relatório).

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Constru o de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 53-74.

SCHNEIDER, S. Reflexões Sobre Diversidade e Diversificação - Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP**, Campinas, v. 4, p. 85–131, 2010a. Disponível em: <http://ppgaa.propesp.ufpa.br/pdfs/prosel2020/MAFDS/M4.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M.A. ; WAQUIL, P.D. Estilos de Agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, p. 149-186, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/PauloWaquil/publication/277202586_Estilos_de_agricultura_uma_perspectiva_para_a_analise_da_diversidade_da_agricultura_familiar/links/5608585f08aeb5718ff9c497/Estilos-de-agricultura-uma-perspectiva-para-a-analise-da-diversidade-da-agricultura-familiar.pdf. Acesso em 25 jun. 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, abr. 1993.

SENADO. **PDS 602/2004**. Projeto de Decreto Legislativo no 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle e Uso do Tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003. Disponível em: www.senado.gov.br . Acesso em: 02 de fev. de 2021.

STRATTON, A. E.; WITTMAN, H.; BLESCH, J. Diversification supports farm income and improved working conditions during agroecological transitions in southern Brazil. **Agronomy for Sustainable Development**, p.41-35, maio 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13593-021-00688-x>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SINGULANO, M. A.; HIGGINS, S. S. Formas de adaptação de produtores de café à liberalização mercantil: proposta de uma tipologia analítica a partir de um estudo de caso na região das Matas de Minas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 278-303, jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-2>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SOUZA, M.M.O. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. **Élisée, Rev. Geo.**, Goiânia, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/583/327>. Acesso em: 10 set. 2021.

STRINGER, L.C.; FRASER, E.D.G.; HARRIS, D.; LYON, C.; PEREIRA, L.; WARD, C.F.M.; SIMELTON, E.. Adaptation and development pathways for different types of farmers. **Environmental Science & Policy**, [S.L.], v. 104, p. 174-189, fev. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.envsci.2019.10.007>.

VALENCIA V., WITTMAN H., BLESCH J. Structuring markets for resilient farming systems. **Agronomy for Sustainable Development**, v.39, n. 25, 2019. <https://doi.org/10.1007/s13593-019-0572-4>.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: Uma análise comparativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 1, p. 157–174, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/Xy6XsswhBCpxj7KW6J5yQ5P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2021.

VOGT, O. P. **Produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849 - 1993)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, 1994. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27825/D%20-%20VOGT%2c%20OLGARIO%20PAULO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 de nov. 2021.

WITTMAN, H.; CHAPPELL, M. J.; , ABSON, D.J.; KERR, R. B.; BLESCH, J.; HANSPACH, J.; PERFECTO. I.; FISCHER, J. A social–ecological perspective on harmonizing food security and biodiversity conservation. **Regional Environmental Change**, [S.l.], v.17, p.1–11, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10113-016-1045-9>. Acesso em: 20 maio 2021.